

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Cristiane dos Santos de Souza Vitório

ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE LIBERDADE ASSISTIDA NO
COTIDIANO ESCOLAR

Sorocaba-SP

2017

Ficha Catalográfica

Vitório, Cristiane dos Santos de Souza

V828a Adolescentes em cumprimento de liberdade assistida no cotidiano escolar
/ Cristiane dos Santos de Souza Vitório. -- Sorocaba, SP, 2017.
113 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio dos Santos Reigota.

Co-orientadora: Profa. Dra. Marta Bastos Catunda.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de
Sorocaba, Sorocaba, SP, 2017.

Cristiane dos Santos de Souza Vitória

**ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE LIBERDADE ASSISTIDA NO
COTIDIANO ESCOLAR**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Dr. Marcos Antonio dos Santos Reigota

Co-orientadora: Profa. Dra. Marta Catunda

Sorocaba-SP

2017

Cristiane dos Santos de Souza Vitório

**ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE LIBERDADE ASSISTIDA NO
COTIDIANO ESCOLAR**

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre no
Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade de Sorocaba.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Antonio dos Santos Reigota
Universidade de Sorocaba

Profa. Dra. Marta Catunda
Universidade de Sorocaba

Profa. Dra. Maria dos Santos Crisostomo
Universidade Paulista

Profa. Dra. Alda Regina Tognini Romaguera
Universidade de Sorocaba

In memoriam

Ao meu avô, João José dos Santos, que, através de sua loucura, tão sábia, me despertou o amor, a sensibilidade, a solidariedade e o respeito pelo outro e à minha avó, Antonia Souto dos Santos, mulher guerreira que me fortaleceu quando tudo parecia perdido. Quero dizer-lhes que suas presenças são constantes e serenas em minha vida, serão sempre fonte inesgotável de amor e compreensão. Amo vocês eternamente.

Ao meu pai, Celso Antonio de Souza, que tão prematuramente desistiu de viver. Sua lembrança está em mim eternizada.

Ao meu genro, Fernando Atila, que também nos deixou prematuramente. Um raio e uma partida, sem adeus. Recordarei sempre de você.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Marcos Antonio dos Santos Reigota, por sua generosidade e competência teórica, que se traduz em sua essência nas práticas pedagógicas cotidianas, instigando a busca constante de conhecimento;

À co-orientadora Marta Catunda, que ao longo desta jornada sempre se fez presente, com suas observações pedagógicas e constante incentivo;

À minha mãe, Maria dos Santos de Souza, pela grande mulher que é, por sua força frente aos grandes desafios da vida na busca de oferecer o melhor para seus filhos.

Ao meu esposo, Vitório, pela paciência e estímulo a minha caminhada em busca dos sonhos;

Às minhas amadas filhas, Daiane e Isabele, minhas mais belas e preciosas obras que durante esta caminhada compartilharam comigo de todos os momentos de alegria e de dificuldade. Por me fortalecerem nos momentos difíceis e por acreditarem na realização do meu sonho;

A todos os amigos e amigas do grupo Perspectiva Ecologista da Educação;

À secretária Daniela, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba-SP;

Ao PROSUP – CAPES/UNISO Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições de Ensino Particulares, pela bolsa de estudos concedida;

A você, minha querida neta Ana Beatriz, cuja vida desejo que seja repleta de amor e carinho;

A todas as pessoas que participaram das conversas cotidianas, em especial à Banca examinadora;

Aos alunos e alunas do Curso de Serviço Social, que tanto contribui para um mundo melhor,

A todos, o meu mais sincero muito obrigada!

Eu acredito que a imaginação é mais forte que o conhecimento. Que o mito é mais potente que a história. Que sonhos são mais poderosos que fatos. Que a esperança sempre triunfa. Que risos são a única cura para a tristeza. E eu acredito que o amor é mais forte que a morte. Robert Fulghum

RESUMO

Este estudo objetivou discutir a questão dos meninos e meninas adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no cotidiano escolar. Para tanto, faz-se um resgate histórico do conceito do manto da proteção em relação à infância, destacando-se os padrões socioeducativos sob a vigilância dos espaços institucionais, em particular a escola. Destaca-se, a partir de Foucault, o significado das ilegalidades do bem e as ilegalidades do direito, na constituição do sistema judiciário. Busca-se dialogar com o papel do educador frente aos ‘indisciplinados’, como possibilidade de resistência através da pedagogia de Paulo Freire e do conceito de cotidiano, em Nilda Alves, para contemplar as possibilidades dos praticantes pensantes. Fez-se relevante desvelar o conceito de raça no espaço educacional, em virtude de dados estatísticos apresentados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, indicando a prevalência de negros e negras em cumprimento de medidas socioeducativas. A metodologia etnográfica possibilitou, através das narrativas ficcionais, tecer discursos produzidos no cotidiano, com os encontros e desencontros daqueles “transgressores” e “indisciplinados” que depositam suas esperanças no espaço escolarizado. Trata-se de um trabalho que busca oferecer uma perspectiva a partir da qual, novas tessituras podem ser feitas, com alinhavos mais justos, numa permanente reinvenção cotidiana, que pode ser propiciada pela educação ambiental.

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei. Educação. Cotidiano. Raça. Narrativas ficcionais.

ABSTRACT

This study was designed to bring about a discussion on the issue of the adolescents in compliance with socio-educational measures in the school environment. Therefore, a historical rescue of the concept of the protection mantle in relation to childhood is made, emphasizing the socio-educational standards in relation to the children under the supervision of the institutional spaces, in particular the school. From Foucault's point of view, the significance of the illegalities of the property and the illegalities of the law are highlighted in the constitution of the judicial system. The aim of this deconstruction is to dialogue with the role of the educator in relation to the "undisciplined", as a possibility of resistance through the pedagogy of Paulo Freire and the daily life, in Nilda Alves, to contemplate the possibilities of practicing/thinkers, in daily life. It was relevant to unveil the concept of race in the educational space, due to the statistical data presented by SINASE, indicating the prevalence of black youth in compliance with socio-educational measures. The ethnographic methodology enabled, through the narratives, to verify the discourses produced in the daily life, the encounters and break aways of those "transgressors" and "undisciplined" who put their hopes in the school environment. It is a work that seeks to offer a perspective from which new interweaving can be made, with tighter stitching, in a permanent daily reinvention, that can be propitiated by the environmental education.

Keywords: Adolescents in conflict with the law. Education. Daily. Race. Fictional Narratives.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

SAM	Serviço de assistência ao menor
FUNABEM	Fundação nacional do bem-estar de menores
FEBEM	Fundação estadual do bem-estar de menores
MMNR	Movimento de meninas e meninos de rua
PSC	Prestação de serviço à comunidade
LA	Liberdade assistida
SUAS	Sistema único de assistência social
SINASE	Sistema nacional de atendimento socioeducativo
PIA	Plano individual de atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 TECENDO A COLCHA.....	16
2.1 Encontro I.....	16
2.2 Loucura e Lucidez.....	18
2.3 Os guarda-chuvas e o manto da proteção	19
2.4 Carta 1.....	32
2.5 Retalho estampado	35
2.6 Um abraço negro... um sorriso negro	45
2.7 A resistência como ato político e pedagógico	50
2.8 Retalho verde	55
2.9 Os encontros pedagógicos e políticos dos que vêm das margens.....	57
3 RETALHO PRETO	70
3.2 Pensamentos em teia – mente inquieta.....	70
3.3 Agora lascou!	74
3.4 Um mergulho no cotidiano e possibilidades dos praticantes pensantes.....	83
3.5 Carta 2.....	86
3.6 Retalho vermelho	88
3.7 Carta 3.....	94
3.8 Retalhos amarelo, azul, branco e lilás	97
3.9 Por que seguir a trilha das narrativas ficcionais?.....	102
3.10 Carta 4.....	105
4 CONSIDERAÇÕES PARA O INÍCIO.....	107
REFERÊNCIAS.....	109

1 INTRODUÇÃO

Na escola, a criança encontra seu primeiro ambiente social externo ao núcleo familiar, um novo núcleo de relacionamentos que se expandirá infinitamente para além de seu universo inicial. Ali ela deverá receber ensinamentos que ampliem seu repertório de saberes e habilidades; ensinamentos que devem incluir, além das disciplinas formais, o trato com o outro, o respeito, a tolerância, normas de convívio social, o compartilhar, o pedir e dar ajuda quando necessário, etc.

Nesse ambiente, a consciência crítica da criança será formada a partir de projetos escolares, do engajamento dos professores e demais funcionários, das atividades sociais que a escola promove e das ações diárias de todos os envolvidos naquele sistema ou corpo educacional, incluindo as demais crianças, colegas de sala ou não.

Esse corpo educacional, como é sabido, é composto por sujeitos de diferentes origens, no sentido de experiências de vida, realidade social e condições financeiras, morais e éticas em que vivem, além das diferentes realidades vibracionais – ou seja, emocionais, afetivas, espirituais, ambientais e mentais (importantes aspectos a serem considerados, dado que o ser humano é um ser integral, não apenas uma mente que aprende e um corpo que se move).

Assim, na realidade das escolas hoje (talvez sempre), encontramos o chamado problema social, ou seja, a criança ou adolescente carente; definimos a criança e o adolescente para marcarmos um ponto de análise, embora pudéssemos estender o problema para uma realidade que inclui muitos adultos ao redor daquela criança ou adolescente. Quando falamos em carência, não nos limitamos à carência financeira, mas a tudo o que ela representa ou acarreta: carência afetiva, carência alimentar, carência intelectual, moral etc... Um embolado de linha no qual não se pode definir o início ou o fim.

A fim de resolvermos os problemas sociais na escola, assim como no país e no mundo, as medidas devem ser comunitárias, políticas, religiosas, familiares... enfim, há que se unir esforços em busca de um mundo mais tolerante, mais igualitário, mais justo, mais solidário.

Contudo, há que se começar por uma ação – uma ação consciente e contínua. Podemos, cada adulto que tomou para si a responsabilidade de educar, agir de modo a educar com a finalidade de tirar as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade (assumida pela profissão) da condição de problema social. Na ação do professor, a ajuda financeira pode não estar presente diretamente, mas certamente ali estará, indiretamente,

quando a ação for positiva, associada a valores morais e éticos, acompanhada de atenção, de carinho e solidariedade; não no sentido de compaixão/pena, mas no sentido de sentir com o outro, identificar-se com o outro em sua humanidade e fragilidade e, então, ajudar o outro.

Quando nos identificamos com o outro, quando nos reconhecemos no outro (tarefa bastante difícil, mas factível), passamos a ser menos preconceituosos, mais tolerantes, mais solidários e dispostos a compartilhar nosso conhecimento, nossa afetividade e compaixão.

Neste trabalho, Adolescente em cumprimento de liberdade assistida no cotidiano escolar, nos propomos a trazer um pouco do que existe em um mundo às vezes desconhecido, tantas vezes ignorado, permanente alvo de repúdio e condenação, que é o mundo dos meninos e meninas entre a infância e a idade adulta que, de algum modo, falharam ao cumprir as expectativas do sistema social em que vivem - e foram pegos, tornando-se adolescentes em condição de cumprimento de medidas socioeducativas.

Para trazer um pouco dessa realidade, não com a intenção de provocar piedade ou condescendência, mas de fazer perceber a existência desses seres, de sua realidade, suas aflições e evidentes causas de sua inadequação social, optamos por um projeto de tessitura de histórias, uma composição baseada em vivências reais, em destinos que se cruzam nos ambientes escolares e não escolares. Essa tessitura compomos aqui como uma colcha de retalhos.

Tecer uma colcha de retalhos é um trabalho caprichoso, quando o resultado que se busca é utilidade e beleza. Neste trabalho, buscamos a utilidade através da eficácia que ele provará, se mexer com ânimos e despertar consciência da necessidade de ação e mobilização para a melhoria das condições na escola, melhoria em nossa sociedade. A beleza é entregue aos olhos de quem a vê – pois só os olhos de quem vê podem ver beleza, ela não existe por si. Contudo, fazemos o possível para colorir e enfeitar, de modo a facilitar a visão, a percepção do belo por trás daquilo que se condena.

A tradição de tecer colchas de retalhos é bastante interessante e muito antiga. Os Siddis, de Karnataka, na Índia, são descendentes de africanos, imigrantes e escravos levados pelos portugueses a Goa, que desde o século 16 gradualmente moveram-se para as montanhas do norte da Índia, onde criaram comunidades da diáspora, livres e independentes.

Enquanto se adaptavam ao novo modo de viver na Índia e adotavam parte da cultura local, os Siddis mantiveram muitas de suas tradições africanas. Entre as

tradições artísticas, a colcha de retalhos, conhecida como kawandi, tem grande destaque (Figura 1).

Kawandi consistem em peças de roupas velhas e gastas reunidas pelos *quilters* da família, amigos ou compradas no mercado local de roupas usadas. Quando as mulheres têm o suficiente para fazer uma colcha, eles compram um *sari* de algodão, o vestido tradicional de mulheres indianas, que é usado como o apoio para a colcha. Começando em um canto do *sari*, eles começam a trabalhar ao redor da peça, fixando os retalhos com ponto os remendos com o ponto atrás, até cobrir toda a peça dos dois lados. Os pontos apresentam um ritmo distintivo que faz parte da "assinatura visual" do artista, juntamente com as cores, tamanhos, formas e desenhos dos remendos de pano. Algumas mulheres incorporam partes de peças de vestuário não cortadas, como o decote de uma blusa de criança, ou uma camisa velha com alguns de seus botões ainda presos. Outras cortam pequenos remendos quadrados ou retangulares de tecido brilhantemente colorido (*tikeli*) para colocar em cima de outros remendos maiores em cores contrastantes. O passo decorativo final é costurar em cada canto da colcha um ou mais remendos quadrados dobrados que formam um triângulo de camadas múltiplas chamado *fula*, ou "flor". Estes não servem a nenhuma função específica, contudo são essenciais para um bem terminado ou "Vestido", edredom Siddi. [...] Eles [os enfeites] devem estar lá, ou a colcha estaria "nua". (HANDEYE. 2016)

Figura 1 - Comunidade de mulheres africanas na Índia (Siddis) desenvolvendo a tradicional colcha de retalhos.



Fonte: Foto de Henry John Drewal. Soulful History: Patchwork Quilts by Africans (Siddis) in India. Disponível em: <http://www.henrydrewal.com/photo09.html?photo=exhibits/p/162_6285.context.jpg>. Acesso em: 29 ago. 2017.

Mulheres católicas e muçulmanas normalmente acrescentam cruzes ou luas crescentes em seus trabalhos, e as colchas de crianças levam enfeites especiais, de cores

vibrantes, em retalhos cortados bem pequenos. As colchas são feitas por mulheres mais velhas que já não mais trabalham no campo, mas podem também ser feitas pelas mais jovens, quando encontram tempo para a atividade. A tradição é que os trabalhos sejam comunitários, embora haja projetos individuais.

Figura 2 - Colcha de retalhos quiltada (bordada com aplicações) – feita por Harriet, uma escrava africana nos Estados Unidos – século 19.



Fonte: Kathy Mathews. Quilt de Harriet Powers, escrava africana nos Estados Unidos Século 19. Esta colcha levou quatro anos para ser confeccionada, ela inclui, além de histórias religiosas, mitos meteorológicos e folclore, seguindo a tradição africana de contar histórias em banners e aplicações. Disponível em: <http://www.chicagonow.com/quilting-sewing-creating/2015/02/stitching-stars-a-story-quilt-book-for-black-history-month/>. Acesso em 30 ago. 2016.

Nos Estados Unidos a tradição de quiltar, fazer colchas de retalhos com aplicações e bordados, é também bem antiga. (Figura 2) Era muito utilizada pelas mulheres escravas que tinham sido trazidas da África. No livro *A invenção das asas*, de Sue Monk Kidd, temos uma história baseada em fatos reais, sobre uma escrava, sua filha e uma mulher branca abolicionista. A escrava, Charlotte, tecia colchas de retalhos para venda, porém, em casa, à noite em seu quarto, tecia sua história numa colcha que deixaria para sua filha. Na colcha, através do uso de retalhos e pontos marcantes, Charlotte conta todos os momentos mais importantes de sua vida, momentos de alegria e de tristeza, deixando para a História sua história de lutas e conquistas. Charlotte usa,

ainda, triângulos pretos para representar asas, significando a liberdade. O tecer de sua colcha, não apenas ajuda Charlotte a escapar de sua dura realidade sob controle de sua “Missus”, mas também permite que ela se comunique e conte sua história, uma vez que não sabe nem ler nem escrever. Entre diversas manobras para a conquista da liberdade física, sua e da filha, a certeza de que não pertence a ninguém mantém Charlotte viva e perseverante.

“She said it again, 'I'm tired.'
 She wanted me to tell her it was all right, to get her spirit and go on, but I couldn't say it. I told her, 'Course you're tired. You worked hard your whole life. That's all you did was work.'
 "Don't you remember me for that. Don't you remember I'm a slave and work hard. When you think of me, you say, 'She never belong to those people. She never belong to nobody but herself.'
 She closed her eyes.
 "You remember that."
 "I will, mauma.” (KIDD, 2014)

Nossa colcha de retalhos, presente neste trabalho, traz histórias de vida, traz sonhos e angústias, representando os tecidos variados em qualidade e cor; o apoio teórico são nossos recortes especiais que dão destaque às tonalidades tantas vezes opacas dos retalhos de base. Os pontos são dados com palavras impressas, e o que “veste” nossa colcha, como não poderia deixar de ser, é o brilho da esperança numa educação mais libertadora.

Como se trata de um trabalho elaborado com o uso de retalhos próprios coletados e juntados a um riquíssimo material de outras tantas fontes (que acabam, como dissemos, por dar mais colorido à colcha), vamos utilizar o discurso em primeira pessoa e uma linguagem mais narrativa mesclada à dissertativa – ainda que contrariando as normas da Academia. A razão dessa indisciplina é a própria indisciplina, é o desejo de “incomodar”, de fazer ver aos olhos não atentos às nuances da sociedade marginalizada que busca incansavelmente cruzar os muros da Academia em busca da promessa de uma vida melhor, mais justa, libertadora e mais cooperativa.

...

No discurso, faço uso de quadros coloridos sempre que há um diálogo com um amigo, o orientador ou um estranho. O objetivo desses quadros foi dar a eles lugar de destaque pela importância que tiveram no trajeto das descobertas e, ao mesmo tempo, evidenciar ao leitor os pontos de diálogos e os pontos de discurso dissertativo. Por serem muito constantes e por serem, enfim, parte do “meu discurso” dissertativo, optei por não colocar em quadros os meus diálogos internos.

Alguns dos retalhos de minha colcha, formados por conversas cotidianas, se revelam como a força motriz que questiona o processo educacional vivido por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Esta minha colcha, se bem observada, nos recortes imprecisos e nos pontos firmes, evidenciará, além de vidas, um sentimento de indignação, de resistência política pedagógica e ética.

No tecer da colcha, busco o significado da sociedade disciplinadora, dos corpos dóceis, das ilegalidades do bem e do direito. E ainda nesta costura, vão se revelando alguns estereótipos e estigmas, estampados em dados estatísticos de adolescentes negros em cumprimento de medidas socioeducativas, tornando relevante a discussão sobre a fronteira singular de segregação social e o genocídio da juventude negra.

Busco, ainda, material para bordar algumas flores, a fim de poder exalar resistência contra a naturalização das desigualdades raciais no espaço escolarizado.

Entre os retalhos obtidos de um mergulho no cotidiano, à medida que a colcha vai se formando, começam a surgir possibilidades de uma educação menos vigilante, revelando táticas para a tessitura de uma educação crítica por meio de uma experiência catártica.

Como suporte teórico para minha argumentação, lanço mão de Foucault, Reigota, Freire, Munanga, Davis, Simone, Vaz, Brow e outros grandes nomes da resistência que vivem ou viveram pelo ideal comum da educação libertadora.

O trabalho está dividido em relatos que perfazem a colcha. Trago cartas, expressão íntima de minha angústia e gratidão aos que me apoiam na causa e na busca de respostas; trago histórias, narrativas singelas que “entregam” razões e consequências de vidas marginalizadas.

Trata-se, portanto de uma verdadeira colcha de retalhos, à moda das mãos africanas – uma colcha de tecidos de diferentes naturezas, cores variadas, recortes distintos – tudo atado em pontos firmes – com a cabível irregularidade do que é feito à mão.

2 TECENDO A COLCHA

Quem anda no trilho é trem de ferro, sou água que corre entre pedras: liberdade caça jeito. (Manoel de Barros)

As pesquisas acadêmicas, e talvez todas as pesquisas, começam com questionamentos. Creio que esses questionamentos podem surgir de longas ou breves observações ou, ainda, de corriqueiras conversas que acabam por acionar o gatilho da curiosidade, da dúvida, da necessidade de conhecimento ou mesmo da simples vontade de saber mais.

Esta pesquisa se iniciou em vários momentos, tendo em si diversos gatilhos acionados em diferentes situações, porém, foi a partir de um encontro casual, uma conversa informal, que algumas questões chave começaram a ser mais substancialmente elaboradas.

2.1 Encontro I

Casualmente, no ponto de transporte coletivo no interior de São Paulo, encontro-me com minha amiga Maria. Jovens negras, somos amigas desde a infância. Nos cumprimentamos com abraços fraternos e um toque de saudade.

- Oi Maria – digo, toda sorridente

- Oi Cris. Que legal encontrar você, como você está? E sua mãe? Há quanto tempo que não nos vemos! Você sumiu Cris.

- Estou naquela correria de sempre, leciono e estou fazendo o mestrado em Educação

- Menina que coragem!!!! O que você está pesquisando no mestrado?

- Estou pesquisando sobre os “adolescentes infratores” no cotidiano escolar.

Maria arregala os olhos e diz:

- Mas para o seu problema eu tenho a solução: Trabalho! Caracas! Precisa ter coragem mesmo, só de falar eu tenho medo! O mundo tá perdido e muito violento. Esses bandos de moleques não têm educação nem limites, e agora sobra pra escola. Menina nem os pais aguentam a peteca, coitado do professor!

Fico pensativa e instigada com a afirmativa de Maria, mas não me posiciono, ainda, porque a pesquisa só está começando.

Em seguida, o ônibus chega e nos despedimos ao mesmo tempo nos convidamos para uma visita as nossas respectivas residências.

Sigo meu caminho pensando sobre se aquele seria o ponto de partida da pesquisa.

Ao chegar à casa, ligo o computador e começo uma busca por possíveis referências que eu poderia investigar em relação ao “adolescente infrator”.

Será que falta trabalho para esses meninos e meninas? Pensava. Seria o trabalho a solução para se evitar atos infracionais?

- Pera lá! Preciso entender o que é ato infracional, como surgiu esse conceito – concluí.

Ansiosa e preocupada, começo a pesquisar um pouco mais e, aproveitando que estou ao computador, escrevo um e-mail ao meu orientador para ter a certeza de que poderia utilizar alguns dos autores que já selecionara.

Bom dia, professor!

Será possível começar a leitura de Foucault, em Vigiar e Punir, e depois seguir para Rizzini, em Arte de governar crianças?

Abraços fraternos.

Logo em seguida, antes da resposta do professor, entrei em um site de busca de livros usados e comecei a fazer uma pesquisa de preços, mas logo desisti e resolvi ir à biblioteca da universidade.

No dia seguinte, me dirigi à biblioteca da Universidade de Sorocaba, onde estudo, em busca de material referencial. Foi minha primeira visita a esse espaço e, de algum modo temerosa, acabei me perdendo por entre tantos livros. Por fim, ainda receosa, comecei sua busca. Como tivesse me esquecido de trazer meus óculos, não conseguia ler com clareza e pedi ajuda para encontrar os livros, no que fui prontamente atendida.

Já de volta à casa, fiz um cafezinho e logo iniciei o computador. Lá estava a resposta do professor:

Boa tarde, Cris.

Excelente leitura deve começar com Foucault, entender o conceito de liberdade vigiada.

Pronto. Ali estava o ponto de partida, o início. Mas ainda era perturbadora a questão do trabalho como solução para a questão daqueles adolescentes.

Pensativa, me questionava:

- Seria uma estratégia para resolver o problema do ato infracional, uma escola profissionalizante? Será que ninguém pensou nisso? Quais são as leis de proteção relacionadas à infância?

- Estou num grau de ansiedade que me consome, acho que vou à psicóloga. Tô perdida - quantos medos! (hahahaha!).

- Vou começar por Foucault, conforme as orientações do professor, e depois vou dar uma verificada na afirmativa da Maria, sobre o trabalho, porque, quem sabe, posso ser questionada na Banca sobre isso? Depois agendo a psicóloga, ‘bora ler.

2.2 Loucura e Lucidez

Meu avô vivia momentos de lucidez e de loucura. Para mim é importante ressaltar que era mais lúcido do que louco, como era conhecido. Ele havia sido guarda ferroviário. Minha avó contava que ele ficou deprimido com sua transferência da cidade de Birigui para Lins, e teve um surto psicótico que resultou em sua aposentadoria compulsória. A injustiça e o assédio moral no ambiente de trabalho podem enlouquecer um homem que, devido à necessidade de um emprego, vai ao limite da sujeição, resultando em problemas emocionais e muita tristeza.

Meu avô me ensinou muito mais que a escola pode ensinar; mais do que a professora do primário, ele despertou em mim a sensibilidade no cuidado com o outro, as possibilidades de mudanças através da solidariedade.

Contudo, ele valorizava a escola, acreditava que ela oferecia a oportunidade de alguém tornar-se um vencedor, de compreender o mundo e ter a possibilidade de mobilidade social. Minhas avós estudaram até a terceira série do ensino fundamental. Devido às dificuldades enfrentadas como trabalhadores rurais, nutriram um grande sonho de fazer estudar os três filhos, que optaram por desistências e não seguiram a vida acadêmica.

Trago comigo algumas lembranças tristes de quando vinham buscar meu avô para interná-lo no Hospital Psiquiátrico Bezerra de Menezes, que ficava na vila Junqueira, em Lins. Eu era ainda menina, mas sabia que ele não queria ir, pois oferecia resistência enquanto vários homens eram necessários para levá-lo. E, no meu cantinho, eu chorava desoladamente querendo meu avô. A dor da saudade era amenizada durante as visitas em que eu acompanhava minha avó. Eu sabia que o amor dele por mim era incondicional e que naquele ambiente eu era a protegida dele. Algumas vezes, espiando pela janela, vi ”loucos” psicóticos enjaulados, uma imagem triste e degradante, que guardei entre minhas lembranças. Quando se encerrava o período da visita, eu não queria ir embora, mas reprimia o choro enquanto recebia o afeto e o carinho dele, que me confortava dizendo que logo estaria em casa. O retorno era triste e vazio, e a demora do ônibus tornava a volta para casa uma eternidade.

2.3 Os guarda-chuvas e o manto da proteção

Os guarda-chuvas que meu avô carregava, vários de uma só vez, me fazem pensar em vários tipos de proteção - a proteção familiar, a escolar e aquela que se espera do Estado. Por isso senti necessidade de fazer um breve histórico desde o Império até a República sobre o chamado “manto de proteção”. A questão da infância tem sempre sido objeto de intervenções sociais, religiosas, filantrópicas e legais, que interferem no processo educacional.

As primeiras medidas de proteção à infância pobre foram efetivadas pelo poder público durante a segunda metade do século 19. Nesse período surgiram as primeiras discussões sobre medidas de proteção à infância, questões relativas aos “meninos desvalidos, excluídos os escravos e as meninas, através do Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte” (Decreto n. 1331 A de 17/02/1854 apud RIZZINI Irma, 1995, p. 244), que tinha a preocupação de recolher meninos, livres, que vagavam pelas ruas.

A cultura de menores abandonados e delinquentes vai se configurando, com suporte científico, através de medidas de proteção/repressão pelos aparelhos institucionais.

A cultura menorista se refere ao conceito criminológico e social derivado do termo “menor”. Este termo cunhado desde o início da República estaria em oposição às crianças e adolescentes de famílias abastadas. Conceito atribuído ao pobre, abandonado ou infrator, sendo tratado como ameaça social. Este conceito da cultura menorista passou a judiciar o adolescente pobre caracterizando-o como potencial bandido e culpado pelo desvirtuamento social, portanto passível de forte controle policial, judicial, carcerário e assistencial (COLOMBO, 2006, p. 17).

Há que se ressaltar, de acordo com Irma Rizzini (1995), as diferenças em relação ao modelo escolarizado, desde o período Imperial até a República. O Asilo, criado no Império, será mantido na República, com o objetivo de educar ou “recuperar” o menor. Na realidade, o objetivo primeiro era mantê-los longe da sociedade, o que não deixa de ser uma flagrante contradição, como também foram os manicômios. Essas instituições cumpriam seus papéis de manter locais de afastamento e disciplinamento dos indesejados, infratores ou loucos.

Neste instante me lembro do meu avô, que foi afastado de mim, e do quanto seu afastamento gerou de instabilidade em nossa família. A mesma sociedade que diz assistir, condena ao afastamento.

Rizzini fala do menor nas diferentes posições sociais.

A diferença estava nas finalidades de cada instituição – no asilo, o filho do pobre era preparado para ocupar um papel secundário na sociedade, enquanto que, no colégio interno, o filho do afortunado era preparado para ocupar postos de destaque sob os aspectos político, econômico e social (RIZZINI Irma, 1995, p. 245).

O debate e os diferentes posicionamentos em relação à criança pobre, delinquente e órfã seguem atravessando o tempo, com discursos de proteção e saberes em todas as esferas institucionais.

Arantes (1995, p. 203) menciona o crescente movimento para a criação do ensino profissionalizante, sem características assistenciais. Nesse movimento, a formação profissionalizante acentuava a discriminação da população pobre – com especial destaque aos delinquentes, órfãos e abandonados. Buscava-se uma mão de obra especializada “condizente com a emergência do processo de industrialização e modernização do País”. Enquanto educadores visavam o resgate da distinção do ensino profissionalizante em contraposição ao caráter meramente assistencialista e corretivo da proteção aos desvalidos, médicos e filantropos mantinham a posição de que ao Estado cabia o dever de proteger o menor, respondendo à aspiração da sociedade da época.

Marcílio (2011) aborda o movimento eugenista¹, surgido da ideia do evolucionismo (proposto por Darwin, 1859). Tratava-se de uma proposta que visava à “melhoria da espécie humana”, levada a cabo através da sanitização social, entre outras medidas. A esse movimento, diz Marcílio, juntaram-se juristas que começaram a pensar novas leis para “proteger” a criança abandonada e corrigir a questão social que começava a perturbar a sociedade: a “adolescência infratora” (p.68).

Com a promulgação do Código de Menores em 1927, a questão da infância estava atrelada à questão dos “menores delinquentes” que tinha uma demanda não suprida pelo Estado, sendo então necessária a transferência dessa responsabilidade para as instituições filantrópicas assistenciais.

O Código de 1927 congrega tanto a visão higienista, que prevê a proteção do meio e do indivíduo, quanto a visão moralista e repressiva, herança do Império.

CODIGO DOS MENORES PARTE GERAL

CAPITULO I

DO OBJECTO E FIM DA LEI

¹ A eugenia brasileira surgiu em resposta às teorias degeneracionistas europeias do século 19 que criticavam a miscigenação dos trópicos. Apesar do paradoxo racial, implantar a eugenia no Brasil era visto por cientistas e intelectuais do período como um caminho para elevar um país povoado por uma legião de jecas. Foi com o médico paulista Renato Kehl que a teoria adquiriu adeptos e defensores. O entusiasmo generalizado causado por uma conferência realizada por Kehl na Associação Cristã de Moços de São Paulo impulsionou a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo (Sesp), em 1918.

Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente ás medidas de assistencia e protecção contidas neste Codigo.

[...]

Art. 28. São vadios os menores que:

a) vivem em casa dos paes ou tutor ou guarda, porém, se mostram refractarios a receber instruccão ou entregar-se a trabalho sério e util, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros publicos;

b) tendo deixado sem causa legitima o domicilio do pae, mãe ou tutor ou guarda, ou os logares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicilio nem alguem por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros publicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de occupação immoral ou prohibida.

[...]

Art. 61 [...]

Parágrafo único. Paragrapho único. Entende-se que o menor vadio ou mendigo habitual quando apprehendido em estado de vadiagem ou mendicidade mais de duas vezes. (BRASIL, 1927)

No capítulo VII do mesmo Código, observamos indulgência relativa ao menor de 14 anos (Art. 68) e a aplicação pena de liberdade assistida a casos especiais (Art. 69).

CAPITULO VII

DOS MENORES DELINQUENTES

Art. 68. O menor de 14 annos, indigitado autor ou cumplíce de facto qualificado crime ou contravenção, não será submettido a processo penal de, especie alguma; a autoridade competente tomará sómente as informações precisas, registrando-as, sobre o facto punivel e seus agentes, o estado physico, mental e moral do menor, e a situação social, moral e economica dos paes ou tutor ou pessoa em cujo guarda viva.

[...]

§ 2º Si o menor fôr abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser, a autoridade competente proverá a sua collocação em asylo casa de educação, escola de preservação ou confiará a pessoa idonea por todo o tempo necessario á sua educação comtando que não ultrapasse a idade de 21 annos.

[...]

Art. 69. O menor indigitado autor ou cumplíce de facto qualificado crime ou Contravenção, que contar mais de 14 annos e menos de 18, será submettido a processo especial, tomando, ao mesmo tempo, a autoridade competente as precisas informações, a respeito do estado physico, mental e moral d'elle, e da situação social, moral e economica dos paes, tutor ou pessoa incumbida de sua guarda.

[...]

§ 2º Si o menor não fôr abandonado, nem pervertido, nem estiver em perigo de o ser, nem precisar do tratamento especial, a autoridade o recolherá a uma escola de reforma pelo prazo de um a cinco annos.

§ 3º Si o menor fôr abandonado, pervertido, ou estiver em perigo de o ser, a autoridade o internará em uma escola de reforma, por todo o tempo necessario á sua educação, que poderá ser de tres annos, no minimo e de sete annos, no maximo (BRASIL, 1927)

Em 1941 é criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM, vinculado ao Ministério da Justiça para o atendimento de menores carentes e infratores da lei penal. O SAM vigorou por mais de trinta anos. Com várias denúncias de maus tratos, acabou sendo extinto em 1964, durante o período da Ditadura Civil – Militar.

Pelos relatórios do Juizado de Menores, nas décadas de 30 e 40, observa-se que o empenho nos esforços empreendidos no sentido de oferecer apoio às famílias pobres dos menores desassistidos representava um desafio aparentemente intransponível. Ainda que parecesse à maioria que a solução para as situações de delinquência e abandono eram de competência do judicial, observava-se claramente, ao longo do tempo, que a origem do problema era social. (RIZZINI Irene, 1995, p. 141)

Em seu retorno do exílio em fins dos anos 1980, num debate ocorrido em Sorocaba, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (hoje UNISO), Paulo Freire responde a um questionamento sobre seu precoce engajamento no processo de educação e liberdade do povo. Descrevendo aspectos de sua própria infância, apresenta-se como um menino que cometera alguns delitos, e que bem poderia ter-se tornado um menor assistido pelo Serviço de Assistência ao Menor – SAM.

[...] Aí eu perdi meu pai, tivemos, eu e meus irmãos, uma infância, uma adolescência um pouco dura, um pouco difícil. Não passei fome propriamente, mas a coisa também não era fácil. A gente roubava o mamão do vizinho e roubava os ovos das galinhas poedeiras, que punham nos terrenos devolutos e aí dava-se como jantar e os maiores iam aceitando aquelas pesquisas que nós, crianças, fazíamos em torno da alimentação! Eu diria a vocês, inclusive, que eu só não furtei dinheiro porque não deu tempo, mas o resto eu furtei. Mas por causa disso eu tive uma infância feliz, depois eu saí... Tive grandes dificuldades para estudar, e até compreender as coisas que eu lia, porque eu não entendia nada! Não entendia porque eu tinha fome e era raquítico, não porque eu fosse pouco inteligente. Eu pensava que era pouco inteligente, não me acho muito inteligente, mas razoavelmente inteligente e muito mais, pelo menos, do que eu pensava que era, entende? Eu tinha mais fome do que burrice e por isso é que eu os compreendo tanto, os menos favorecidos economicamente. Que dificuldade significa para uma criança da favela competir com uma criança do meio social a que vocês pertencem (VANNUCCHI, 1983, p. 98).

A exposição de Paulo Freire nos revela sua sensibilidade em relação ao aprendizado e à pobreza. Sua visita à Faculdade naquela época estava atrelada a uma proposta de realizar o projeto “Vivendo e Aprendendo”, que tinha três objetivos:

- 1) Envolver pessoas responsáveis e interessadas, num trabalho conjunto de revisão do processo educacional, à luz do pensamento pedagógico de Paulo Freire;
- 2) Buscar uma ação educativa que leve a intervenção na realidade e a sua valorização, ou seja, aprender com a vida;
- 3) Descobrir propostas alternativas de ação que estimulem a reflexão sobre como mudar nossa prática, para que a educação desempenhe um papel conscientizador e transformador da realidade (VANNUCCHI, 1983, p.5).

Estou convicta de que o projeto educacional de Paulo Freire ainda é latente na valorização das experiências cotidianas, como possibilidade da construção da cidadania descolonizada.

Paulo Freire, em *Pedagogia dos Sonhos possíveis* (2014a), afirma que diante da experiência da delinquência, caso fosse descoberto pelo vizinho, não seria punido, por ser filho do Capitão Temístocles, o que o colocava em vantagem em relação aos meninos de famílias em situação de vulnerabilidade social.

O meu vizinho não podia pensar que nós éramos os autores daquele furto porque a classe social a que nós pertencíamos não possibilitava que ele fizesse esta conjectura. No máximo, se ele viesse a descobrir que éramos os autores, o vizinho iria dar um sorriso discreto e dizer à minha mãe: não se preocupe isto é trela de crianças. Se fossem porém, meninos de um operário, teriam sido considerados delinquentes infantis. Na verdade, não éramos e nem fomos delinquentes, matamos a galinha pedrês do vizinho para comer. Tínhamos fome (FREIRE, 2014a, p.81).

Durante o período da Ditadura Civil e Militar no Brasil, criou-se a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM), como um órgão central e normativo e de repasse de recursos financeiros para a Fundação Estadual do Bem-estar de Menores (FEBEM). Dentre os princípios e objetivos, o manto da proteção cabia

Diretamente ao **menor desassistido**, categoria que compreendia tanto o **menor de conduta antissocial**, quanto o **menor carentiado**, aos quais deveriam dirigir-se, respectivamente, os programas de tratamento e prevenção [...].

À **prevenção** cabia, por seu lado, cuidar das situações de abandono de fato, características das áreas urbanas com forte densidade demográfica, [...] marcadas pela presença de menores em atividades lucrativas, menores em condições de permanente ociosidade, menores em atividades moralmente perigosas, mendicância, delinquência ou vício, promiscuidade nas condições da habitação e alto índice de população flutuante (RIZZINI, 1995, p. 306) (Grifos da autora).

Sob o manto da proteção as leis de tutela do Estado, que vigorou desde o Código de Menores de 1927, o Código de 1979 classificou juridicamente a condição do menor em situação irregular nos seguintes termos:

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.

Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou

voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial. (BRASIL, 1979)

Durante os anos de 1980, os movimentos sociais em luta pela Democracia desencadeiam as reivindicações pela participação nas decisões políticas. Nesse embate, surge o Movimento nacional de meninas e meninos de rua – MNMMR.

O MNMMR começou a existir em 1982 e se constituiu como uma entidade civil independente em 1985. Esse Movimento não atende diretamente os menores. Sua ação é constituída pela busca de mobilização dos menores, assim como de técnicos e educadores de rua, além de diretores e funcionários de instituições - todos os envolvidos nesse segmento da população brasileira. O Movimento é independente, não tendo vínculos nem com o Estado nem com a Igreja, mantendo-se com o suporte financeiro de três entidades internacionais (entre elas, a UNICEF). O MNMMR nasce, portanto, como espaço de articulação dos programas de atendimento e dos educadores comprometidos nas áreas e organização em diferentes metodologias, formando associações e cooperativas, através do pensamento de Paulo Freire.

Surgem assim, por todo o Brasil, diferentes iniciativas de atendimento aos meninos e meninas de rua e produzem uma metodologia de atendimento a crianças e adolescentes que viviam pelas ruas, que passou a ser conhecida como Educação Social de Rua. Fundamentado em princípios da Pedagogia do oprimido do pedagogo Paulo Freire e nas discussões mais avançadas da educação histórico-crítica, esse processo desenvolveu diferentes metodologias: associações de engraxates, cooperativas de picolezeiros, grupos comunitários e muitas outras iniciativas. No início da década de 1980, surge o Projeto de alternativas de atendimento aos meninos e meninas de rua (VOLPI, 2001, p. 30).

Torna-se assim imprescindível fazer ecoar o pensamento de Paulo Freire em relação aos adolescentes pobres e à importância de pensarmos o Brasil e o mundo.

Penso nos meninos com fome, nos meninos traídos, nas meninas vilipendiadas nas ruas deste país, deste e de outros continentes. Meninos e meninas que estão inventando outro país. E nós, mais velhos, temos que ajudar essas meninas e esses meninos a refazer o Brasil. E é com esta convicção, é com este sonho que eu falo a vocês e que eu termino minha fala. Ajudemos estes meninos a reinventar o mundo (FREIRE, 2014a, p.81).

A partir da Constituição Federal de 1988, e posteriormente o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, em 1993, Doutrina de Proteção Integral, crianças e adolescentes passam a ser vistos como sujeitos peculiares em desenvolvimento, substituindo a Doutrina de situação irregular prevista no Código de 79. Nesse sentido, a mudança operacional das legislações não alterou a situação de internação dos/as adolescentes.

Foucault (2014) define a situação em que se encontra o transgressor das regras sociais frente à sociedade violada.

Efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social; a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. Luta desigual: de um só lado todas as forças, todo o poder, todos os direitos. E tem mesmo de ser assim, pois aí está representada a defesa de cada um. Constitui assim um formidável direito de punir, pois o infrator se torna inimigo comum soberano [...] o direito de punir se deslocou da vingança do soberano à defesa da sociedade. (p. 89)

Contudo, o ato infracional não se configura como crime ou contravenção, dada a inimputabilidade do adolescente devida à questão da subjetividade que considera a ausência do pleno discernimento dos atos, mesmo que de sua conduta derive crime elencado no Código Penal.

Quando a conduta de um adolescente corresponde à tipificação legal descrita como crime ou contravenção, o ECA tem por pressupostos que, subjetivamente, não se pode exigir dele o mesmo grau de discernimento de um adulto, por isso, essa conduta não é considerada como crime ou contravenção (por falta de elemento subjetivo) mas como ato infracional, cuja conceituação assenta, além disso, na situação de vulnerabilidade social, (desintegração familiar, falta de acesso aos benefícios e serviços públicos, acesso à educação e emprego e outros). Não é penalizado nos termos da lei aplicável aos adultos, mas inserido, embora compulsoriamente, em medidas socioeducativas, como a finalidade de sua reinserção social (SIMÕES, 2011, p.248).

O caminho percorrido para a promulgação do ECA estava vinculado aos pactos internacionais relacionados à infância: a Convenção da ONU sobre os direitos da Criança, Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, Regras de Beijing e Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência - Diretrizes de Riad.

As Regras mínimas uniformes para a administração da justiça de menores (conhecidas como Regras de Beijing) estipulam definições de forma compatível com os sistemas e conceitos jurídicos dos Estados Membros:

[...]

2. Alcance das regras e definições utilizadas

2.1 As regras mínimas uniformes que se enunciam a seguir se aplicarão aos jovens infratores com imparcialidade, sem distinção alguma, por exemplo, de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição.

2.2 Para os fins das presentes regras, os Estados Membros aplicarão as definições seguintes, de forma compatível com seus respectivos sistemas e conceitos jurídicos:

a) jovem é toda a criança ou adolescente que, de acordo com o sistema jurídico respectivo, pode responder por uma infração de forma diferente do adulto;

b) infração é todo comportamento (ação ou omissão) penalizado com a lei, de acordo com o respectivo sistema jurídico;

c) jovem infrator é aquele a quem se tenha imputado o cometimento de uma infração ou que seja considerado culpado do cometimento de uma infração. (ONU, 1985)

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, ficou estabelecida juridicamente a idade prevista para o cumprimento de medidas socioeducativas: se o ato infracional for praticado por uma criança, aplica-se a medida de proteção; se praticado por um adolescente, aplicam-se as medidas socioeducativas, como advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida.

As medidas socioeducativas são ao mesmo tempo, a sanção e a oportunidade de ressocialização, contendo, portanto, uma dimensão coercitiva, uma vez que o adolescente é obrigado a cumpri-la, e educativa, uma vez que seu objetivo não se reduz a punir o adolescente, mas prepará-lo para o convívio social (VOLPI, 2011, p.66).

Para cada ato infracional aplicam-se as medidas socioeducativas específicas:

ADVERTÊNCIA (ART. 115 DO ECA)

O que é: uma repreensão judicial, com o objetivo de sensibilizar e esclarecer o adolescente sobre as consequências de uma reincidência infracional.

OBRIGAÇÃO DE REPARAR O DANO (ART. 116 DO ECA)

O que é: ressarcimento por parte do adolescente do dano ou prejuízo econômico causado à vítima.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (ART. 117 DO ECA)

O que é: realização de tarefas gratuitas e de interesse comunitário por parte do adolescente em conflito com a lei, durante período máximo de seis meses e oito horas semanais.

LIBERDADE ASSISTIDA (ARTS. 118 E 119 DO ECA)

O que é: acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente em conflito com a lei por equipes multidisciplinares, por período mínimo de seis meses, objetivando oferecer atendimento nas diversas áreas de políticas públicas, como saúde, educação, cultura, esporte, lazer e profissionalização, com vistas à sua promoção social e de sua família, bem como inserção no mercado de trabalho.

SEMILIBERDADE (ART. 120 DO ECA)

O que é: vinculação do adolescente a unidades especializadas, com restrição da sua liberdade, possibilitada a realização de atividades externas, sendo obrigatórias a escolarização e a profissionalização. O jovem poderá permanecer com a família aos finais de semana, desde que autorizado pela coordenação da Unidade de Semiliberdade.

INTERNAÇÃO (ARTS. 121 A 125 DO ECA)

O que é: medida socioeducativa privativa da liberdade, adotada pela autoridade judiciária quando o ato infracional praticado pelo adolescente se enquadrar nas situações previstas no art. 122, incisos I, II e III, do ECA. A internação está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A internação pode ocorrer em caráter provisório ou estrito.

De todas as sentenças proferidas pelos juízes da Vara da Infância e da Juventude e da Vara Regional de Atos Infracionais da Infância e da Juventude cabe apelação (recurso de sentença) no prazo de 10 dias, juntamente com a apresentação das razões. (BRASIL, 2016)

Foucault (2014) nos remete a uma reflexão sobre os termos de punição:

No projeto dos juristas reformistas, a punição é um processo para requalificar os indivíduos como sujeitos de direitos; utiliza não marcas, mas sinais, conjuntos codificados de representações, cuja circulação deve ser realizada o mais rapidamente possível pela cena do castigo, e a aceitação deve ser a mais universal possível. Enfim, no projeto de instituição carcerária que se elabora, a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos; ela utiliza processo de treinamento do corpo-não sinais – com traços que deixa sob a forma de hábitos no comportamento; ela supõe a implantação de um poder específico de gestão da pena. O soberano e sua força, o corpo social, o aparelho administrativo. A marca, o sinal, o traço. A cerimônia, a representação o exercício. O inimigo vencido, o sujeito de direito em vias de requalificação, o indivíduo submetido a uma coerção imediata (p. 129).

Liberdade assistida, segundo Simões (2011), “tem origem em Boston (EUA), sob o conceito de liberdade vigiada, com o nome de *probation*, segundo o qual o juiz nomeava delegados encarregados de acompanharem a conduta do adolescente, apresentando relatórios periódicos e sugerindo modificações da medida”. Ao orientador cabe promover socialmente o adolescente e sua família junto à comunidade, dando-lhe as orientações adequadas e, quando necessário, inseri-los em programa comunitário assistencial ou oficial, além de matricular e supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar e cuidar da formação profissional do adolescente e sua inserção no mercado de trabalho.

Vemos, assim, que a sanção normalizadora está presente em todos os espaços e atravessa o tempo. Nesse caminho, desnaturalizar o que perpetua como normal é uma tarefa primordial no/do cotidiano, sobretudo na escola, na universidade, na comunidade, enfim nos “espaços de trabalho e convivência, porque nada adianta o encadeamento de ações socialmente responsáveis se, no momento, as mesmas pessoas agem de maneira a manter as mesmas desigualdades” (SPINK; SPINK, 2006, p.8).

O Brasil é um país desigual, no seu dia-a-dia, em cada momento, em cada canto e lugar, práticas desiguais são consolidadas e reproduzidas. A desigualdade não é um azar histórico, um vírus que se propaga pelo ar e, muito menos, uma conspiração de um grupo restrito. A desigualdade é sustentada no cotidiano pelas ações de todos, ao impor, ao aceitar ou ao considerar que algo é normal.

Diante do exposto, é preciso desconstruir alguns legados em relação ao manto da proteção à infância, sobretudo aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, que historicamente têm sido alvo de intervenções em todas as áreas do poder-saber e com técnicas correcionais e disciplinamento, por serem considerados sujeitos corrigíveis.

Foucault, em sua obra *Os Anormais* (2014), um compilação de seu curso no College de France em 1975, vai falar sobre o “desajustamento social”, o aparecimento

do personagem anormal, do domínio das anomalias. Definindo a genealogia do anormal.

A primeira dessas figuras é a que chamarei de “monstro humano” o contexto de referência do monstro humano é a lei, é claro. A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica-jurídica. [...] a segunda [...] do indivíduo anormal, é a que poderíamos chamar de figura do ‘indivíduo a ser corrigido’. O indivíduo a ser corrigido é, no fundo, um indivíduo bem específico dos séculos XVII e XVIII. O contexto de referência do indivíduo a ser corrigido é muito mais limitado: é a família mesma, no exercício do seu poder interno ou na gestão da sua economia; ou, no máximo, é a família em sua relação com as instituições que lhe são vizinhas ou que a apoiam. O indivíduo a ser corrigido vai aparecer nesse jogo, nesse conflito, nesse sistema de apoio que existe entre a família e, depois, a escola, a oficina, a rua, o bairro, a paróquia, a igreja a polícia, etc. Esse contexto, portanto é que é o campo de aparecimento do indivíduo a ser corrigido. O indivíduo a ser corrigido também tem em comum com o monstro esta outra diferença: sua taxa de frequência é evidentemente muito mais elevada. O monstro é por definição uma exceção; o indivíduo a ser corrigido é um fenômeno corrente. (FOUCAULT, 2014, p. 47)

Daí uma série de equívocos: primeiro está a problemática do homem anormal, por ser muito frequente está imediatamente próximo à regra, assim será difícil determiná-lo. Se de um lado é familiar, cotidiano, podemos reconhecê-lo, contudo sem provas.

Outro equívoco: quem deve ser corrigido se apresenta como sendo a corrigir, à medida que fracassaram as técnicas, os procedimentos, todos os investimentos familiares e corriqueiros da educação, pelos quais se pode tentar corrigi-lo. O que define o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que ele é incorrigível. E no entanto, paradoxalmente, o incorrigível, na medida em que é incorrigível, requer um certo número de intervenções específicas em torno de si, sobre intervenções em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção. Isto é, uma nova tecnologia da reeducação, da sobrecorreção (p.50).

Todo o eixo do corrigível versus o incorrigível vai servir de suporte às instituições específicas para os anormais desenvolvidas no século 19, que atravessam o tempo e perpetuam-se no cotidiano, nas famílias e, sobretudo, na escola.

Nesse sentido, o manto da proteção em relação à infância traz em seu bojo as instituições correcionais e de vigilância direcionadas aos adolescentes pobres.

2.3.1 A sociedade disciplinadora

A disciplina não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições “especializadas” (as penitenciárias, ou as casas de correção do século XIX), seja de instrumento essencial para um fim determinado (as casas de educação, os hospitais) [...] (p. 208).

Foucault, em *Vigiar e Punir*, ao deslindar o sistema prisional, desde a Idade Média, demonstra que esse foi se modificando ao longo da história. Para Foucault o “corpo” sempre esteve presente na justificação dos castigos, penas e sentenças, os suplícios eram espetáculos da barbárie humana, expostos à comunidade, o soberano era a supremacia. A história foi se revelando diante das mazelas de desigualdades sociais, e a sua reestruturação no campo judiciário demonstrou que já não era mais o soberano e sim as incorporações de outros saberes, para que não houvesse revolta, inversão dos valores tornando o criminoso em vítima do algoz.

Foucault aponta como sendo dispositivos de vigilância e punição através do corpo, os seguintes sistemas: prisão, escola, hospital. No século 18, o sistema penal vai se reformulando em direção a uma prática mais “humanista”. O suplício do corpo já não bastava, fazia-se necessário atingir a alma, o incorpóreo.

O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis, a economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando o bem mais elevado, por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato deste sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores, por sua simples presença ao lado do condenado [...] (FOUCAULT, 2014, p. 16).

Diante desse aparato do “poder-saber”, circunscreve-se a legitimidade do castigo. A ferramenta para aliviar as tensões, dar suporte técnico às decisões judiciais, “um saber, técnicas, discursos “científicos” se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir” (p.26).

O poder não é exclusividade de um corpo, do Estado. E a microfísica do poder interage no cotidiano, tornando-se uma rede de relações que se expande como teias de vigilâncias.

Ora, o estudo desta microfísica do poder supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes da batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que apodera de um domínio. Temos em suma, de admitir que esse poder se exerça mais do que se possui, que não é “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e as vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (p. 30).

As transformações ocorridas no sistema penal a partir do século 18 destacam-se por sua posição contra o superpoder do soberano e a luta contra o infra poder que se estendia naquela rede de relações.

Com as novas formas de acumulação de capital, de relações de produção e de estatuto jurídico da propriedade, todas as práticas populares que se classificavam seja uma forma silenciosa, cotidiana tolerada seja numa forma violenta na ilegalidade dos direitos são desviadas à força para a ilegalidade dos bens. O roubo tende a se tornar a primeira das grandes escapatórias à legalidade, nesse movimento que vai de uma sociedade da apropriação jurídico-política a uma sociedade da apropriação dos meios e produto do trabalho. Ou para dizer as coisas de outra maneira: a economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista. A ilegalidade dos bens foi separada da ilegalidade dos direitos. Divisão que corresponde a uma oposição de classe, pois, de um lado, a ilegalidade mais acessível às classes populares será a dos bens – transferência violenta das propriedades; de outro a burguesia, então se reservará a ilegalidade dos direitos: a possibilidade de desviar seus próprios regulamentos e suas próprias leis de fazer funcionar todo um imenso setor da circulação econômica por um jogo que se desenrola nas margens da legislação – margens previstas por seus silêncios, ou liberadas por uma tolerância de fato. E essa grande redistribuição das ilegalidades se traduzirá até por uma especialização dos circuitos; para as ilegalidades de bens – para o roubo – os tribunais ordinários e os castigos; para as ilegalidades de direitos - fraudes, evasões fiscais, operações comerciais irregulares – jurisdições especiais com transações, acomodações, multas atenuadas etc. A burguesia se reservou o campo fecundo da ilegalidade dos direitos. E, ao mesmo tempo em que essa separação se realiza, afirma-se a necessidade de uma vigilância constante que se faça essencialmente sobre essa ilegalidade dos bens. (FOUCAULT, 2014, p.135).

O poder-saber atravessa o tempo juntamente com a “cientificidade do judiciário”. Além dos dispositivos, há de se ressaltar o panóptico de Bentham, que Foucault considera como programa de arquitetura que torna transparente o poder, por intermédio da vigilância contínua da prisão, da escola, das fábricas e hospitais, na modalidade disciplinar.

Uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com a codificação que esquadrija ao máximo de tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade que podemos chamar as “disciplinas” [...] Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrija, o desarticula e o recompõe. Uma anatomia política [...] (p.135).

Portanto, as técnicas de pulverizar as disciplinas vão compondo a “anatomia política” ou “mecânica do poder” transformando-se em arte de distribuição.

As disciplinas, organizando as celas, os lugares, e as fileiras criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturas, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias, marcam lugares e indicam

valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais, pois que regem a disposição de edifícios, de salas de móveis, mas ideais, pois se projetam sobre essa organização caracterizações estimativas hierarquias. A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de quadros vivos que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas (FOUCAULT, 2014, p.145)

Neste sentido, disciplina e a normalização contribuem para a docilidade dos corpos, dos monstros ou anormais.

Entre as ilegalidades, do monstro político-jurídico, ressaltamos as inquietudes de um personagem da delinquência, em contestada no tribunal pelas ilegalidades.

Era apenas a figura passageira das ilegalidades menores: uma criança de treze anos, sem domicílio nem família, acusada de vadiagem e que uma condenação a dois anos de correção sem dúvida colocou por muito tempo nos circuitos da delinquência [...] o discurso de uma ilegalidade que permanecia rebelde a essa coerções. E que valoriza a indisciplina de uma maneira sistematicamente ambígua como a ordem desordenada da sociedade e como afirmação dos direitos irredutíveis. Todas as ilegalidades que o tribunal codifica como infrações, o acusado reformulou como afirmação de uma força viva: a ausência de habitat em vadiagem, a ausência de patrão em autonomia, a ausência do trabalho em liberdade, a ausência de horário em plenitude dos dias e das noites (p.285).

Em resposta à obra de Foucault (2014), em *A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer*, Certeau vai desvelando as táticas da produção sociocultural, através de uma rede antidisciplinar.

Essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural. Elas colocam questões análogas e contrárias às abordadas no livro de Foucault: análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano; contrárias por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da vigilância. E esses modos de proceder e essas astúcias de consumidores compõem, no limite, a rede de uma antidisciplina (CERTEAU, 2012, p.41).

Sobre a bricolagem e táticas de uma rede de antidisciplina relativas ao ambiente escolar, Barchi (2016, p.180) diz,

A indisciplina, como um exercício extremo de resistência, não se pauta somente na desobediência à autoridade do professor em sala de aula, na degradação dos edifícios escolares, ou da negação da importância da escola ou da educação. A indisciplina é uma recusa ao exercício disciplinar na formação do sujeito.

A partir dessas astúcias, encontram-se táticas ou “maneiras de fazer” nas entrelinhas das redes de poderes, por uma dimensão política e epistemológica.

Trabalhamos com a perspectiva política das subjetividades (desejos, sentidos, significados, representações) relacionadas ao meio ambiente e a educação e como ela se manifesta nas relações de poder e nas práticas pedagógicas e sociais cotidianas em espaços de aprendizagem, particularmente na escola (REIGOTA; PRADO, 2008, p.20).

Segundo Spink (2013, p.27),

Quando falamos, estamos invariavelmente realizando ações - acusando, perguntando, justificando, etc. - produzindo um jogo de posicionamentos com os nossos interlocutores, tenhamos ou não essa intenção [...] Um texto escrito constitui um ato de fala impresso, um elemento de comunicação verbal que provoca discussões ativas: pode ser elogiado, comentado, criticado pode orientar trabalhos posteriores.

Ainda é importante observar que as práticas discursivas se revelam na linguagem corporal, nos gestos, nos olhares, “[a] dialógica não se esgota nem se encerra no diálogo”. (SPINK; SPINK 1999, p.51). A linguagem é uma prática social conectada com a tecnologia de poder, e experimentada no cotidiano, pode representar estratégias de antidisciplina como táticas de enfrentamento à ordem estabelecida em todos os espaços. A linguagem pode ser um instrumento de punição e/ou absolvição do poder-saber do corpo social, em relação à ordem vigente.

Há muitas divergências e convergências na leitura do mundo, nas práticas discursivas que podem definir o “infrator”, no cotidiano, campo científico que não reflete a real condição de sujeito. Volpi (2001) faz referência a uma caricatura, uma forma exagerada de representação do sujeito. A representação do infrator, por exemplo, é a de alguém mau. Ideologicamente, trata-se de um inimigo da sociedade, do Estado, enquanto juridicamente é um descumpridor, religiosamente, um pecador e, sociologicamente, um desajustado. Por outro lado, dependendo da teoria e do lugar de onde se fala, ele pode ser também uma vítima do sistema em ato de revolta e desprezo às leis (p. 134).

2.4 Carta 1

Sorocaba, 15 de setembro de 2016

Ilustríssimo Senhor João José dos Santos

Venho por meio desta agradecer-lhe por todo o seu esforço para que eu pudesse estudar. O senhor sempre almejou a liberdade através do conhecimento e que nossa voz não fosse silenciada. Naquele dia, em que me levou até a prefeitura para pedir uma bolsa de estudos em uma universidade em Lins, ficamos horas sentados na cadeira de espera, até que a Secretária de Educação pediu para que fôssemos direto para a Universidade, resolver a questão. Fiquei aborrecida, e o senhor também e minha mãe até tentaram, mas não conseguimos. Enfim,

hoje continuo os estudos, agora já no mestrado em Educação. O meu orientador é de Promissão, pertinho de nossa cidade. Se o senhor estivesse aqui, iria até sua casa pedir para ajudar-me a vencer alguns medos, não tenho dúvida disso.

Acredito que o senhor deve estar muito orgulhoso, se pudesse, anunciaria aos gritos em cima do muro, de alegria pela realização de um sonho que senhor sempre teve, mas que não alcançou. O senhor foi um homem muito valente e amoroso e me ensinou muito. Fez-me conhecer o amor ao próximo, o respeito e a solidariedade, que eu não encontrei nos bancos escolares. Posso dar-lhe a honra de chamá-lo mestre dos mestres.

Eu continuo na luta pela proteção das crianças e adolescentes, que o senhor começou durante minha infância. Quando ouvia o vizinho surrar os filhos dele, o senhor ligava a mangueira de água e jogava na casa dele, a fim de acabar com a agressão. Sim, o senhor era louco - de amor.

Agora estou falando sobre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, para dar continuidade à pesquisa que o senhor iniciou. Por isso estou trazendo alguns “retalhos” para a academia.

Meu objetivo é pensar a educação com propostas menos segregadoras e militarizadas, porque o senhor sabe que conheço muito bem o que estou falando, refletir sobre a educação ser tenebrosa, através do autoritarismo, humilhações e dificuldades nos afazeres escolares. Estou levando nossa realidade para a escola. Querido avô, agora também sou professora universitária, meus alunos e alunas são filhos de empregadas domésticas, faxineiras, manicures, alguns já foram até moradores de rua. Dá para imaginar? Quantas histórias lindas de superação e resistência e o longo caminho que percorreram para realizar os sonhos através da escola e universidade.

Não posso silenciá-los, e ou excluí-los. Tenho o dever ético, não posso perpetuar a condição de opressão que eles vivenciaram cotidianamente. Recordo-me de que gostava muito de conversar sobre o cuidado com a natureza, o ser humano e o cuidado com as crianças. Queria que todos nós tivéssemos um pouco da sua loucura!

Meu amor pelo senhor está eternizado. Quero agradecer-lhe imensamente por tudo, principalmente pelo carinho e amor que o senhor e a avó me propiciaram, tornando-me o ser humano que sou.

A vitória minha também é sua, João Mineiro. Imagina, o senhor que me falava tanto da alta estrada de ferro Sorocabana, estou em Sorocaba, e ouvindo a sua canção preferida. Lembro-me de que me pediu tanto para encontrar o disco do Altemar Dutra, e eu só consegui emprestado da nossa vizinha, para o senhor ficar ouvindo a música “Sentimental demais” e agora a escuto, lembrando-me do senhor sentado na área de casa, com aquele boné branco, e às vezes o via enxugando as lágrimas, como faço

agora, nesta escrita.

SENTIMENTAL DEMAIS

Sentimental eu sou

Eu sou demais

Eu sei que sou assim

Porque assim ela me faz

As músicas que eu

Vivo a cantar

Têm o sabor igual

Por isso é que se diz

Como ele é sentimental

Romântico é sonhar

E eu sonho assim

Cantando estas canções

Para quem ama igual a mim

E quem achar alguém

Como eu achei

Verá que é natural

Ficar como eu fiquei

Cada vez mais

Sentimental....

A saudade é eterna, sei que o senhor estará comigo para me fortalecer durante minha jornada de indignação, terreno em que eu insisto em ficar. Levo-o comigo nas ações de respeito e solidariedade. Vô, tem muita gente que está na sua empreitada, na academia, nos movimentos sociais; o senhor nem imagina, há redes e teias de enfrentamento e resistência política e pedagógica.

Fui a Belo Horizonte, dá para imaginar? Eu expondo um trabalho sobre os meninos e meninas em conflito com a lei? Sei o quanto gostaria de estar lá comigo.

Querido avô, vou finalizando com muitas lágrimas e quero dizer que o seu compromisso sentimental com o mundo está comigo, onde quer que eu vá. Anunciarei

sempre o senhor para as novas gerações da nossa família. Eu, sua neta mais velha, estou chegando a espaços acadêmicos e trazendo um pouco de sua indignação e com muito entusiasmo e esperança junto daqueles que acreditam em outras possibilidades de convivência regadas de solidariedade e indignação perante as injustiças em relação à humanidade.

Para finalizar, quero deixar do tamanho do mundo minha gratidão por tudo que fez por mim e pela família. Também tenho um fato triste para contar. Infelizmente aconteceu novamente na família, o raio que ceifou a vida do seu irmão em Birigui, quando o senhor precisou cuidar dos filhos dele por um período até que eles junto da mãe fossem para um Casa Abrigo (sei o quanto eles são gratos ao senhor e à avó pelo carinho). Mas agora o raio voltou, e levou o meu genro, atingiu sua bisneta e tataraneta, por um milagre elas sobreviveram. Em tantas lutas e angústias encontrei por este caminho pessoas maravilhosas que foram solidários conosco diante dessa tragédia.

Por você, para você, meu velho, continuo meus estudos.

2.5 Retalho estampado

2.5.1 As borboletas, os vaga-lumes, a lama e a jabiraca: para brincar de aprender

Caçar borboletas era uma das brincadeiras de infância - ao tocar as asas, aquele pó que saía era minha maquiagem. À noite os vaga-lumes eram aprisionados em potes de vidros, era uma competição com as colegas, para ver quem tinha mais, em seguida os soltávamos.

Assim cresci, brincando entre as jabuticabeiras e a frondosa seringueira, em Lins, no Bairro da Vila Ribeiro, interior de São Paulo. Entrar no baú da memória, reencontrar os fios e os nós da vida, é recordar fatos memoráveis do cotidiano escolarizado e do aprendizado da vida. Conseguir uma vaga e ingressar no ambiente escolar foi uma grande vitória para minha avó, e eu estava em vantagem em relação aos amiguinhos, iria à escola. Comecei a estudar em 1979, com seis anos de idade, em uma escola particular que se diferenciava da pública por aceitar com esta idade na primeira série.

Antes, por empolgação e vontade já que minha melhor amiga e vizinha frequentava a creche do bairro, que ficava no quintal da Igreja São Benedito, eu pedi para minha avó me matricular. Ela conseguiu uma vaga. Mas essa experiência foi dramática e eu queria fugir por todas as partes, até mesmo por dentro da igreja. Recordo-me da hora de dormir, eu não tinha o hábito de dormir fora de casa, em

ambiente estranho, e chorava muito. Com o choro interno e externo implorava para “as tias” para deixarem eu ir embora, aquele lugar me sufocava, era uma prisão, não sei quantos dias frequentei, mas perdi a vaga por faltas.

Meu primeiro dia de aula na escola regular foi muito diferente, minha tia Luzia que me levou. Aquela escola gigantesca, com árvores no pátio um lindo jardim, eu estava uniformizada com um jaleco branco com o emblema da escola, iniciava ali a jornada de estudante. Acordei bem cedo e fui caminhando alguns quilômetros de casa, ainda podia ver as estrelas no céu. Foi triste ter que ficar, chorei novamente, mas fui me acostumando com aquele ambiente, trocamos de professora num determinado período do semestre e foi impactante, começar tudo de novo. A sala de aula ficava no prédio abaixo, na verdade a arquitetura da escola possuía quatro níveis, com aquelas escadarias imensas, cujos corrimões no intervalo tornavam-se escorregadores, nunca contei os degraus. Mas nada disso me desanimava, comecei a fazer amizades. Lembro das idas e vindas da minha avó ou minha tia, e das quantas vezes passei por debaixo da roleta do coletivo, porque minha idade dava este direito de não pagar pela passagem.

Acabou-se por ter o acesso ao transporte público que levava alguns alunos e alunas dos bairros distantes para as escolas, dentre elas o SESI, Vinte um de Abril, Fernando Costa e o Instituto Americano de Lins- IAL. Todos embarcávamos na “Jabiraca” (Figura 3). Nome dado por nós, alunos e alunas, ao transporte antigo, que mais vivia quebrado, às vezes até ajudávamos empurrar. O nosso era verde e branco. Nesse período, quem me acompanhava era o meu avô, homem alto e forte, sempre usava roupa feita por alfaiate, na cor bege, camisa de mangas compridas, sandálias de couro, um emblemático boné branco, e alguns guarda-chuvas nas mãos, quatro ou cinco, que representavam para ele a proteção contra a morte por raios.

No local, quando chovia, nossos sapatos ficavam cheios de lama, e seguíamos para a escola com esse barro nos sapatos. Nos dias quentes o suor escorria pelo corpo já que o tempo de espera era longo. Era hora de brincar com elásticos, troca de figurinhas e, às vezes, tinha brigas na fila pela disputa do melhor lugar no ônibus. Assim, chegávamos à escola, o desembarque era tranquilo para mim, não sei o que outros pensavam ou murmuravam. Algumas crianças desciam dos carros com seus familiares e eu via aquelas mães belíssimas, cheias de joias, outras com seus motoristas. Ali, eu era diferente.

Figura 3 - Jabiraca

Fonte: Garage D'époque. Ônibus Chevrolet 1971 linha D. Usado por empresas ou como transporte escolar nos anos 70. Disponível em: http://www.garagedepoque.com/cacheira_campo_35.html. Acesso em: 12 nov. 2016.

Um fato memorável a destacar ocorreu na segunda ou terceira série. Minha professora pediu para fazermos uma redação sobre o burrinho azul, tarefa para o dia seguinte. Que tarefa prazerosa! Porque fiz junto do meu avô e minha avó enquanto ela preparava o almoço. O resultado foi triste, fiquei com uma nota ruim e estampada na cor vermelha. Talvez tivesse muitos erros de português, ou talvez fosse sem sentido para a professora, embora eu tivesse a certeza de que estava linda.

Talvez eu tenha “delirado o verbo”, conforme diz Manoel de Barros, em O livro das ignorâças:

No descomeço era o verbo.
Só depois é que veio o delírio do verbo.
O delírio do verbo estava no começo, lá onde a
criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos.
A criança não sabe que o verbo escutar não funciona
para cor, mas para som.
Então se a criança muda a função de um verbo, ele
delira.
E pois.

Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer
nascimentos —
O verbo tem que pegar delírio.
(BARROS, 1994, poema n. VII)

Fui chorar quietinha no banheiro, passei todo o meu intervalo trancada, em silêncio, numa profunda solidão, incapaz de entender os motivos daquela rejeição. Minha nota se agigantava no papel no início da primeira folha, diminuindo todo o meu esforço, parecia tudo perdido e em vão, aquilo ficou guardado. Outra dificuldade aparecia nas tarefas que eu tinha para resolver em matemática, os emblemáticos problemas que adentram nosso aprendizado, eu não sabia fazer nenhum e meus avôs muito menos, então meu caderno voltava escrito em vermelho, indicando “tarefa não feita”.

Os pais e responsáveis deveriam ajudar nas tarefas de casa conforme a orientação da professora. Mal sabia a professora o quanto tinha me rebelado em casa para que os meus avôs Antonia e João me ensinassem, minha raiva talvez até os ofendesse. Creio que jamais houve por parte da professora esse pensamento sobre a falta de escolaridade dos pais, ou eram invisíveis os alunos marginalizados.

E lá estava eu sem saber escrever, sem saber somar, seguindo em frente, acumulando deficiências de ensino aqui e ali, sempre de recuperação no final de ano.

Uma proeza relevante no meu universo se deu durante as aulas, quando, ao colocar meu braço perto de uma colega branca, vi que éramos diferentes, em tons da pele. Logo imaginei que eu não estava tomando banho direito, por isso estava ficando suja, a partir daquele momento comecei a me esfregar nos banhos com esforço tremendo para ver se ficava branca e percebi que nada mudava. Havia uma amiga do bairro e da escola com quem eu viajava de “jabiraca”; não me lembro o motivo que nos levou a conversar sobre nossa cor, mas ela foi enfática ao dizer que todos éramos iguais no Céu, até a descida para a Terra, então Deus mandou que todos lavassem as mãos, no que se formou uma fila imensa, cada um que passava sujava um pouco a água e eu certamente fui para o final da fila. Pronto, eu tinha acabado de aprender que Deus nos criou a todos brancos, eu é que fiquei no final da fila. Assumi prontamente essa noção.

Em casa, quando não estava fazendo as tarefas sozinha, ou tentando fazê-las, estava na rua brincando com as colegas vizinhas. Brincávamos de casinhas nos galhos dos pés de jabuticabeiras, cada galho representava um cômodo da casa, tinha até brigas, quando uma subia na árvore frutífera da outra. Quando era tempo da fruta, a brincadeira continuava, agora tinha o próprio alimento da árvore; os meninos faziam os galhos de gangorra. Era um terreno gigante, onde havia várias árvores frutíferas: mangueiras,

mamoeiros, jabuticabeiras, goiabeiras e a belíssima seringueira, de onde colhíamos o látex, para fazer as bolas de gude, que logo caíam no bueiro da rua. Esse terreno era nosso parque de diversões, onde também passavam os trabalhadores que cortavam caminho de uma rua para outra.

Vejo em Barros (2015), uma descrição que se casa muito bem com aquilo que vivíamos, as crianças, meus amiguinhos e eu, naqueles tempos de infância.

Uso palavra para compor meus silêncios. Não gosto das palavras fatigadas de informar. Dou mais respeito às que vivem de barriga no chão tipo água, pedra, sapo. Entendo bem o sotaque das águas. Dou respeito às coisas desimportantes e aos seres desimportantes. Prezo os insetos mais que aviões. Prezo a velocidade das tartarugas mais que a dos mísseis. Tenho em mim esse atraso de nascença. Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos. Tenho abundância de ser feliz por isso. Meu quintal é maior do que o mundo. Sou um apanhador de desperdícios: Amo os restos como as boas moscas. Queria que a minha voz tivesse um formato de canto. Porque eu não sou de informática: eu sou da invencionática. Só uso a palavra para compor meus silêncios (BARROS, 2015, p.149).

A seringueira era o ponto de encontro dos jovens que tocavam sambas, pagodes e músicas sertanejas. No período do carnaval, até aparecia ensaio de escolas de samba; a minha escola preferida era a do meu bairro, a Vila Ribeiro. Então aprendi a sambar e vieram outros sonhos, como o de ser uma das chacretes, do programa da Chacrinha, e morar no Rio de Janeiro.

Um dos modos de comunicação na época se dava através da Rádio Alvorada – AM, em Lins. Minha avó era ouvinte assídua e oferecia música para toda a turma do bairro e familiares. Tornei-me a escritora de cartas para oferecer música para as famílias que se encontravam na fazenda Monte Azul e Paredão, como trabalhadores rurais, e no final de semana viajávamos para lá, lugar onde meus avós se conheceram e se casaram. Eu gostava muito da fazenda, tinha um açude que me dava imensa alegria, os pães feitos no forno à lenha, o leite cremoso que vinha direto do curral. A única dificuldade era chegar até lá. Depois de descer do ônibus caminhávamos uns quatro quilômetros, cercados de um lado por um cafezal, às vezes florido, e do outro por gado nelore, que parecia nos seguir.

A música preferida do meu avô era a Colcha de retalhos, na voz de Cascatinha e Inhana, que eram interpretes de Raul Montes Torres, de Botucatu, um dos pioneiros da rádio paulista. A colcha de retalhos, que acalentava o frio e a dor do corpo do trabalhador rural das plantações de café, que simbolizava a simplicidade cotidiana em contraposição à mobilidade social.

Colcha de Retalhos²
Raul Torres

Aquela colcha de retalhos que tu fizeste
 Juntando pedaço em pedaço foi costurada
 Serviu para nosso abrigo em nossa pobreza
 Aquela colcha de retalhos está bem guardada.
 Agora na vida rica em que estás vivendo
 Terás como agasalho colcha de cetim
 Mas quando chegar o frio em teu corpo enfermo
 Tu hás de lembrar da colcha e também de mim

Eu sei que hoje não te lembras dos dias amargos
 Que junto de mim fizeste o lindo trabalho
 E nessa tua vida alegre tens o que queres
 Eu sei que esqueceste agora a colcha de retalhos
 Agora na vida rica em que estais vivendo
 Terás como agasalho colcha de cetim
 Mas quando chegar o frio em teu corpo enfermo
 Tu hás de lembrar da colcha e também de mim.

Meu avô era um homem generoso. Em seu boné branco havia um charme que poucos conheciam, ele costurara uma lente de óculos no centro do boné, como se fosse uma defesa sua. Era um homem de grande sensibilidade e indignação, não aceitava de modo algum que se praticasse qualquer agressão contra crianças. Passava o dia em um quintal que nós chamávamos de mandiocal, ali era o mundo dele, o nosso mundo. Ele cuidava dos pássaros, das plantações e ainda acumulava muitas coisas que pendurava em sacos, no alto das árvores - ninguém mexia, ali havia alguns segredos e experiências que ele fazia. Eu era sua escritora preferida, mandava várias cartas para os deputados, governadores, prefeitos e senadores solicitando apoio para a comunidade local, uma delas foi a solicitação de uma cobertura em cada parada de ônibus nas portas das fazendas para proteger das chuvas e do sol os trabalhadores rurais que aguardavam o ônibus. A solicitação acabou sendo acatada e foi construída a tal proteção próximo à porteira da fazenda. O dono da fazenda não se envolveu no assunto, meu avô era um herói para mim e para todos os outros.

Além disso, coletei com ele várias assinaturas em abaixo-assinados reivindicando o asfalto na nossa rua, mais uma proeza realizada pela sua teimosia; alguns moradores nem queriam assinar porque teriam que pagar. Mas estávamos lá, ele e eu, e depois da assinatura eu escrevia a carta reivindicatória que ele ditava. Algumas vezes ele pagava para alguém datilografar, porque ele entendia que as minhas brincadeiras e andanças eram mais importantes do que atender ao pedido dele. Certo dia fomos surpreendidos por uma comitiva de um deputado que veio à nossa casa, foi um

² Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/cascatinha-inhana/colcha-de-retalhos.html>>. Acesso em 20 nov. 2016.

momento indescritível, a autoridade em nossa residência - e os vizinhos passaram a admirar ainda mais o meu avô.

Daí a necessidade de resistência que aflora no cotidiano das experiências reivindicatórias e cheias de esperanças que trago. O direito à vida não pode ser negado aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, não lhes podem ser negados os direitos de se comunicar, de criar formas de expressão que revelam o entendimento da vida, revelam seu sofrimento e, por que não, sua astúcia diante do poder disciplinar.

Figura 4 – A poesia de Sérgio Vaz, o poeta da periferia



Fonte: Poeta Sérgio Vaz. Poesia nos muros. Disponível em: <https://www.facebook.com/poetasergio.vaz2/photos/a.354592081286882.85272.354571867955570/1234704826608932/?type=1&theater>. Acesso em: 14 nov. 2016.

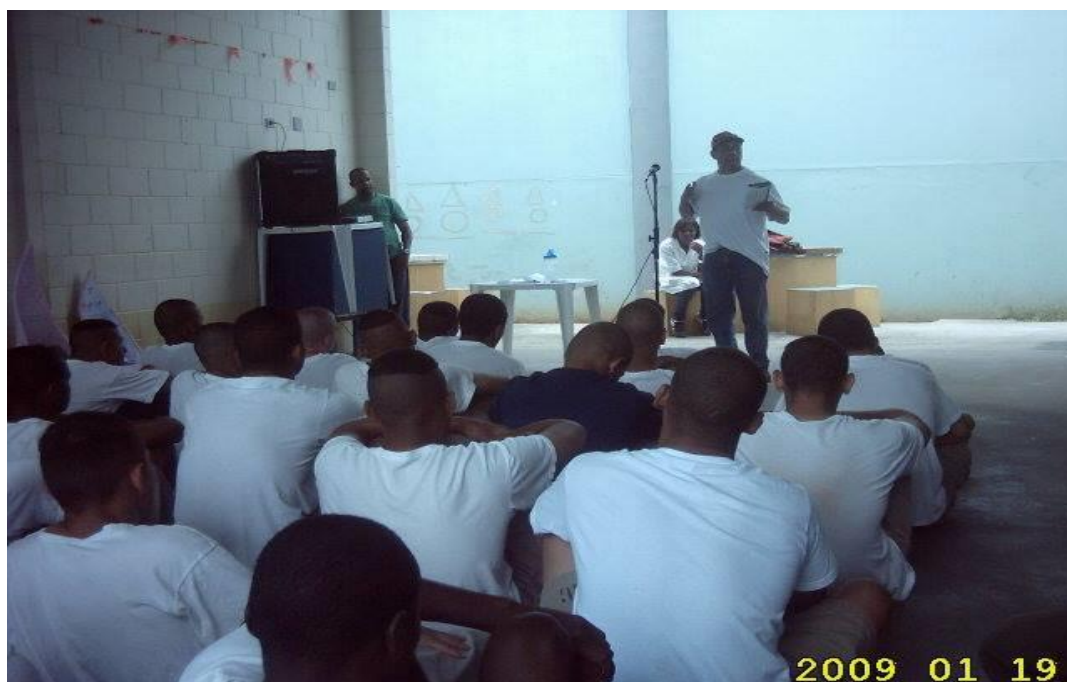
Da arte de resistir, vão reinventando suas táticas e estratégias em linguagem própria. Nesta perspectiva, ainda encontro com o poeta Sérgio Vaz³, que revela o significado da poesia em sua vida, falando de suas experiências como um jovem de periferia que encontrou na arte sua leitura de mundo e assim passou a compartilhar essas experiências de vida nas comunidades e nas escolas. Questionando adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas sobre o que pensavam da poesia, alguns respondem que não gostam dela. Contudo, ao serem expostos ao poema Negro Drama, vai se revelando naqueles indivíduos o já existente (ainda que desconhecido) gosto pela poesia, por sua proximidade com a realidade vivenciada por eles.

³ O Poeta Sérgio Vaz fundou em 2000 a Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa). Também foi o criador do Sarau da Cooperifa, que semanalmente reúne cerca de 400 pessoas no Jardim Guarujá para ler e criar poesia.

Na Fundação Casa⁴:

- Quem gosta de poesia?
- Ninguém, senhor.
- “Aí recitei Negro Drama, dos Racionais.”
- Senhor, isso é poesia?
- É.
- Então nós gosta.
- É isso. Todo mundo gosta de poesia. Só não sabe que gosta.

Figura 5 – Poetizando a vida



Fonte: Poeta Sérgio Vaz. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/poetasergio.vaz2/photos/a.355610741185016.85667.354571867955570/10796276487>>. Acesso em 10 ago. 2016.

Meu encontro com o poeta Sérgio Vaz se deu através das redes sociais, uma imagem reveladora de sua exposição, junto aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas chamou minha atenção. A Figura 5 ilustra sua postura e nos faz perceber como a poesia pode nos libertar das algemas da estratificação social.

A realidade vivenciada e experimentada pelos jovens adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas vai dando significância a um linguajar próprio, quase não identificável por pessoas fora daquele contexto, como se observa nas seguintes expressões:

A partir da experiência de Édio Ranieri e Leandro Muller (SILVA, 2014), que atuam no Centro de Internação Socioeducativa, Fazenda Rio Grande, Paraná, pode-se verificar a comunicação contra-hegemônica dos discursos dos marginalizados da língua

⁴ Diálogo publicado pelo Poeta Sérgio Vaz em sua página do Facebook, no dia 8 de julho de 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/poetasergio.vaz2/posts/490081657737923>>. Acesso em 25 out. 2016.

portuguesa. A tese de Édio Raniere (Porto Alegre, 2014), que desmonta a invenção das medidas socioeducativas, possibilitou a bricolagem desse gráfico, e a compreensão de que ainda temos muito a fazer em relação aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Mudaram-se as legislações, mas permanece ainda a ótica da internação para os “infratores”.

Quadro 1 – “Vida loka”⁵ - expressões do cotidiano

	EXPRESSÃO	SIGNIFICADO
1.	<i>Amor de mãe</i>	Amor incondicional; a mãe como o mais sagrado de todos os seres.
2.	<i>Biqueira</i>	Local onde vende crack
3.	<i>B.O</i>	Confusão
4.	<i>Bronca</i>	Responsabilidade
5.	<i>Caminhada reta</i>	Agir segundo as leis do Vida Loka
6.	<i>Com todo o respeito</i>	Expressão obrigatória sempre que falar e/ou perguntar sobre a família do outro
7.	<i>Coruja</i>	Cueca, roupa íntima masculina
8.	<i>Dar a letra</i>	Explicar
9.	<i>De milhares</i>	Massa, legal, joia
10.	<i>Desacerto</i>	Algo que deu errado, complicação, confusão
11.	<i>Desenrolar</i>	Acerto de contas
12.	<i>Di menor</i>	Adolescente em conflito com a lei
13.	<i>Estar no Mofo</i>	Expressão usada para se referir ao interno que cumpre medida disciplinar muito longa, geralmente isolado dos demais
14.	<i>Estoque, estocar alguém</i>	Arma branca fabricada dentro da unidade utilizar esta arma para agredir ou matar
15.	<i>Enxergado, ser enxergado</i>	Chamar a atenção negativamente, ficando visado pelos educadores e/ou pelos outros internos
16.	<i>Fazer um adianto</i>	Assaltar, roubar
17.	<i>Ficar azul</i>	Ficar esperto, ligeiro
18.	<i>Ficar de porquinho</i>	Contenção onde as mãos são algemadas nas costas junto aos pés
19.	<i>Gardenal</i>	Louco, loucura
20.	<i>Inferno</i>	Unidade socioeducativa
21.	<i>Jega</i>	Alojamento, cela
22.	<i>Ladrão</i>	Auto referência dos adolescentes em conflito com a lei; não possui sentido pejorativo, mas afirmativo.
23.	<i>Noia</i>	Usuário de crack
24.	<i>Madereiro</i>	Educador social que age gentilmente com os adolescentes. Essa expressão tem sentido pejorativo
25.	<i>Marrocos</i>	Pão
26.	<i>Moca</i>	Café
27.	<i>Mocado</i>	Escondido
28.	<i>Parasita</i>	Palavrão, xingamento

⁵ Vida loka é um estilo de vida exaltado nas músicas cantadas pelos funkeiros, que atualmente são conhecidos pela sigla “mc”, que quer dizer "mestre de cerimônias". Viver uma “vida loka” é viver uma vida sem regras, sem limites, cheia de aventuras e perigos, muitas vezes uma vida de bandagem.

29.	<i>Passar o pano</i>	Fazer um favor, ajudar colaborar
30.	<i>Pedra</i>	Crack
31.	<i>Pegar o beco do inferno</i>	Fugir da unidade
32.	<i>Pinha</i>	Cabeça, cérebro, mente
33.	<i>Pira</i>	Pensamento, coisa, delírio
34.	<i>Pilantha</i>	Palavrão, xingamento
35.	<i>Primo</i>	Amigo
36.	<i>Quadrada</i>	Arma de fogo, pistola
37.	<i>Rato</i>	Palavrão, xingamento
38.	<i>Rachar</i>	Ser parceiro, colaborar com alguém
39.	<i>Seguro, tirar o seguro</i>	Adolescentes que cometeram crimes proibidos pelas leis dos Vida Loka (ex: estupro) ameaçar de espancamento ou morte
40.	<i>Tatu</i>	Escavação criada com finalidade de fuga
41.	<i>Truta</i>	Amigo

Fonte: SILVA, Édio Raniere. A invenção das medidas socioeducativas. Porto Alegre 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós – Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2/browse?value=Silva%2C+%C3%89dio+Raniere+da&typ=author> Acesso em: 20 maio 2016.

O discurso “Vida Loka”, produzido no cotidiano em todas as regiões do Brasil, é um mecanismo de comunicação e linguagem que se estende aos que cumprem medidas socioeducativas ou não.

Através dessa leitura me aproximo de Rudá de Andrade, filho de Oswald de Andrade, que relatou sua experiência nas prisões da Europa. Em *A cela agride*, Rudá (ANDRADE, 2007) conta como, longe de todos os seus conhecidos, foi construindo laços afetivos, para que pudesse sobreviver em meio à mistura de tantas culturas, tantos idiomas que se entrelaçavam no cotidiano da prisão. Partindo desse conceito de agressão e repressão trazido por Rudá, vou tecendo a possibilidade de uma educação libertadora, através da arte, da música, das cores – uma educação que alcance os que acreditam na beleza da vida. Costurar ou tecer com fios e fitas que possam entrecortar os caminhos que desnudam a sociedade disciplinadora. Entre as disciplinas, encontrar as maneiras de fazer, de dialogar, configura-se em estratégias de sobrevivência, e também em denúncia da opressão, da vigilância e dos maus tratos.

Nesse viés, segue a história, ou piada, narrada por Zizek (2011), sobre alguém que de fato pôde construir os meios para comunicar-se, a fim de denunciar a opressão e reinventar o cotidiano, pela cor da tinta.

Em uma velha piada da antiga República Democrática Alemã, um trabalhador alemão consegue um emprego na Sibéria; sabendo que todas as suas correspondências serão lidas pelos censores, ele diz para os amigos: “Vamos combinar um código: se vocês receberem uma carta minha escrita com tinta azul, ela é verdadeira; se a tinta for vermelha, é falsa”. Depois de

um mês, os amigos receberam a primeira carta, escrita em azul: “Tudo é uma maravilha por aqui: os estoques estão cheios, a comida é abundante, os apartamentos são amplos e aquecidos, os cinemas exibem filmes ocidentais, há mulheres lindas prontas para um romance – a única coisa que não temos é tinta vermelha.” E essa situação, não é a mesma que vivemos até hoje? Temos toda a liberdade que desejamos – a única coisa que falta é a “tinta vermelha”: nós nos “sentimos livres” porque somos desprovidos da linguagem para articular nossa falta de liberdade. O que a falta de tinta vermelha significa é que, hoje, todos os principais termos que usamos para designar o conflito atual – “guerra ao terror”, “democracia e liberdade”, “direitos humanos” etc. etc. – são termos FALSOS que mistificam nossa percepção da situação em vez de permitir que pensemos nela. Você, que está aqui presente, está dando a todos nós tinta vermelha (ZIZEK, 2011).

A sociedade disciplinadora tem utilizado muitas tintas azuis, ao tentar dar significado à proteção em relação ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, e suas ideias têm sido divulgadas através de um saber do corpo, que influencia cotidianamente o campo da educação. Diante de saber-poder faço um convite para reinvenção das práticas educativas.

2.6 Um abraço negro... um sorriso negro

Sorriso Negro Fundo de Quintal⁶

Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
Negro é a raiz de liberdade

Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
Negro é a raiz de liberdade

Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio é luto
Negro é a solidão
Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino é amor
Negro também é saudade

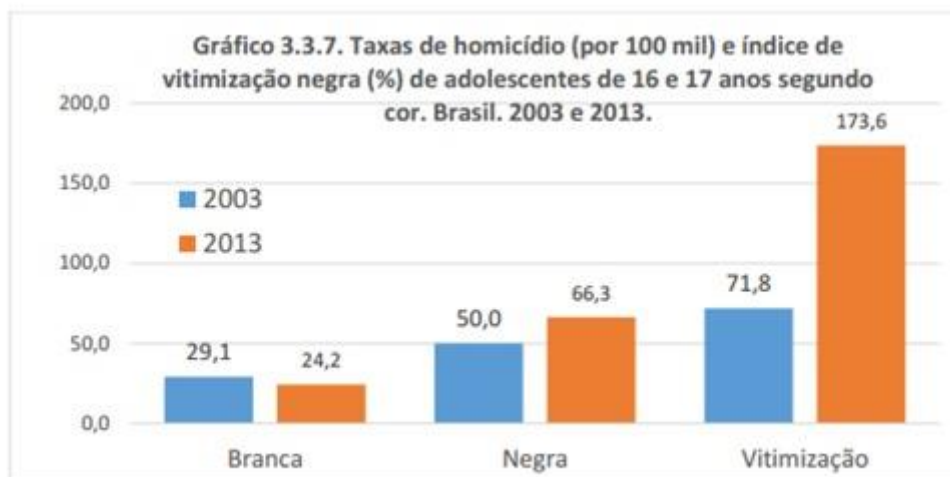
No meio da pesquisa, na busca de informações sobre a realidade vivenciada pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no cotidiano escolar, deparei-me com dados estatísticos relativos ao genocídio da juventude negra.

Os dados foram apresentados em 2015, às vésperas do dia da Consciência Negra, mostrando que a juventude negra é mais vulnerável à violência no Brasil.

⁶ Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/fundo-de-quintal/1718878/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

Quanto aos jovens, embora as taxas de homicídio de jovens brancos de 16 e 17 anos tenham caído 16,7% de 2003 a 2013, entre os jovens negros de mesma idade ela cresceu 32,7%, como mostra o gráfico abaixo. Com esse diferencial, aumenta o índice de vitimização da população negra: se em 2003 eram assassinados proporcionalmente 71,8% mais negros que branco esse percentual passa a 173,6% em 2013. É importante frisar que, segundo os dados, 93% dos jovens assassinados são homens (BRASIL DEBATE, 2015).

Gráfico 1 – Vitimização negra – Brasil, 2003-2013



Fonte: BRASIL DEBATE. A violência contra os negros no Brasil. 2015. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/a-violencia-contra-negros-no-brasil/>. Acesso em: 12 abr. 2016

Meu abraço negro ao leitor e à leitora, para aliviar o sufoco das transgressões sociais em relação aos filhos desta pátria, em respeito aos jovens que tiveram suas vidas ceifadas pela violência. O que alivia a dor da indignação é a visão de uma perspectiva pedagógica e política que tem ousado resistir e persistir na busca incessante de novas possibilidades para a construção de uma sociedade mais justa e plural no cotidiano, através de ações e atitudes contrárias ao “extermínio desumano de seres humanos”.

Em São Paulo, no mês de julho de 2016, a advogada americana Deborah Small afirmou que há um genocídio do povo negro no Brasil, e que para compreender essa realidade é preciso pensar sobre como a economia é construída em função do lucro, tornando a população negra uma presença supérflua, dispensável. Respondendo à questão sobre se há um genocídio de negros em curso no Brasil, Small, responde,

Racismo é uma serie de políticas e práticas que foi desenvolvida por um grupo de pessoas para ser imposta sobre um outro grupo de pessoas em que o resultado é morte prematura. Eu não acho que alguém possa discordar de que quando falamos sobre práticas e políticas raciais tanto nos EUA quando no Brasil, e como elas são aplicadas aos negros, o resultado é a morte prematura. No que se refere a políticas de saúde e justiça criminal e até nas políticas de emprego, os negros ainda são obrigados a trabalhar até a morrer, ficam com os piores empregos, nas piores condições, que desgastam seus corpos antes dos demais. E tudo isso, em conjunto, constitui o genocídio. Ainda que marcha lenta, em vez de mandar pessoas para o fornos, vocês a mandam para

as prisões, em vez de mandar para os campos de concentração vocês os mantêm nas favelas, em vez de ir atrás deles com a Gestapo, vocês têm a própria força policial de negros que são contratadas para matar os negros e então vocês têm um sisteminha perfeito de autogenocídio, cujo resultado é a dizimação da população negra (SMALL, 2016).

Rodrigo Barchi (2016), quando discute o racismo através do pensamento de Foucault, afirma que: “O racismo, como destruição do outro, não ocorre somente como uma destruição física do outro, mas como destruição cultural, social, política e, é claro, como destruição ambiental” (p. 109).

E é nesta perspectiva pedagógica e política que respiro um pouco mais de alívio.

Começo a deslindar a tese defendida por Maria Crisostomo, que floresce cotidianamente através dos sonhos possíveis, que vão concretizando na vida pessoal, profissional e política de resistência.

Sim, elas/nós mulheres negras podemos falar, ainda que em vozes negadas. Sim, nos apropriamos da palavra como instrumento de luta e resistência. Nessa luta reescrevemos nossas histórias e desvelamos a vida de tantas outras mulheres negras brasileiras. Elas/nós como autoras, pesquisadoras, professoras, estudantes, também encontramos autores e pesquisadores solidários com nossa causa e, independentemente da cor de suas peles, se tornam negros como postura política de acompanharem essas/nós mulheres negras na “aventura de contar-se” e escrevendo sobre suas/nossas inquietações resistimos, reinventamos nossas subjetividades e registramos o nosso lugar na história (CRISOSTOMO, 2014, p.131).

Segundo autores referenciados na tese de Crisostomo, é imprescindível a desconstrução do significado de raça, para dar visibilidade à pluralidade.

A partir do legado de raça criou-se a hierarquização da espécie humana, dividindo-nos em superiores e inferiores, e assim a história da humanidade foi marcada drasticamente pelo pressuposto de raças denominadas inferiores sob jugo “natural” das superiores.

No Brasil, Kabengele Munanga, em *Negritude usos e sentidos*, afirma:

Para ser racista, coloca-se como postulado fundamental a crença na existência de raças hierarquizadas dentro da espécie humana. Desse modo, no pensamento de uma pessoa racista existem raças superiores e raças inferiores. Em nome das chamadas raças, inúmeras atrocidades foram cometidas nesta humanidade: genocídio de milhões de índios nas Américas, eliminação sistemática de milhões de judeus e ciganos durante a Segunda Guerra Mundial. Como se não bastasse o antissemitismo, a persistência dos mecanismos de discriminação racial na África do Sul durante o Apartheid, nos Estados Unidos, na Europa e em todos os países da América do Sul encabeçados pelo Brasil e em outros cantos do mundo demonstra claramente que o racismo confere a raça sua realidade política e social (MUNANGA, 2015, p. 15).

Para o autor em questão, o conceito de raça é muito significativo, embora seja contestado pela ciência, política e a ideologia. No entanto essa categoria deve ser relevante para a construção da identidade negra, numa perspectiva política e cidadã.

[...] pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis. Em outros termos, poder-se-ia reter como traço fundamental próprio a todos os negros (pouco importa a classe social) a situação de excluídos em que se encontram em nível nacional. Isto é, a identidade do mundo negro se inscreve no tal sob a forma da exclusão. Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania. (p. 15).

Ainda nessa convergência, o pensamento de Nilma Lino Gomes expressa a importância da negritude e a identidade negra no Brasil.

É importante considerar que a negritude e identidade negra, embora estejam relacionadas com a cor da pele negra e as leituras que sobre esta recaem ou lhe são impostas, não são essencialmente de ordem biológica. Elas colocam em diálogo algo mais profundo que um ponto comum: o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido negada a existência dessas culturas. Por isso, a luta contra o racismo e as desigualdades raciais, assim como afirmação da identidade negra são processos complexos, desafiadores e que precisam ser desenvolvidos de forma enfática, persistente e contundente (GOMES, apud MUNANGA, 2015, p.9).

Nesse sentido, com todos os avanços no espaço acadêmico e nos movimentos sociais faz-se necessário desconstruir o mito da democracia racial e, sobre essa questão,

Construir a democracia racial, ou melhor, plurirracial, é, sem dúvida, um ideal nobre, mas não se constrói esse ideal negando a existência do preconceito e da discriminação racial. Pelo contrário, deve-se partir do reconhecimento da existência desses males para aperfeiçoar a sociedade, tornando-a respeitosa das diferenças. Negar a existência do preconceito e da discriminação racial com base numa suposta democracia racial, fechando os olhos ao cotidiano ou praticando a política de avestruz é algo aberrante! (MUNANGA, 2013, p. 545).

Em relação ao preconceito racial, Munanga afirma:

O preconceito racial é um fenômeno de grande complexidade. Por isso, costumo compará-lo a um iceberg cuja parte visível corresponderia às manifestações do preconceito, tais como as práticas discriminatórias que podemos observar através dos comportamentos sociais e individuais. Práticas essas que podem ser analisadas e explicadas pelas ferramentas teórico-metodológicas das ciências sociais que, geralmente, exploram os aspectos e significados sociológicos, antropológicos, e políticos, numa abordagem estrutural e/ou diacrônica. À parte submersa do iceberg correspondem, metaforicamente, os preconceitos não manifestos, presentes invisivelmente na cabeça dos indivíduos, e as consequências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas. (p.9).

O racismo no Brasil difere do dos Estados Unidos no discurso cotidiano que vai revelando a questão do racismo independentemente das características fenotípicas. Citando Florestan Fernandes, Munanga indica:

Quando você está diante do negro, dizem que tem que dizer que é moreno, porque se disser que é negro, ele vai se sentir ofendido. O que não quer dizer que ele não deve ser chamado de negro. Ele tem nome, tem identidade, mas quando se fala dele, pode dizer que é negro, não precisa branqueá-lo, torná-lo moreno. O brasileiro foi educado para se comportar assim, para não falar de corda na casa de enforcado. Quando você pega um brasileiro em flagrante de prática racista, ele não aceita, porque não foi educado para isso. Se fosse um americano, ele ia dizer: “Não vou alugar minha casa para um negro”. No Brasil, vai dizer: “Olha, amigo, você chegou tarde, acabei de alugar”. Porque a educação que o americano recebeu é para assumir suas práticas racistas, pra ser uma coisa explícita (MUNANGA, 2013).

No livro *Na casa de meu pai*”, Appiah (1997) também menciona a questão de como a raça ascendeu sob o propósito de extermínio da espécie humana, por isso é preciso entender o significado da construção do “racismo” a partir de doutrinas distintas que ele considera rivais na perspectiva do “racialismo” intrínseco e extrínseco.

A primeira doutrina e a visão – que chamarei de racialismo - de que existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles nos têm em comum com membros de nenhuma outra raça. Esses traços e tendências característicos de uma raça constituem, segundo a visão racialista, uma espécie de essência racial; e faz parte do teor do racialismo que as características hereditárias essências das Raças do Homem respondam por mais do que as características morfológicas visíveis – cor da pele, tipo de cabelo, feições do rosto - com base nas quais formulamos nossas classificações informais. O racialismo está no cerne das tentativas do século XIX de desenvolver uma ciência da diferença racial [...] (APPIAH, 1997, p.33).

Sobre as doutrinas dos racistas extrínsecos e intrínsecos, o autor afirma que:

Uma dessas doutrina-agora e o que poderia se poderia chamar de racismo extrínseco: os racistas extrínsecos fazem distinções morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes. A base da discriminação que os racistas extrínsecos fazem entre os povos é sua crença em que os membros das diferentes raças diferem em aspectos que justificam o tratamento diferencial; aspectos como honestidade, a coragem ou a inteligência. [...] Os racistas intrínsecos são pessoas que estabelecem diferenças morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que cada raça tem status moral diferente, independente das características partilhadas por seus membros (APPIAH, 1997, p.33-35).

Para Appiah “não existem raças”, e que esse conceito pode ser desolador para os que estudam a cultura, trazendo para o âmbito da ideologia e a biologia.

A verdade é que não existem raças: nada no mundo capaz de fazer aquilo que pedíamos que a raça faça por nós [...] O mal que se faz é feito pelo conceito, e por suposições simplistas – mas impossíveis – a respeito de sua aplicação. Falar de raça é particularmente desolador para aqueles de nós que levamos a

cultura a sério. E que, onde a raça atua - em lugares onde as diferenças macroscópicas da morfologia soam correlacionadas com diferenças sutis de temperamento crença e intenção – ela atua como uma espécie de metáfora da cultura; e só o faz ao preço de biologizar aquilo que é cultura, a ideologia. (p. 75).

Ainda segundo o autor, o reconhecimento do pluralismo de identidade é um dos desafios contemporâneos e as diferenças devem ser vistas como a riqueza de toda humanidade. Ao ver suas crianças brincando, diz o Appiah, ele sente certa esperança no futuro humano, com nacionalidades diferentes, culturas diferentes, religiões diferentes, reconhecendo as diferenças complexas e ricas.

Na verdade, uma vez que os projetos intelectuais de nosso mundo único estão essencialmente interligados por toda parte, uma vez que as culturas mundiais se ligam umas às outras, ora através das instituições, ora da história, ora dos textos, ele tem algo a ensinar à raça única a que todos pertencemos (APPIAH, 1997, p. 51).

O preconceito racial tem o seu potencial historicamente excludente, podemos afirmar que história não é estática e, assim sendo, a educação deve dialogar, sobretudo sobre a preservação da vida. Reconhecer as diferenças é um dos desafios das práticas pedagógicas, capaz de tocar o imaginário e as representações do psiquismo, desconstruindo o modo de pensar internalizados no decorrer do tempo. No entanto, Munanga chama a atenção para questão da razão.

Quantas vezes ouvimos pronunciar, até por pessoas supostamente sensatas, a frase segundo a qual as atitudes preconceituosas só existem na cabeça das pessoas ignorantes, como se bastasse frequentar a universidade, para ser completamente curado dessa doença que só afeta os ignorantes? Esquecem-se que o preconceito é produto das culturas humanas que, em algumas sociedades, transformou-se em arma ideológica para legitimar e justificar a dominação de uns sobre outros. Esta maneira de relacionar o preconceito com a ignorância das pessoas põe o peso mais nos ombros dos indivíduos do que nos da sociedade. Além disso, projeta a superação apenas no domínio da razão, o que deixaria pensar ao extremo, que nos países onde a educação é mais desenvolvida o racismo se tornaria um fenômeno raro (MUNANGA, 2005, p.18).

2.7 A resistência como ato político e pedagógico

Me gritaron negra⁷
Victoria Santa Cruz (2015)

Tenía siete años apenas,
 ¡Qué siete años!
 ¡No llegaba a cinco siquiera!
 De pronto unas voces en la calle
 me gritaron ¡Negra!
 ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra!
 “¿Soy acaso negra?”- me dije
 ¡Sí!

⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RIjSb7AyPc0>>. Acesso em 12 abr. 2016.

“¿Qué cosa es ser negra?”
 ¡Negra!
 Y yo no sabía la triste verdad que aquello escondía.
 ¡Negra!
 Y me sentí negra,
 ¡Negra!
 Como ellos decían
 ¡Negra!
 Y retrocedí
 ¡Negra!
 Como ellos querían
 ¡Negra!
 Y odie mis cabellos y mis labios gruesos
 y mire apenada mi carne tostada
 Y retrocedí
 ¡Negra!
 Y retrocedí . . .
 ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra!
 ¡Negra! ¡Negra! ¡Neeegra!
 ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra!
 ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra!
 Y pasaba el tiempo,
 y siempre amargada
 Seguía llevando a mi espalda
 mi pesada carga
 ¡Y cómo pesaba!...
 Me alacé el cabello,
 me polvee la cara,
 y entre mis entrañas siempre resonaba la misma palabra
 ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra!
 ¡Negra! ¡Negra! ¡Neeegra!
 Hasta que un día que retrocedía , retrocedía y qué iba a caer
 ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra!
 ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra!
 ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra!
 ¡Negra! ¡Negra! ¡Negra!
 ¿Y qué?
 ¿Y qué?
 ¡Negra!
 Si
 ¡Negra!
 Soy
 ¡Negra!
 Negra
 ¡Negra!
 Negra soy
 ¡Negra!
 Si
 ¡Negra!
 Soy
 ¡Negra!
 Negra
 ¡Negra!
 Negra soy
 De hoy en adelante no quiero
 laciár mi cabello
 No quiero
 Y voy a reírme de aquellos,
 que por evitar -según ellos-
 que por evitarnos algún sinsabor
 Llaman a los negros gente de color
 ¡Y de qué color!
 NEGRO

¡Y qué lindo suena!
 NEGRO
 ¡Y qué ritmo tiene!
 NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
 NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
 NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
 NEGRO NEGRO NEGRO
 Al fin
 Al fin comprendí
 AL FIN
 Ya no retrocedo
 AL FIN
 Y avanzo segura
 AL FIN
 Avanzo y espero
 AL FIN
 Y bendigo al cielo porque quiso Dios
 que negro azabache fuese mi color
 Y ya comprendí
 AL FIN
 ¡Ya tengo la llave!
 NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
 NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
 NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
 NEGRO NEGRO
 ¡Negra soy!

O poema de Victoria Santa Cruz, peruana, que estudou em Paris, representa a resistência política e pedagógica. Depois de seus estudos na França, ao retornar ao Peru, desencadeou o movimento de fortalecimento da cultura africana, que se estendeu pelo mundo e adentra a academias como possibilidade da representatividade racial em desconstruir a hierarquização e a discriminação pela cor, e aceitação da autoimagem e da cultura, quebrando as barreiras que ao longo do tempo foram internalizadas por negros e brancos.

El ser humano está dividido: dice una cosa, piensa otra y hace otra; y esta división, mientras no tome conciencia de algo, nos va a destruir. (...) Desde el momento en el que el enemigo vive en casa por algo ya no estamos en casa. Hay que empezar a ponerse de pie, asumiendo la responsabilidad, sin buscar a quien culpar, porque no hay revolución sin evolución y eso se gesta al interior de cada uno de nosotros. Y empezar a descubrir algo que se llama presente. Sólo en el presente hay acción y sólo en la acción hay mutación, transformación (CRUZ, 2015).

Da América Latina à do Norte, num outro movimento político em relação à luta contra a discriminação racial, destaco mais uma mulher, Ângela Davis, que após o término dos estudos, se junta ao movimento político Panteras Negras, como uma resistência da mulher negra, para desempenhar uma luta contra a discriminação racial e política. No filme “Libertem Ângela Davis”, verifica-se o movimento desencadeado nos Estados Unidos e outros países, independente das características fenotípicas, para que ela fosse libertada. Ângela sempre lutou contra o encarceramento em massa, sobretudo pela libertação dos negros das prisões dos EUA. Houve grandes perseguições policiais e

políticas contra ela, que culminou em sua prisão por um suposto crime. Sua prisão desencadeou vários movimentos solidários para libertação, inclusive com recursos financeiros.

Os preconceitos raciais persistiam em todos os espaços de sua vida, em destaque a academia, na qual ela sofreu perseguição por ter-se declarado comunista e por ser a única professora negra. Enfrentou fortes desafios juntamente com os movimentos sociais.

Ângela Davis e Fanis Davis continuam a luta por uma sociedade justa, para elas a nova trincheira é o abolicionismo penal, pois a escravidão ainda assola nossa humanidade, por prisões e penas de morte. “Assumimos uma luta que nos vincula aos abolicionistas que se opuseram à escravidão. As instituições da prisão e da pena de morte são os exemplos mais óbvios de como a escravidão continua a assombrar nossa sociedade” (DAVIS; DAVIS, 2016).

O encontro deste trabalho com Ângela Davis se dá pela luta política e pedagógica contrária à barbárie humana em relação ao encarceramento em massa, em destaque adolescentes em medidas socioeducativas, que revela estatisticamente a grande maioria de negros. Sua trajetória, sobretudo, sua capacidade de se indignar diante das mazelas das questões racial e social, pulsa nos meus sentimentos de angústia e de esperança.

Eu realmente penso que utopia é quando a gente se move em novas direções e visões. Utopia no sentido de que precisamos de visões para nos inspirar e ir para frente. Isso tem que ser global. Precisamos achar um modo de dar conta e saber como vamos interligar nossas lutas e visões e chegar a algumas conclusões sobre como desenvolver novos valores revolucionários e, principalmente, como desatrelar valores capitalistas de valores democráticos. (DAVIS, A. apud RIBEIRO, 2016)

Nesse encontro com movimentos intelectuais e sociais que vêm combatendo o encarceramento em massa, outra representatividade negra se dá por Nina Simone, que através da música propôs a revolução como resistência política contra o racismo. Uma das maiores vozes de resistência, ela demonstra que a mulher negra pelo mundo - em Sorocaba, em Lins, na Bahia, nos EUA -, têm ousado resistir e não têm compactuado com as desigualdades de raça, gênero e classe. E por onde se encontram, ou nos mais longínquos espaços geográficos, suas lutas se conectam e se mostram contrárias ao conformismo, ao fatalismo, ao extermínio... e vão edificando os bulbos de resistência, somando forças com aqueles que acreditam na justiça social.

Don't let me be misunderstood⁸**Nina Simone**

Baby you understand me now
 If sometimes you see I'm mad
 Doncha know that no one alive can always be an angel?
 When everything goes wrong you see some bad

Well I'm just a soul whose intentions are good
 Oh lord, please don't let me be misunderstood

Ya know sometimes baby I'm so carefree
 With a joy that's hard to hide
 Then sometimes it seems again that all I have is worry
 And then you burn to see my other side

But I'm just a soul whose intentions are good
 Oh Lord, please don't let me be misunderstood

If I seem edgy
 I want you to know
 I never meant to take it out on you
 Life has its problems
 And I get more than my share
 But that's me one thing I never mean to do

'Cause I love you
 Oh baby
 I'm just human
 Don't you know I have faults like anyone?

Sometimes I find myself alone regretting
 Some little fooling thing
 Some simple thing that I've done

I'm just a soul whose intentions are good
 Oh Lord, please don't let me be misunderstood

I try so hard
 So don't let me be misunderstood

Por esses caminhos e diante do genocídio do povo negro, trago Elza Soares, que interpreta “A carne”, música que representa a triste realidade brasileira - aqui a arte é estética. No entanto o que instiga são também outras possibilidades musicais, sociais, políticos, poéticas e teóricas que reabilitam criticamente as culturas negadas.

A Carne⁹**Compositores: Seu Jorge; Marcelo Yuca, Ulisses Cappelletti**

A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Que vai de graça pro presídio
 E para debaixo do plástico
 Que vai de graça pro subemprego
 E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do mercado é a carne negra

⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IGlTjVcvMbM>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

⁹ Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/elza-soares/a-carne.html>>. Acesso em 07 jul. 2016.

Que fez e faz história
 Segurando esse país no braço
 O cabra aqui não se sente revoltado
 Porque o revólver já está engatilhado
 E o vingador é lento
 Mas muito bem intencionado
 E esse país
 Vai deixando todo mundo preto
 E o cabelo esticado

Mas mesmo assim
 Ainda guardo o direito
 De algum antepassado da cor
 Brigar sutilmente por respeito
 Brigar bravamente por respeito
 Brigar por justiça e por respeito
 De algum antepassado da cor
 Brigar, brigar, brigar

Nesses encontros, fortaleço minha luta cotidiana enquanto docente e mulher negra que encontra maneiras de fazer, de acreditar em sonhos possíveis, sem se deixar contaminar pela naturalização das desigualdades através de um discurso que propaga os estigmas e estereótipos contra a humanidade, em destaque os adolescentes, meninas e meninos em cumprimento de medida socioeducativa.

2.8 Retalho verde

2.8.1 Encontro II

Estou agora convencida de que preciso encontrar Maria. Mando uma mensagem pelo WhatsApp:

- Maria preciso falar com você. Posso te ligar?

No grau de ansiedade em que me encontro, não espero a resposta e ligo.

- Maria, tudo bem? Lembra daquela nossa conversa? Então, fiquei tão encabulada que resolvi pesquisar sobre a questão do trabalho. Menina, você nem imagina o que eu encontrei. Desde o período Colonial até a República, os menores, delinquentes e órfãos eram destinados ao trabalho, por isso foram criados vários colégios correcionais para os delinquentes, afim de que pudessem desenvolver atividades profissionais. Até rolou um babado forte (hahahah) entre os empresários e os defensores dos direitos da criança. Escuta aí o que diz Faleiros:

No que se refere ao encaminhamento para o trabalho, predomina o uso indiscriminado da mão de obra infantil, notando-se, a respeito, a omissão e a complacência do Estado. [...] o debate parlamentar na Velha República coloca o confronto em relação a legislação social, os liberais, o bloco católico, os socialistas e os defensores de uma intervenção gradual do Estado nas questões sociais, de forma mais pragmática que doutrinária. Os liberais, vinculados ao positivismo defendem a liberdade de contrato,

chegando [...] a defender a não intervenção do Estado na proteção do trabalho infantil. Os empresários defendendo o trabalho precoce manifestam-se claramente contra a definição da idade mínima de 14 anos para o trabalhador (FALEIROS, 1995, p.57).

Maria responde:

- Menina que horror! Nossa, eu, que nem sou empresária, pensava igual a eles, no tempo das bolinhas (hahahaha). Então quer dizer que o problema de ocupar as mentes dos endiabrados não deu meu certo, né? Amiga, deleta o que te falei!

Empolgada, continuo:

- Maria, escuta essa: “Os viciosos, vagabundos e ébrios habituais, são tratados conforme estratégia da repressão e levados pela polícia. Integrar pelo trabalho ou dominar pela repressão eram as estratégias dominantes” (FALEIROS, 1995, p. 60).

Maria então pergunta:

- Cris, mas o ECA, também não resolve a solução deles, né? Por que será que mudaram o nome de menor para criança e adolescente? Você sabe?

- Maria, o processo é lento, eu preciso trazer à tona o manto dessa proteção, através das legislações referentes às crianças e adolescentes, primeiro você precisa saber, se é que não sabe, (hahahaha): crianças e jovens pobres eram recolhidos em asilos e em escolas correccionais, sob a ótica de uma educação moral e cívica e para o trabalho, vai vendo!

O Código de Menores de 1979 unifica todos, como farinha do mesmo saco. Sob a égide da Doutrina da Situação Irregular, são objetos de medidas judiciais, já no ECA, a Doutrina é de Proteção Integral das crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos com ampla garantia dos direitos pessoais e sociais.

Amiga querida, depois eu te ligo que chegou visita em casa.

Um beijão.

A Doutrina de Proteção Integral do ECA diz:

Criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. (Art.2)

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade (Art.3) (BRASIL, 1990).

Com um ar de dúvida me pergunto: Será que houve mudanças em relação ao ‘adolescente infrator’? Abro o Eca, e me deparo com o Artigo, 106:

Capítulo II

Dos Direitos Individuais [...]

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos. (BRASIL, 1990).

Nesse instante, respiro profundamente, desligo o computador e começo a ler novamente Rizini (1995b), em busca de possíveis mudanças em relação ao “adolescente infrator”. Para não sufocar, encontro a seguinte resposta:

Se é verdade que o quadro geral brasileiro de pobreza, injustiça, desigualdade e exclusão social pouco mudou e que suas perspectivas de reversão são exíguas, é verdade também que há hoje maiores possibilidades de participação democrática da população na esfera política. Uma coisa a história de todos os tempos nos mostra: os cidadãos (ou os não cidadãos) de amanhã se constituem desde a infância (hoje) – repetindo em português moderno o que tantos outros proclamaram ao longo dos séculos. Essa consciência, ainda não tão tenuemente praticada, quiçá fizesse diferença, caso pensássemos e vivêssemos o Brasil do ponto de vista de uma nação que vem tentando se libertar das amarras históricas da não voz e da não participação. (p.167).

Preparo-me então para ir ao encontro do orientador, toda feliz pelas novas descobertas, agora já me sinto pronta, caso a banca faça a mesma pergunta da Maria. Mas ainda preciso ler Foucault... e aguardo ansiosamente o carteiro para a entrega do livro Vigiar e Punir.

2.9 Os encontros pedagógicos e políticos dos que vêm das margens

É preciso resistir e ter coragem, compromisso ético, pedagógico e político no enfrentamento das desigualdades de raça, gênero, etnia, classe e ambientais, produzidas no cotidiano, nas escolas e universidade.

Assim sendo, o artigo publicado por Reigota (2009), A contribuição política e pedagógica dos que vêm das margens, possibilita a compreensão dos embates políticos e pedagógicos no espaço universitário e o papel desempenhado pelo docente em relação à subjetividade dos alunos. Considera a escola um espaço de desconstrução e construção da cidadania por intermédio de uma prática pedagógica em conjunto com aqueles que vêm das margens.

Na ampliação da cidadania, para além de seus aspectos normativos e de participação vigiada, partimos do princípio de que todo ato político e pedagógico é possível de ser desconstruído e reconstruído cotidianamente, pelos sujeitos que se reconhecem como cidadãs e cidadãos em ambientes, onde os limites geográficos, ecológicos e imposições políticas e sociais de controle das vozes dissonantes, já não fazem (se é que algum dia fizeram) nenhum sentido. Se esse movimento de ampliação da cidadania ocorre no ambiente escolar, e dados empíricos indicam que sim, poderemos repensar a

dimensão política da escola e as suas configurações contemporâneas. Podemos mais, podemos produzir conhecimentos, conceitos e teorias radicais, pertinentes e, principalmente, descolonizadas (REIGOTA, 2009, p.5).

Em qualquer espaço de aprendizado, é preciso refletir sobre a construção do conceito racial, numa perspectiva de desconstrução do racismo. A escola ou a universidade torna-se um terreno fértil para germinação de uma consciência política. No entanto, para a consolidação dessa “maneira de fazer”, precisamos nos libertar da ordem estabelecida, através da “leitura do mundo”.

[...] o projeto é a conjectura que se define com clareza, é o sonho possível a ser viabilizado pela ação política. A leitura crítica do mundo é um quefazer pedagógico- político indicotomizável do quefazer político e pedagógico, isto é ação política que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade (FREIRE, 2014c, p.47).

Discutir a questão racial no ambiente escolarizado tem contribuído para desvelar alguns estereótipos e estigmas em relação à desigualdade racial, consolidada nas experiências vividas e deglutidas.

Na obra de Paulo Freire e Sérgio Guimarães, Dialogando com a própria história, é possível verificar o seu pensamento relativo à questão racial.

É preciso destacar que, durante o exílio, Paulo Freire continuou a desenvolver uma práxis educativa nos países por onde viveu, tornando-se reconhecido mundialmente por experiências pedagógicas libertadoras, dentre elas: sua passagem por Harvard.

Eu lhe digo: minha passagem por Harvard, por pequena que tenha sido, foi uma passagem gratificante, por várias razões. Primeiro era a minha experiência com esse mundo altamente tecnológico, misterioso, que é a sociedade americana. A minha experiência com a discriminação que eu nunca tinha visto com tanta intensidade! A discriminação no Brasil existe, nós somos uma sociedade racista, machista, autoritária, mas para mim pelo fato de que o capitalismo ainda não deu certo - eu espero que não seja só “ainda”, mas que não dê certo nunca no Brasil – o que acontece é que a quantidade de negros brasileiros que estão fustigando o medo dos brancos da concorrência em empregos é muito pequena. E porque é muito pequena, então os brancos são racistas melosos, enquanto nos Estados Unidos não tem nada de meloso, é porrete logo! [...] foi lá que descobri essa coisa muito óbvia, sobre a qual escrevi: a existência de um terceiro mundo no primeiro, e a existência do primeiro no terceiro. Quer dizer, um conceito muito mais político, ideológico e econômico do que geográfico apenas (FREIRE; 2011, p 53- 54).

Freire após ser questionado sobre a luta dos proibidos, dos renegados, negros e não negros, caracterizados como as minorias, afirmou a importância do movimento negro nos Estados Unidos, destacando Martin Luther King, Malcom X e Spike Lee. Ele já havia escrito a Pedagogia do oprimido, daí sua leitura a partir do movimento das minorias:

Eu já tinha dito que a violência do oprimido era o direito da defesa, legítima defesa. Eu já tinha dito na Pedagogia do oprimido que não é o oprimido o que inaugura a violência o desamor. Quem inaugura a violência e o desamor é o opressor. Agora manhosamente, para justificar-se um pouco de sua culpa, o opressor que tem o poder- e é quem perfila quem não tem -, perfila o oprimido como violento, como desamoroso, como ingrato até, aquele que é incapaz de ver a bondade do opressor (Paulo sorrindo). Isso tudo é uma mentira, na medida em que tudo isso é ideologia dominante do opressor tapeando e amaciando a consciência do oprimido (FREIRE, 2011, p.87).

Nesse espaço acadêmico e no tempo presente, que envolve os jovens demarcados estatisticamente, os adolescentes em conflito com a lei, os negros e pobres, faço um convite a uma reflexão sobre a prática docente em qualquer nível de ensino-aprendizado, por aqueles que trazem na bagagem uma luta cotidiana de sobrevivência e histórias de superação, pessoas cuja esperança é depositada na escola ou na universidade.

Quando uma criança da periferia chega a escola, traz já formada parcialmente, uma cultura própria. É uma espécie de subcultura da cultura dominante, mas tem as suas próprias características. Essa criança, então, começa a passar por um processo de aculturação que começa pela língua - a língua oficial, o nosso português, é para ela uma língua estrangeira - começando aí suas dificuldades. A escola trabalha então para inculcar valores próprios, substituindo valores que a criança traz e, nesse processo massacrante onde a sua cultura é desprezada, a criança leva a pior. E, porque não vem mais à escola, dizemos que ela se evadiu quando na verdade foi excluída (VANNUCCHI, 1983, p.13 -14).

Em Pedagogia da indignação, Freire (2015c) afirma:

Seria horrível se tivéssemos a sensibilidade da dor, da fome, da injustiça, da ameaça, sem nenhuma possibilidade de captar a ou as razões da negatividade. Seria horrível se apenas sentíssemos a opressão, mas não pudéssemos imaginar um mundo diferente, sonhar com ele como projeto e nos entregar à luta por sua construção. Nos fizemos mulheres e homens experimentando-nos no jogo destas tramas. Não somos, estamos sendo. A liberdade não se recebe de presente, é bem que se enriquece na luta por ele, na busca permanente na medida mesma em que não há vida sem a presença, por mínima que seja, de liberdade (p. 153).

A influência pedagógica da Pedagogia do oprimido circulou o mundo, e muitas práticas pedagógicas do primeiro mundo foram e são sustentadas pelo pensamento de Paulo Freire, por uma pedagogia libertadora.

Em Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade, bell hooks¹⁰, mulher negra feminista e educadora, relata a experiência de poder transgredir os

¹⁰ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora afro-americana, feminista e ativista social, que adotou esse nome em suas obras – propositalmente escrito sempre em letras minúsculas, com o objetivo de manter o foco em seu trabalho mais do que em seu nome ou sua personalidade. Assim, ainda que alguns de seus editores optem pelo contrário, em respeito à posição da autora, mantenho a não capitalização das letras, mesmo no início das frases.

sistemas de dominação; para isso, sua intervenção pedagógica esteve atrelada ao pensamento de Paulo Freire.

Ao contrário das pensadoras feministas comprometidas com as que fazem uma separação nítida entre o trabalho da pedagogia feminista e a obra e o pensamento de Paulo Freire, para mim essas duas experiências convergem. Profundamente comprometida com a pedagogia feminista, peguei fios das obras de Paulo e teci-os naquela versão de pedagogia feminista que acredito estar incorporada no meu trabalho de escritora e professora. Quero afirmar mais uma vez que foi a interseção do Paulo Freire - com a pedagogia vivida dos muitos professores negros da minha meninice (mulheres em sua maioria) - que se viam cumprindo a missão libertadora de nos educar de maneira a nos preparar para resistir eficazmente ao racismo e a sua supremacia branca – que teve profundo impacto sobre o meu pensamento a respeito da arte e da prática ensinar (hooks, 2013, p.74).

bell hooks, enfatiza que seu olhar do ponto de vista de classe, das mulheres negras, mudou a partir do encontro com a leitura das Cartas de Guiné: um registro de uma experiência em processo, de Freire (2011). Desse encontro é que se define em sua prática docente o significado da pedagogia engajada.

Quando conheci a obra de Paulo Freire, fiquei ansiosa para saber se seu estilo de ensino incorporava as práticas pedagógicas que ele descrevia com tanta eloquência em sua obra. No curto período em que estudei com ele, fui profundamente tocada por sua presença, pelo modo com que sua maneira de ensinar exemplificava sua teoria pedagógica [...] minha experiência com ele me devolveu a fé na educação libertadora. Eu nunca quisera abandonar a convicção de que é possível dar aula sem reforçar os sistemas de dominação. Precisava ter certeza de que os professores não têm de ser tiranos na sala de aula (hooks, 2013, p.31).

Ainda relatou que quando soube da vinda de Freire à Universidade de Santa Cruz, em que ela lecionava e estudava, as inscrições estavam encerradas. Por insistência e resistência política e pedagógica conseguiu inscrever-se e tomou a oportunidade para questioná-lo sobre a condição do sexismo em suas obras.

Se as mulheres forem críticas, terão que aceitar nossa contribuição como homens, assim como os trabalhadores têm que aceitar nossa contribuição como intelectuais, porque é um dever e um direito que eu tenho de participar da transformação da sociedade. Assim, as mulheres devem ter a principal responsabilidade em sua luta, elas têm de saber que essa luta também é nossa, isto é, daqueles homens que não aceitam a posição machista no mundo. O mesmo se dá com o Racismo. Enquanto homem branco, aparentemente – porque sempre digo que não tenho muita certeza da minha branquidão – a questão é saber se eu estou realmente contra o racismo de forma radical. Se estou então tenho o dever e o direito de lutar com o povo negro contra o racismo (FREIRE apud hooks 2013, p. 80).

A partir deste pensamento de Paulo Freire, bell hooks afirma que a dialogicidade teórica e prática se evidenciou no encontro em que ambos tinham a mesma indagação e criticidade, por isso o considera como fonte intelectualmente inspiradora, mesmo após a sua morte.

Nosso encontro teve aquela qualidade de doçura que continua que perdura por toda a vida; mesmo que você nunca mais fale com a pessoa, nunca mais lhe veja o rosto, sempre pode voltar, em seu coração àquele momento em que vocês estiveram juntos e ser renovada – é uma solidariedade profunda (hooks, 2013, p. 82).

Paulo Freire, em *Cartas à Guiné Bissau*; registro de uma experiência destaca a importância cultural de um povo que não se derruiu durante a colonização européia. Quando ele recebeu o convite para participar da reconstrução do país através da educação de adultos, destacou a luta de Amílcar Cabral, grande pedagogo que esteve no campo, lutando pela educação. O convite para o seu deslocamento partiu do Comissário da Educação, Mário Cabral.

Sabíamos que iria não com intelectuais frios e objetivos ou especialistas neutros, mas com militantes engajados no esforço sério de reconstrução de seu país. De reconstrução digo bem, porque Guiné Bissau não parte de zero, mas de suas fontes culturais e históricas, de algo de bem seu, da alma mesma de seu povo que a violência colonialista não pode matar (FREIRE, 2011, p.15).

A partir desse desafio, Freire propunha a participação pedagógica e política, contrária à ideologia dominadora, da hierarquização do ensinar e aprender. “Uma experiência como esta – a de aprender primeiro para ensinar depois, continuar a aprender” (p. 16). Não queria enquadrar em pacotes educacionais as experiências vivenciadas no Brasil e no Chile, ambas em contextos diferentes. Além disso, objetivava propor questões, através de ajuda autêntica e mútua.

Sabíamos que tínhamos algo com que contribuir para resposta àquele desafio. Se não tivéssemos, não se explicaria a aceitação do convite. Mas fundamentalmente sabíamos que a ajuda que nos pediam só seria na medida em que, em seu processo, jamais pretendêssemos ser os exclusivos sujeitos dela, reduzindo, assim, os nacionais que a solicitavam, a puros objetos da mesma. A ajuda autêntica, não é demais insistir, é aquela em cuja prática os que nela se envolvem se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar. Somente numa tal prática, em que os que ajudam e os que são ajudados se ajudam simultaneamente, é que o ato de ajudar não se distorce em dominação do que ajuda sobre quem é ajudado (FREIRE, 2011, p.18).

Diante dessa afirmativa, vou dialogando com interlocutores que desnudam uma prática pedagógica contra hegemônica, enfatizando a importância do papel político do educador/a diante das divergências do ensino-aprendizagem que escamoteiam ou não, os que vêm das margens.

A nossa opção política e a nossa prática em coerência com ela nos proibiam, também de pensar sequer que nos seria possível ensinar aos educadores e aos educandos da Guiné Bissau sem com eles aprender. Se toda dicotomia entre ensinar e aprender, de que resulta que quem ensina se recusa a aprender com aquela ou aquela a quem ensina envolve uma ideologia dominadora, em certos casos, quem é chamado a ensinar algo deve aprender primeiro para em seguida, começando a ensinar, continuar a aprender (FREIRE, 2011, p.18).

Diante das experiências pedagógicas libertadoras, embasadas no pensamento freireano, bell hooks (2013), afirma que é difícil para a linguagem negra adentrar as academias, e uma das suas experiências foi a escrita do vernáculo negro em artigos científicos, que eram devolvidos pela não linguagem padrão do inglês. De sua experiência na cultura popular negra contemporânea e nos círculos acadêmicos, destaca:

O Rap se tornou um dos espaços onde o vernáculo negro é usado de maneira a convidar a cultura dominante a ouvir – a escutar – e, em certa medida, a ser transformada. Entretanto, um dos riscos dessa tentativa de tradução cultural é aquela que venha banalizar o vernáculo negro. Quando jovens brancos imitam essa fala dando a entender que ela é característica dos ignorantes ou daqueles que só se interessam por divertir os outros ou parecer engraçados, o poder subversivo da fala é ameaçado (hooks, 2013, p.228).

E na cultura brasileira, da língua dos marginalizados, dos negros, das periferias, trago os Racionais Mcs, em Negro Drama, que pode ser considerado uma resistência e um tom de revolta contra o preconceito racial e o cotidiano violento vivido pelos negros. A música foi composta por Mano Brown e Edy Rock, e retrata a experiência de viver de um bairro de São Paulo.

Negro Drama¹¹
Racionais Mc's

Negro drama
Entre o sucesso e a lama
Dinheiro, problemas
Inveja, luxo, fama

Negro drama
Cabelo crespo
E a pele escura
A ferida, a chaga
À procura da cura

Negro drama
Tenta ver
E não vê nada
A não ser uma estrela
Longe, meio ofuscada

Sente o drama
O preço, a cobrança
No amor, no ódio
A insana vingança

Negro drama
Eu sei quem trama
E quem tá comigo
O trauma que eu carrego
Pra não ser mais um preto fodido

¹¹ Racionais MCs. Álbum: Nada como um dia após o outro. 2002. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/63398/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

O drama da cadeia e favela
Túmulos, sangue
Sirene, choros e vela

Passageiro do Brasil
São Paulo
Agonia que sobrevivem
Em meia às honras e covardias

Periferias, vielas e cortiços
Você deve tá pensando
O que você tem a ver com isso

Desde o início
Por ouro e prata
Olha quem morre
Então veja você quem mata

Recebe o mérito, a farda
Que pratica o mal
Me ver
Pobre, preso ou morto
Já é cultural

Histórias, registros
Escritos
Não é conto
Nem fábula
Lenda ou mito

Não foi sempre dito
Que preto não tem vez
Então olha o castelo irmão
Foi você quem fez cuzão

Eu sou irmão
Dos meus trutas de batalha
Eu era a carne
Agora sou a própria navalha

Tin, tin
Um brinde pra mim
Sou exemplo de vitórias
Trajetos e glórias, glórias

O dinheiro tira um homem da miséria
Mas não pode arrancar
De dentro dele
A favela

São poucos
Que entram em campo pra vencer
A alma guarda
O que a mente tenta esquecer

Olho pra trás
Vejo a estrada que eu trilhei
Mó cota
Quem teve lado a lado
E quem só fico na bota

Entre as frases

Fases e várias etapas
Do quem é quem
Dos mano e das mina fraca

Negro drama de estilo
Pra ser
E se for
Tem que ser
Se temer é milho

Entre o gatilho e a tempestade
Sempre a provar
Que sou homem e não covarde

Que Deus me guarde
Pois eu sei
Que ele não é neutro
Vigia os rico
Mas ama os que vem do gueto

Eu visto preto
Por dentro e por fora
Guerreiro
Poeta entre o tempo e a memória

Ora
Nessa história
Vejo o dólar
E vários quilates
Falo pro mano
Que não morra e também não mate

O tic-tac
Não espera veja o ponteiro
Essa estrada é venenosa
E cheia de morteiro

Pesadelo
É um elogio
Pra quem vive na guerra
A paz nunca existiu

Num clima quente
A minha gente sua frio
Vi um pretinho
Seu caderno era um fuzil
Um fuzil

Negro drama

Crime, futebol, música, caraio
Eu também não consegui fugir disso aí
Eu só mais um
Forrest Gump é mato
Eu prefiro conta uma história real
Vô conta a minha

Daria um filme
Uma negra
E uma criança nos braços
Solitária na floresta
De concreto e aço

Veja
Olha outra vez
O rosto na multidão
A multidão é um monstro
Sem rosto e coração

Ei, São Paulo
Terra de arranha-céu
A garoa rasga a carne
É a Torre de Babel

Família brasileira
Dois contra o mundo
Mãe solteira
De um promissor
Vagabundo

Luz, câmera e ação
Gravando a cena vai
Um bastardo
Mais um filho pardo
Sem pai

Ei, Senhor de engenho
Eu sei bem quem você é
Sozinho, cê num guenta sozinho
Cê num entra a pé

Cê disse que era bom
E a favela te ouviu
Lá também tem
Whisky, Red Bull
Tênis Nike e fuzil

Admito
Seus carro é bonito
É, eu não sei fazê
Internet, videocassete
Os carro loco

Atrasado
Eu tô um pouco sim
Tô, eu acho
Só que tem que

Seu jogo é sujo
E eu não me encaixo
Eu sô problema de montão
De carnaval a carnaval
Eu vim da selva
Sou leão
Sou demais pro seu quintal

Problema com escola
Eu tenho mil, mil fitas
Inacreditável, mas seu filho me imita
No meio de vocês
Ele é o mais esperto
Ginga e fala gíria
Gíria não, dialeto

Esse não é mais seu

Ó, subiu
 Entrei pelo seu rádio
 Tomei, cê nem viu
 Nós é isso ou aquilo

O quê?
 Cê não dizia?
 Seu filho quer ser preto
 Rááá
 Que ironia

Cola o pôster do 2Pac aí
 Que tal?
 Que cê diz?
 Sente o negro drama
 Vai
 Tenta ser feliz

Ei bacana
 Quem te fez tão bom assim?
 O que cê deu
 O que cê faz,
 O que cê fez por mim?

Eu recebi seu tic
 Quer dizer kit
 De esgoto a céu aberto
 E parede madeirite

De vergonha eu não morri
 To firmão
 Eis-me aqui

Você, não
 Cê não passa
 Quando o mar vermelho abrir

Eu sou o mano
 Homem duro
 Do gueto, Brown
 Obá

Aquele louco que não pode errar
 Aquele que você odeia
 Amar nesse instante
 Pele parda
 Ouço funk
 E de onde vem
 Os diamantes
 Da lama

Valeu mãe

Negro drama
 Drama, drama, drama

Aê, na época dos barracos de pau lá na Pedreira, onde vocês tavam?
 O que vocês deram por mim?
 O que vocês fizeram por mim?
 Agora tá de olho no dinheiro que eu ganho
 Agora tá de olho no carro que eu dirijo
 Demorou, eu quero é mais
 Eu quero até sua alma

Aí, o rap fez eu ser o que sou

Ice Blue, Edy Rock e KL Jay e toda a família
E toda geração que faz o rap
A geração que revolucionou
A geração que vai revolucionar
Anos 90, século 21
É desse jeito

Aê, você sai do gueto, mas o gueto nunca sai de você, morou irmão?
Você tá dirigindo um carro
O mundo todo tá de olho em você, morou?
Sabe por quê?
Pela sua origem, morou irmão?
É desse jeito que você vive
É o negro drama
Eu não li, eu não assisti
Eu vivo o negro drama, eu sou o negro drama
Eu sou o fruto do negro drama
Aí dona Ana, sem palavras, a senhora é uma rainha, rainha

Mas aê, se tiver que voltar pra favela
Eu vou voltar de cabeça erguida
Porque assim é que é
Renascendo das cinzas
Firme e forte, guerreiro de fé
Vagabundo nato!

O rap é um gênero musical legitimado, pautado na recusa, na resistência, na subversão e no revide contra a ideologia dominante que, não raramente, é excludente. Apresenta uma linguagem desconhecida de alguns pesquisadores e muitas vezes não aceita por parte das instituições normalizadoras regidas pelo manto da proteção.

Reconhecer que através da língua nós tocamos uns aos outros parece particularmente difícil numa sociedade que gostaria de fazer crer que não há dignidade na experiência da paixão, que sentir profundamente é marca de inferioridade; pois dentro do dualismo do pensamento metafísico ocidental, as ideias são sempre mais importantes que a língua. Para curar a cisão entre a mente e o corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos, tentamos resgatar a nós mesmos e às nossas experiências através da língua [...] Fazemos das nossas palavras uma fala contra hegemônica, libertando-nos por meio da língua (bell hooks, 2013,p. 233).

Ainda na perspectiva contra hegemônica, trago a poeta negra mineira, que viveu a maior parte de sua vida nas favelas da capital. Carolina Maria de Jesus, catadora de papéis, começou a ler e escrever fazendo uso de material encontrado nos entulhos que ela coletava, encontrando na poesia sua resistência. Seu poema, Os feijões, retrata a questão da exclusão social e racial que ela vivenciou.

Será que entre os feijões
Existem o preconceito
Será que o feijão branco,
Não gosta do feijão preto?
Será que o feijão preto é revoltado?
Com seu predominador
Precebe que é subjugado

O feijão branco será um ditador.

Será que existem rivalidades?
Cada um no seu lugar
O feijão branco é da alta sociedade.
Na sua casa o feijão preto não pode entrar
Será que existem desigualdades
Que deixa o feijão preto lamentar
Nas grandes universidades
O feijão preto não pode ingressar
Será que existem as seleções
Prêto pra cá e branco pra lá
E nas grandes reuniões
O feijão prêto é vedado entrar?
Crêio que no núcleo dos feijões
Não existem as segregações. (JESUS, 2015).

bell hooks, ao trabalhar a perspectiva da educação libertadora no ambiente escolar e nas universidades, propõe um olhar crítico que tende a naturalizar as desigualdades. Para ela, é preciso construirmos juntos uma sociedade sem distinção de classe, gênero ou raça. Nessa perspectiva pedagógica, ela traz a experiência, os guetos, a língua da periferia que adentra a academia, como possibilidades de reconhecer as multiplicidades das diferenças culturais. Que a educação vá além da esfera da produtividade, por uma formação de leitura do mundo e ética.

A sala de aula continua sendo um espaço que oferece possibilidades mais radicais na academia. Há anos é um lugar onde a educação é solapada tanto pelos professores quanto pelos alunos, que buscam todos usá-las como plataforma para os seus interesses oportunistas em vez de fazer dela um lugar de aprendizado. Com estes ensaios, somo minha voz ao apelo coletivo pela renovação e pelo rejuvenescimento de nossas práticas de ensino. Pedindo que abram a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar para criar novas visões, celebro um ensino que permita as transgressões – um movimento contra as fronteiras e para além delas. E esse movimento que transforma a educação na prática da liberdade (hooks, 2013, p.23-24).

Nesse sentido, Kabengele Munanga (2005) diz:

Entre essas forças, a educação escolar, embora não possa resolver tudo sozinha, ocupa um espaço de destaque. Se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços. (p. 17-18)

O cotidiano escolar é um ambiente multifacetado e complexo, as desigualdades sociais, ambientais, econômicas, políticas, culturais e raciais adentram as portas e janelas e ou grades das escolas, das universidades e de espaços não escolarizados em movimentos de idas e vindas, pelo embate político e pedagógico em desconstrução das formas veladas de discriminação, e a escola tem um papel preponderante a partir da astúcia dos educadores e educandos.

A mudança para esse estado de coisas requer um embate político no cotidiano da escola, no reconhecimento dessas formas de exclusões veladas, na conscientização do racismo e do sexismo reproduzido no espaço escolar. A escola como um espaço privilegiado para a convivência com as diferenças, como construtora de práticas concretas de denúncia e erradicação da exclusão em todas as esferas: de grupo social, cultural, étnico e religioso. Nesse movimento constante é que se constituem histórias sociais e individuais capazes de rupturas com visões naturalistas e essencialistas sobre as diferenças culturais e sociais de um povo (CRISOSTOMO; REIGOTA, 2010, p.104).

Ainda nesta perspectiva, trago para a leitura Milton Hatoum que, através da crônica, relata as experiências de o que é ser pobre e negro, sob o olhar de uma criança. Daí a importância da escola, para mediar as desigualdades sociais e raciais e ambientais

O menino parou para ver o homem caído na calçada da farmácia. Depois me perguntou: por que todos os negros são pobres? Nem todos são pobres, eu disse, mas são os mais pobres da nossa população. “Por quê?” Como explicar a escravidão para uma criança de 9 anos? Falei como pude do tráfico de escravos da África para o Brasil e do trabalho escravo durante mais de três séculos; disse que, depois da proibição do tráfico e da lei que os libertou, a imensa maioria dos brasileiros de origem africana não pôde estudar. Conte ao menino que algo parecido tinha acontecido com os índios, com uma diferença: os índios viviam aqui havia uns cinco mil anos, mas foram escravizados do mesmo jeito. Milhares de índios foram assassinados, ou morreram de doenças transmitidas por pessoas que invadiam e roubavam as terras indígenas. Disse que isso ainda acontece em vários estados brasileiros; depois, eu mostraria esses lugares no mapa do País. (HATOUN, 2016).

Aqui está o convite de Hatoum para repensarmos o papel da escola frente às mediações das desigualdades sociais e da barbárie humana, para que os educadores tenham a sensibilidade de não ocultar os fatos históricos do passado que refletem a vida cotidiana de muitos que são obrigados a sobreviver em espaços em condições de risco pessoal. Daí a relevância de ações transgressoras que vão tecendo uma antidisciplina.

3 RETALHO PRETO

3.1.1 Encontro III

-Boa Tarde, Sr. Pedro, como vai o Senhor? Agradeço pela entrega, este livro é joia rara.

O Sr. Pedro todo sorridente e com a expressão de cansado responde:

- Moça, se é joia rara, então vai vendê-lo e ganhar muito dinheiro, com esse tempo de crise...

Ambos caem na risada!!

E então lhe respondo:

- Não posso, é indicação do meu orientador, tenho que ler Foucault, sobre vigiar e punir.

- Credo Moça! Você vai aprender a vigiar para punir? Tudo encaixa, você mora no quartel (hahahaha).

-Não! Vou ver como nasce à prisão, o sistema punitivo e o poder - para escrever sobre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

- Menina se eu pudesse ficaria aqui com você. Mas tenho que fazer outras entregas. Mas posso deixar minha opinião para você? Esses meninos perderam o respeito, sou a favor da redução da maioridade penal e você?

- Eu não!!!

Nos despedimos e agradeço.

Ao subir as escadas de casa, sigo indignada com a afirmativa do carteiro, sobre a redução da maioridade penal. Adio a leitura de Foucault, e procuro saber se há algo escrito sobre isso.

3.2 Pensamentos em teia – mente inquieta

Putz! Que horror! O tempo urge - diante da fala do carteiro tenho medo do que está difuso no cotidiano.

Proposta de Emenda à Constituição Federal nº301 de 1996.

Do Sr. Jair Bolsonaro e outros.

Dá a nova redação ao artigo 228 da Constituição Federal

(À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação)

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art 228. Os menores de dezesseis anos são inimputáveis, sujeitando-se às normas da legislação pessoal. Justificação: Considerando que a realidade de nossos dias demonstra que o adolescente com idade de dezesseis anos já possui discernimento suficiente para avaliar os danos que causa[m] os atos ilícitos, bem como crimes que pratica, somos levados a propor a mudança no artigo citado. Conhecedores da inimputabilidade dos detentores de idade inferior aos dezoito anos, os imputáveis os incitam ao crime, usando-os como baluarte de suas ideias e planos criminosos. Sabemos que a mudança da idade não irá prejudicar àqueles que levam uma vida regrada dentro dos princípios morais e da boa convivência, independente da condição social de que desfrutam. Sala das Sessões, em 07/12/95 Deputado Jair Bolsonaro-PPB/RJ (BRASIL, 1996).

Que complexidade! Ainda bem que essa leitura mostrou um pouco da indignação de alguns movimentos que se posicionaram contrários, e a emenda não foi aprovada em 1996. E agora será que o deputado venceria? Puxa vida! Quantas mais pessoas das comunidades pensam como o carteiro e Bolsonaro hoje?

Acho que vou fazer uma pesquisa, uma pseudo-pesquisa, um levantamento quantitativo de quem é a favor da redução da idade penal. Isso é muito sério e danoso, pois o pensamento da maioria pode estar atrelado à segurança privada. O que eu faço? Mando um e-mail para o orientador? Faço umas visitas nas residências da rua onde moro?

Para! Para! Vou tomar um cafezinho e assistir a um filme e dormir porque já e madrugada estou falando sozinha.... (hahaha).

...

O café acelerou meu pensamento e ansiedade para voltar a minha pesquisa. Vou assistir ao filme da história da Ângela Davis.

...

Nossa, que delícia!

Que encontro de pele e alma! Que mulher!

Quero estar lá, com ela, lutar junto com a comunidade por sua libertação. Estou contigo, Ângela Davis! Se pudesse também escreveria cartas para você, como as crianças fizeram. Para lhe dizer que amo você, dizer o quanto você me deu esperança na minha caminhada, na jornada da vida. Vou cantar a liberdade!

A vida segue, são quatro da manhã e o sono chega.

Quando o carteiro passar, pela tarde, vou convidá-lo para assistir a minha banca, porque sua fala me deixou triste. Mas minha dimensão política não se apagou diante das barbáries do mundo e revitalizei minhas energias após assistir ao filme Ângela Davis.

Vou publicar na rede social uma foto de crianças pedindo para que a instituição de segurança deixa-as viver!

...

Pronto. Publicado!

Várias curtidas e um comentário:

Querida Cris, acho que vou comprar uma arma, essas molecadas do Rio de Janeiro estão nos matando, fui vítima de um assalto e um moleque com uma pistola nos causou pânico! Você nem imagina! Porque numa dessa de novo eu não penso duas vezes, entre ele e os meus filhos, eu os liquido.

Que sufoco angustiante, a violência não é a solução para esse problema. Quero gritar pela rede social. Tenho certeza de que essa afirmativa deve estar transbordando pelo cotidiano: “Bandido bom é bandido morto”. São tão jovens que já tiveram decretada sua morte social, mas vou mandar um e-mail para minha amiga pesquisadora, que relatou suas experiências na Bahia, em que três dos alunos haviam trocado da escola pelo mundo do tráfico.

Bom dia Francy,

Tudo bem contigo?

Você pode mandar o link do artigo: A banalização da violência contra jovens negros, em que você relatou sua experiência enquanto docente?

Aqui vai um grande abraço negro.

Francy, muito atenciosa me responde:

Cris, tudo bem?

Menina escrever esse artigo foi doloroso demais, sangrei a alma, lembrá-lo é triste, mas é resistência contra a barbárie humana e, sobretudo dos nossos jovens em especial pobres e negros. Aqui vai:

Vivemos em uma sociedade capitalista. A sociedade do consumo, das aparências, em que as pessoas são valorizadas pelo que têm ou demonstram ter, não pelo que realmente são. A maioria dos jovens que entra na criminalidade quer ter o celular de última geração, um tênis maneiro, um casaco de marca. Nascidos sob a marca da diferença e da exclusão, o ter lhes proporciona uma sensação de poder, uma sensação de que eles existem no mundo. É uma maneira de se auto afirmarem, de conseguirem reconhecimento e respeito.

Esses garotos, negros e pobres, na maioria das vezes, são marginalizados muito antes de se tornarem marginais. E quando os “cidadãos de bem” celebram a morte desses jovens, pensando que estão se livrando de um problema, talvez não consigam perceber que eles também fazem parte do problema. Quando um “cidadão de bem” vibra com a morte de um garoto envolvido no mundo do crime, ele não está contribuindo para o fim da violência, mas colaborando com ela.

A violência é um problema social. E já que fazemos parte de uma mesma sociedade, somos, em alguma medida, culpados pelas mortes desses jovens.

Somos vítimas, mas também algozes.
Em vez de comemorar a morte desses jovens que estão vivendo na criminalidade, é preciso pensar em estratégias eficientes que possam evitar que esses garotos entrem no mundo do crime e/ou tentar recuperar aqueles que estão nele (SILVA, 2016).

Amanhã vou falar com meu orientador! Estou esgotada! Mas inspirada por Ângela Davis e pelo artigo da Francy. Este tema sangra, por tantas injustiças sociais. A resistência também deve ser criativa e deve incomodar.

Politicamente falando, o elemento mais importante pode ser, quando se examina o poder, o fato de que, segundo certas concepções anteriores, “resistir” significa simplesmente dizer não. É somente em termo de negação que se tem conceitualizado a resistência. Tal como você a compreende, entretanto, a resistência não é unicamente uma negação. Ela é um processo de criação. Criar e recriar, transformar a situação, participar ativamente do processo, isso é resistir (FOUCAULT, 2014).

Caro Professor,

estou enviando o e-mail, para dizer que as conversas cotidianas estão complicadas e angustiantes, algumas conversas demonstram o ódio em relação aos “adolescentes infratores”. Penso eu que, se o deputado lançar novamente a questão da redução da maioridade penal, haverá um grande risco para todos nós pesquisadores e movimentos sociais engajados. Parece que pensamento dele ressoa entre as classes sociais e geracionais distintas.

Ainda não li Foucault. (hahaha).

Abraços fraternos! Até breve!

A resposta vem imediatamente.

Prezada Orientanda,

peço que venha até a Universidade, na terça-feira às 14hs. Fico feliz que você assistiu ao filme da Ângela Davis. Trouxe um livro da biografia dela para você.

Precisa ler Foucault para dialogarmos um pouco mais.

Até lá.

Vich!!! O livro tem umas trezentas páginas, e essa capa preta, com escritas vermelhas, parece coisa do Diabo (hahahaha) tenho que correr, o tempo é curto.

Começo a leitura!

Ao longo da leitura vou me surpreendo com as mudanças dos dispositivos de Vigiar e Punir.

Ai, ai, ai! “Pode então acontecer que o crime constitua um instrumento político que seja tão importante para a libertação de nossa sociedade quanto foi para emancipação dos negros; teria esta acontecido sem ele?” (FOUCAULT, 2014, p.285).

3.3 Agora lascou!

Será esse o motivo para tanto investimento nas construções de instituições de internação de adolescente em cumprimento de medida socioeducativas na região Sudeste? Para não colocar em xeque as ilegalidades do bem? Putz! Mas estou muito radical, será que posso escrever isso? Mas veja bem, se a banca me questionar, a ideia é de Foucault, saio pela tangente! (hahahaha). Que interessante a leitura, olha só o que eu encontrei, entre os seus personagens, um adolescente que coloca em xeque o sistema penal!!

Vou por aqui questionando algumas legalidades que considero ilegalidades disciplinares e disciplinadoras, talvez por esse caminho posso encontrar algumas escritas sobre a escola.

Será que está legal o que escrevi? Esse livro é muito complexo. Acho que vou reler, vou assistir ao filme novamente de Ângela Davis, para respirar. Tenho que tomar cuidado, posso estar sendo vigiada pelos dispositivos de poder. Parece que quando expuser minha dissertação, também vou passar por um julgamento, através de um ritual de normas, padrões. Vou pedir que Oxalá me proteja.

Foucault (2014) é um perigo heim?!

Estou contaminada por suas afirmativas. Minha Nossa, olha o que ele fala das prisões sobre a proteção das ilegalidades do bem, do lucro.

A prisão não é filha das leis nem dos códigos, nem do aparelho judiciário; que não está subordinada ao tribunal como instrumento dócil e inadequado das sentenças que aquele exara e dos efeitos que queria obter; que é tribunal que, em relação a ela, é externo e subordinado. Que, na posição central que ocupa, ela não está sozinha, mas ligada a toda uma série de outros dispositivos carcerários aparentemente bem diversos – pois se destinam a aliviar, a curar, a socorrer – mas que tendem todos como ela a exercer um poder de normalização. Que aquilo sobre o qual se aplicam os dispositivos não são as transgressões em relação a uma lei central, mas em torno do aparelho de produção - comércio e a indústria – toda uma multiplicidade de ilegalidades com sua diversidade de natureza e de origem seu papel específico no lucro, e o destino diferente que lhes é dado pelos mecanismos punitivos (FOUCAULT, 2014, p.285).

Tô pasmada e trêmula das pernas! Que descoberta, heim?!

Essas normalizações têm algo muito sério escamoteado. Vou levar todo o material escrito para o orientador dar uma olhada, na próxima terça-feira. Escrevi umas

dezenas de páginas, espero que ele considere algumas. Isso aqui dói o braço de tanto digitar, mas a dor maior é da alma, pela indignação.

...

Ao acordar na manhã de domingo abro a janela e vejo o sol radiante. Nossa, que alívio. Durante a noite tive um pesadelo horrível e durante o café da manhã, faço um relato.

Vocês nem imaginam o que eu sonhei, foi terrível e assustador.

Minha filha logo vai dizendo “conte logo, mãe”.

Sentei-me à mesa com minha família e fui relatando o meu pesadelo da noite.

Sonhei que fui fazer a pesquisa de campo, resolvi encontrar os meninos/meninas em cumprimento de medida socioeducativa, sem autorização do meu orientador. Eu estava no meu bairro, com os filhos das minhas amigas, fiz uma roda de conversa, indagando sobre a escola. Alguns deles começaram a chorar e travaram na conversa.

Pois bem, eu era a pesquisadora e agora já tinha vários argumentos para escrever tinha um arsenal de dados qualitativos e quantitativos, através dos seus relatos obtidos no ambiente escolar. Então logo em seguida apresentei a pesquisa para o professor.

Viche! Aí foi terrível. Fui interpelada por ele, questionando sobre a autorização desta pesquisa. Perguntava se eu nem tinha apresentado meu projeto para o Comitê de Ética.

Oxalá! Havia transgredido, agora me sentia uma infratora, meu coração acelerou, minhas mãos começaram a suar, acho que eu queria fugir de lá. Ai, que desespero. E vocês nem imaginam, o pior é que uns dos meninos que havia me revelado alguns segredos foi brutalmente assassinado e agora a polícia estava investigando os últimos contatos dele. A polícia decretou minha prisão e eu nem sei por quê!

Ainda bem que acordei do pesadelo terrível!

Vocês nem sabem o quanto sofri nesse pesadelo.

Amanhã vou ter uma resposta sobre o que escrevi e vou contar o pesadelo para o orientador.

Agora vou mergulhar no cotidiano escolar, o que será que pensam os adolescentes em relação ao ambiente escolarizado? O pesadelo me propiciou essa indagação. Mas, depois deste pesadelo, vou falar sobre tudo com o orientador, primeiro

vou ouvir uma música Brejo da Cruz indicada pelo amigo e pesquisador André, na voz de Chico Buarque, intérprete e compositor.

Brejo da Cruz¹²
Chico Buarque

A novidade
 Que tem no Brejo da Cruz
 É a criançada
 Se alimentar de luz
 Alucinados
 Meninos ficando azuis
 E desencarnando
 Lá no Brejo da Cruz
 Eletrizados
 Cruzam os céus do Brasil
 Na rodoviária
 Assumem formas mil
 Uns vendem fumo
 Tem uns que viram Jesus
 Muito sanfoneiro
 Cego tocando blues
 Uns têm saudade
 E dançam maracatus
 Uns atiram pedra
 Outros passeiam nus
 Mas há milhões desses seres
 Que se disfarçam tão bem
 Que ninguém pergunta
 De onde essa gente vem
 São jardineiros
 Guardas-noturnos, casais
 São passageiros
 Bombeiros e babás
 Já nem se lembram
 Que existe um Brejo da Cruz
 Que eram crianças
 E que comiam luz
 São faxineiros
 Balançam nas construções
 São bilheteiras
 Baleiros e garçons
 Já nem se lembram
 Que existe um Brejo da Cruz
 Que eram crianças
 E que comiam luz

Uau! Que música fantástica! Faz parte do meu cotidiano, vou mandar uma mensagem para o André, para agradecer, nunca tinha ouvido e certamente fará parte da minha dissertação, porque eu gosto do samba e do rap.

Mais um e-mail do meu orientador. Que tenso, estou aguardando a resposta da escrita.

¹² Lançado em 1990. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NxK9PoHSgPc>>. Acesso em: 27 out. 2016.

Boa tarde, Cris,

Fiz as correções devidas no seu trabalho, quero parabenizá-la, você está fazendo descobertas importantes.

Você precisa ler o Pesquisador conversador no cotidiano, de Peter Spink.

Abraços fraternos.

Expresso minha alegria diante da escrita do professor e começo a fazer a busca em revistas especializadas e encontro o texto.

Caracas!! Que metodologia transgressora de pesquisar, vou mandar um e-mail para minha amiga psicóloga para ver se ela conhece, já que é da área dela

Boa Tarde, Fer,

Menina, o meu orientador pediu para eu ler Peter Spink, você conhece?

Abraços fraternos!

A Fer imediatamente responde:

Querida Cris, não ouvi falar, às vezes ficamos tão presas às técnicas, os métodos que se sair da casinha, os trabalhos científicos são recusados, mas vou dar uma olhada sim e depois te respondo.

Sabe que não gosto da mesmice, sempre inovar.

Obrigada pela recomendação.

Beijos

Mando novamente um e-mail para Fernanda

Fernanda querida!

Que texto maravilhoso! Além de entender os micros-lugares, as falas produzidas no cotidiano, o Peter Spink, cita Athaide que escreve sobre o livro Meninos da Paraíba. Comprei o livro.

Leia a narrativa do Athaide, cai como uma luva na minha dissertação e no meu movimento de indignação.

Um abraço fraterno.

Respiro atenciosa e pausadamente antes de mergulhar na leitura.

Chegamos no estado da Paraíba para descobrir a realidade daquele lugar. Saltamos no aeroporto e pegamos um barco para chegar a uma das favelas que escolhemos. Não havia critérios muito claros para essa escolha. Era muito mais na base da intuição e das notícias que tínhamos tido, quando

fizemos show nesses lugares. Não queríamos desprezar o formato convencional das pesquisas sobre violência, queríamos apenas aproveitar a vantagem de não saber a forma convencional para não parecer com os intelectuais que tentam patentear as favelas com números absurdos, números que viram verdades quando vão pra mídia e não são contestados por ninguém. Chegamos à favela e vimos alguns jovens jogando futebol, ao lado de um conjunto residencial, ou melhor, palafitas. Não era possível que existisse tráfico ali. Era muita miséria, muita desnutrição, muita desgraça. Será que ali também haveria crack sem ser de bola? Deus, não deixa que tenha. Meu coração suplicava – sem que ninguém ouvisse – que não houvesse e que nossa viagem fosse uma decepção. Bobagem minha, pura tolice. Bastou escurecer e os moleques estavam lá, na pista, com seu jeito diferente, seus sotaques próprios, mas estavam lá. Mas uma coisa era certa: aquilo que eu achava que era uma desgraça, de certa maneira fazia parte da economia daquele lugar; o dinheiro que entrava ali naquele bairro produzia uma grande quantidade de violência, exatamente porque produzia a riqueza e o ganha-pão de todos eles. Tudo muito confuso, tudo muito doido. Fizemos entrevistas com uns três moleques no primeiro dia. Fiquei muito impressionado com eles, com a frieza, a segurança e a seriedade deles. Quando ganhamos uma linha de trem para conversar com o quarto guri, que estava trabalhando em um rio, percebi que nossa equipe tinha aumentado. Pois é, os moleques que eu tinha entrevistado agora eram parte da nossa equipe. Miguel tinha aliciado os jovens bandidos para a nossa equipe e eles vieram trabalhar com a gente. Carregavam suas armas e nossas luzes, carregavam suas armas e nossas bolsas, seguravam os microfones e plugavam os microfones de lapela com o farto conhecimento de quem há pouco tinha sido submetido aos mesmos procedimentos. Naquele momento eles estavam sujeitos às nossas reclamações e até a uns esporrinhos. Naquele momento via-se exatamente a diferença entre o homem e o monstro. Eles não eram nem uma coisa nem outra, eles eram apenas meninos. Meninos da Paraíba. (ATHAYDE, 2005, p. 30-31).

Esses meninos estão por aqui, reinventando maneiras de sobreviver. Utilizam-se de uma linguagem considerada subcultura, que produz um efeito silenciador sobre quem não consegue decifrar os códigos, e ainda faz parte da economia.

Que droga! Preciso pesquisar sobre a educação. Em tempo de fetiche midiático, devo começar por Paulo Freire, por que será que estão pedindo a exclusão dele nas escolas, através das manifestações?

Caracas! Olha a fonte da inspiração de Paulo Freire sobre a teoria da ação revolucionária.

O conceito de revolução de Paulo Freire tem tudo a ver com a leitura da obra de Amílcar Cabral, a quem chamava de pedagogo da revolução. Paulo Freire tinha uma imensa admiração por Amílcar Cabral e planejava escrever uma biografia sobre ele. Amílcar Cabral foi, ao mesmo tempo, um revolucionário e um pedagogo da revolução. Defendia a “arma da teoria”. Como dirigente do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a primeira organização de libertação das colônias portuguesas, fundada em 1956, insistia na importância de todo revolucionário estudar (GADOTTI apud FREIRE, 2016, p. 24).

Interessante, durante seu período de exílio ele continuou com sua prática e reflexão da educação. Será que de fato os educadores estão aplicando a teoria da revolução nas escolas através do conhecimento de Paulo Freire?

Será essa a razão daquelas faixas pedindo menos Paulo Freire nas escolas. Será?

Vou ler mais um pouco e encontrar as possibilidades de uma educação libertária dos adolescentes em conflito com lei, com base em Paulo Freire.

O legado de Paulo Freire não pode ser considerado uma contribuição à educação do passado, mas à educação do futuro. Alguns certamente gostariam de deixá-lo para trás na história das ideias pedagógicas, e outros gostariam de esquecê-lo, por causa de suas opções políticas. Creio que o seu legado não está só na sua teoria do conhecimento e na sua filosofia educacional, mas em ter insistido no pressuposto de que é possível, urgente e necessário mudar a ordem das coisas (GADOTTI apud FREIRE, 2016, p. 24).

Diante dessa afirmativa, concluo que está enganado quem se utiliza de faixas, em passeatas, pedindo a exclusão de Paulo Freire na educação. Não sabem de nada!

Paulo Freire tem sido atacado em manifestações de rua que sustentavam uma faixa pedindo sua exclusão das nossas escolas. Talvez, a existência dessas faixas revele justamente o contrário: a ausência de Paulo Freire nas escolas. Se houvesse um pouco mais de conhecimento e de compreensão das ideias freireanas e de sua valorização no campo educacional brasileiro, as pessoas saberiam que as contribuições de Paulo Freire ainda não alcançaram a nossa educação. Pelo contrário: assistimos a um processo de fortalecimento da mercoescola de privatização, da mercantilização da educação, de transformação da educação em mercadoria, e não em direito, da ausência da educação cidadão, emancipadora, que desfralde bandeiras e faixas pela inclusão da educação que humaniza, que não coloniza mentes e corações (GADOTTI apud FREIRE, 2016, p. 25).

Eu vou por aí, por esse caminho, descolonizar mentes e corações dos meninos e meninas em cumprimento de medidas socioeducativas.

O orientador pediu para eu ler a tese da Maria Aparecida dos Santos Crisostomo, *Mulheres negras no cotidiano universitário: flores, cores e sentidos plurais*.

Antes de ler, vou ouvir uma música cantada por Yzalú, a feminista negra da periferia. O compositor é Eduardo, da Faccão Central, do movimento do Rap.

Já que o tema é as mulheres negras...

Mulheres Negras¹³
Eduardo - Faccão Central (2010)

Enquanto o couro do chicote cortava a carne,
 A dor metabolizada fortificava o caráter
 A colônia produziu muito mais que cativos,
 Fez heroínas que pra não gerar escravos, matavam os filhos
 Não fomos vencidas pela anulação social
 Sobrevivemos à ausência na novela, no comercial
 O sistema pode até me transformar em empregada,
 Mas não pode me fazer raciocinar como criada
 Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo,
 As negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo
 Lutam pra reverter o processo de aniquilação

¹³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ME7BysSYd3g>>. Acesso em 10 jun. 2016.

Que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão
 Não existe lei Maria da Penha que nos proteja
 Da violência de nos submeter aos cargos de limpeza
 De ler nos banheiros das faculdades hitleristas,
 Fora macacos cotistas
 Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão,
 Mas na lei dos justos sou a personificação da determinação
 Navios negreiros e apelidos dados pelo escravizador
 Falharam na missão de me dar complexo de inferior
 Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu
 Meu lugar não é nos calvários do Brasil
 Se um dia eu tiver que me alistar no tráfico do morro,
 É porque a Lei Áurea não passa de um texto morto
 Não precisa se esconder, segurança
 Sei que cê tá me seguindo, pela minha feição, minha trança
 Sei que no seu curso de protetor de dono praia,
 Ensinarão que as negras saem do mercado com produtos em baixo da saia
 Não quero um pote de manteiga ou um xampu,
 Quero frear o maquinário que me dá rodo e URU
 Fazer o meu povo entender que é inadmissível,
 Se contentar com as bolsas estudantis do péssimo ensino
 Cansei de ver a minha gente nas estatísticas,
 Das mães solteiras, detentas, diaristas.
 O aço das novas correntes não aprisiona minha mente,
 Não me compra e não me faz mostrar os dentes
 Mulher negra não se acostume com termo depreciativo
 Não é melhor ter cabelo liso, nariz fino
 Nossos traços faciais são como letras de um documento
 Que mantém vivo o maior crime de todos os tempos
 Fique de pé pelos que no mar foram jogados,
 Pelos corpos que nos pelourinhos foram descarnados
 Não deixe que te façam pensar que o nosso papel na pátria,
 É atrair gringo turista interpretando mulata
 Podem pagar menos pelos mesmos serviços
 Atacar nossas religiões, acusar de feitiços
 Menosprezar a nossa contribuição na cultura brasileira,
 Mas não podem arrancar o orgulho de nossa pele negra
 Mulheres negras são como mantas Kevlar,
 Preparadas pela vida para suportar
 O racismo, os tiros, o eurocentrismo,
 Abalam mais não deixam nossos neurônios cativos.

Pois bem, a música se conecta com a tese da Maria Aparecida e o artigo do orientador, que fala de mulheres negras. Vou mandar um e-mail para a Fer. Estou viajando, acho que fui junto do Amílcar Cabral, conforme o Paulo Freire referenciou. Início o computador e, enquanto abro a caixa de e-mail, tenho *insight*.

Vou hoje apresentar a música para os alunos e alunas, bem como o poema da Victoria Santa Cruz, Negra.

Fer, você tem alunos negros/negras na aula?
 Você já discutiu sobre a questão da democracia racial?
 Olha estou lendo a tese da Maria Aparecida, você pode acessar, pelo site da Uniso.

Fer, prontamente responde:

Cris, interessante sua pergunta, e gostei da indicação, vou baixar para ler.

Eu tenho duas alunas negras na turma, ficam sempre silenciadas, não participam da aula, e o que mais me instigou é a pouca contratação de professores/professoras negros (as).

Um abraço afetuoso.

Atarefada e indecisa não sei se faço o almoço para a família, ou se continuo a pesquisa. Então resolvo: vou cozinhar o feijão, e ouvir a música Mulheres Negras, umas duzentas vezes!

No dia seguinte.

Preciso preparar a aula. Hoje vou falar um pouco dos Ismos que li na tese da Maria Aparecida, e também vou pedir para ouvir o poema da Victória Santa Cruz, quero ver o que pode fluir.

[para os alunos]

Boa Noite!

Hoje a aula será sobre a construção do racismo.

Vou colocar o poema da Victoria Santa Cruz, para que todos ouçam com muita atenção.

A turma ficou silenciada, vozes internalizadas, olhares vacilantes e questionadores, que sensação! Ao término da aula, duas alunas se dirigiram a mim para falar sobre o quanto aquele poema era realidade na vida delas, quantos preconceitos sofreram na vida.

- Professora, só alisei o meu cabelo porque tantas vezes que fui chamada de cabelo bombril e cabelo duro, me arrependo imensamente, ouvindo o poema.

Outra aluna diz:

- Professora, obrigada, eu nunca tinha ouvido nada sobre o racismo na faculdade. Depois desta aula, minha esperança ressurgiu no enfrentamento dos preconceitos e estigmas em relação ao negro e fortalece minha cultura.

Já uma aluna branca expôs que ao longo da sua vida, foi humilhada e estigmatizada porque a mãe tinha um Centro de Umbanda

- Professora, obrigada pela discussão, me sinto fortalecida para enfrentar o preconceito religioso que sofri ao longo da minha vida e sobretudo na sala de aula.

Preciso relatar para meu orientador!

Um encontro de orientação:

- Boa tarde, Professor! Estou num grau de ansiedade - dá para perceber né? (hahahahah)

O orientador sempre prestativo responde:

- Cris, coloque suas bolsas no chão, respire e vamos começar a conversar. Você está indo muito bem, mas precisa ter calma, ler com atenção, você está acelerando demais e perdendo a alma da dissertação.

Eu vou deglutindo a orientação, tentando escorregar pela carteira e desaparecer pelo chão (hahahahah).

- Professor, deixa eu contar uma coisa para o senhor. Após a leitura da tese da Maria Aparecida e o seu artigo as Mulheres Negras podem falar?, resolvi levar o assunto do racismo à aula de ontem, Foi impactante, o silêncio da turma foi estarrecedor, ninguém quis fazer comentários durante as aulas, só depois do término, duas alunas negras, e uma aluna branca me procuraram para expor seus relatos e experiências de vida. Agradeceram muito, porque foi a primeira vez que ouviram sobre isso na universidade.

O professor me dá um olhar que transmitiu segurança, fiquei aliviada com aquele olhar azul. Aí pude voltar do chão, posição que tanto busquei.

- Cris, procura o livro de Spivak, Pode o subalterno falar?

Logo ele vai anotando nos rascunhos o nome da obra, e me entrega aquele pedaço de papel.

- Bom, professor! Preciso ir!

Despedimo-nos e vim embora para casa pensando no tema do livro, resolvi comprar.

O questionamento de Spivak é apaixonante.

Pode um subalterno falar? O que elite a deve fazer para estar atenta à construção contínua do subalterno? A questão da mulher parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras. Se no entanto, essa formulação é deslocada do contexto do Primeiro Mundo para o contexto pós-colonial (que não é idêntico ao Terceiro Mundo), a condição de ser negra ou de cor perde o significado persuasivo. A estratificação necessária da constituição do sujeito colonial na primeira fase do imperialismo capitalista torna a categoria cor inútil como um significante emancipatório. Confrontada pela feroz benevolência padronizadora de grande parte do radicalismo humano - científico dos Estados Unidos e do oeste europeu (reconhecimento por assimilação) pela retirada progressiva, ainda que heterogênea, do consumismo da periferia compradora e pela exclusão das margens até mesmo a articulação centro-periferia (o subalterno verdadeiro) e diferencia a analogia da consciência de classe, mais do que a consciência de raça, parece ser

histórica disciplinar e praticamente proibida tanto pela direita quanto pela esquerda (SPIVAK, 2010, p. 111).

Fantástico o convite de Spivak. Alimentou minha alma de mulher negra e docente, precisamos tomar cuidado com os discursos científicos que tendem a escamotear as condições das mulheres sob opressão e exclusão, e a manter as vozes silenciadas. Preciso trazer mais a discussão para a turma de alunos e alunas para que possamos juntos recriar e reinventar, para um debate sobre o assunto.

Vich! Não posso vacilar nesse sentido, preciso trabalhar contra a subalternidade. Preciso refletir sobre a minha vida, vida de mulher e negra.

Refere-se ao fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz do outrem que se coloca em posição de reivindicar algo nome de um (a) outro(a). Esse argumento destaca, acima de tudo, a ilusão e a cumplicidade do intelectual que crê que pode falar por esse outro(a), a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o fala possa ser ouvido(a) [...] Não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar contra a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e como consequência possa também ser ouvido (SPIVAK, 2010, p. 17).

3.4 Um mergulho no cotidiano e possibilidades dos praticantes pensantes

A pesquisa nos/dos cotidianos nas escolas, realizada por Oliveira e Alves (2001), sobre as trocas de conhecimentos através das histórias vividas e experimentadas, possibilitou puxar alguns fios da rede de saberes nas trajetórias comuns ou divergentes dos praticantes de currículo.

O mergulho necessário nas redes de trajetórias pessoais dos componentes das equipes pedagógicas envolvidas tornou as nossas redes – da equipe de pesquisa – parte dessas e essas partes as nossas. Este envolvimento dialógico nos leva a falar em mergulho e não observação porque sabemos que a vida cotidiana desses e dessas praticantes não se reduz àquilo que é observável e organizável formalmente. Os múltiplos sentimentos, valores e processos vividos por cada um(a) na tessitura das redes de saberes que dá sentido às suas ações precisam ser compartilhadas coletivamente e, para fazê-lo precisamos estar imersos nos sentidos e sentimentos dessas tantas histórias ouvidas e partilhadas (ALVES; OLIVEIRA, 2001, p.8).

A partir dessa imersão no cotidiano, Alves (2001, p. 14) nos convida a decifrar o pergaminho ao “traçar novos caminhos a partir do que denomina prática/teoria/prática”. Salienta, ainda, que “em relação ao método está cheia de dúvidas e sobre ele tem muito aprender”, “é preciso fazer para saber”. Assim discorre sobre os quatro aspectos necessários para compreender a complexidade do cotidiano, através do mergulho com todos os sentidos: sentimento de o mundo virar de ponta cabeça, beber em todas as fontes e narrar a vida e literaturizar a ciência.

Buscar entender, de maneira diferente do aprendido, as atividades do cotidiano escolar ou do cotidiano comum exige que esteja disposta a ver além daquilo o que outros já viram e muito mais: que seja capaz de mergulhar inteiramente em uma determinada realidade buscando referências de sons, sendo capaz de engolir sentindo a variedade de gostos, caminhar tocando coisas e pessoas e me deixando tocar por elas, cheirando os odores que a realidade coloca a cada ponto do caminho diário. Essas questões podem ser sintetizadas em uma narrativa da pesquisa (ALVES, 2001, p.17).

Mergulhar no cotidiano escolarizado é ir ao encontro dos sabores / dissabores, alegrias / tristezas, esperanças / desesperanças, indignar / resignar, vigiar / punir. Neste viés vou alinhavando através dos retalhos uma colcha multicolorida que nos acalantarão diante das tempestades da mesmice, do determinismo, do militarismo, fatalismo / messianismo, ou dos sonhos possíveis, frente à barbárie humana.

Os retalhos que ajunto para a confecção desta colcha mostram-se multiformes, multicores, encontro tecidos nobres e chitas baratas; são o resto, o velho que a sociedade e a indústria mercadológica determinam como sobra não reaproveitável. E é nesta colcha que trago minhas memórias e inquietações do ambiente escolarizado e não escolarizado, dos meninos e meninas adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, em especial aqueles sob a condição de liberdade assistida. Não é uma tarefa simples.

Conforme assevera Alves (2001, p. 20):

Para apreender a “realidade” da vida cotidiana em qualquer dos espaços/tempos em que ela se dá, é preciso estar atenta a tudo o que nela passa, se acredita, se repete, se cria e se inova, ou não. Mas é preciso também reconhecer que isso não é fácil, pois o ensinado/aprendido me leva, quase sempre, a esquemas bastante estruturados de observação e classificação e é com grande dificuldade que consigo sair da comodidade do que isto significa inclusive a aceitação dos meus pares para me colocar à disposição para o grande mergulho na realidade.

A partir desse mergulho, e com todos os sentidos, é que encontro táticas para desvelar metodologicamente as narrativas que reinventam outras possibilidades de se fazer ciência.

Nesse sentido, podemos afirmar que a tessitura das redes de práticas sociais reais se dá através do uso de táticas dos praticantes que inserem na estrutura social criatividade e pluralidade, modificadores das regras e das relações entre o poder da dominação e a vida dos que a ele estão supostamente submetidos (OLIVEIRA, 2001, p. 44)

Alves (2003) incorporou outro sentido aos cotidianos a partir de um novo elemento que ela determina como o quinto sentido: “ecce femina”, e se questionando sobre os fatos de não ter percebido o quinto sentido anteriormente, ela o configura como o acontecimento.

Talvez por não ser tão sábia quanto os autores citados ou talvez por ser mulher em uma sociedade na qual quem tem ideias é homem, ou ainda, porque deixo as marcas de meus passos em terrenos pouco conhecidos, vagando por espaços e tempos ainda não ou impossivelmente revelados, não consegui formular aquilo que no texto estava virtualmente escrito: o que de fato interessa nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos são as pessoas, os praticantes (p.6).

A leitura de mundo dos “marginalizados” adentra o ambiente escolar, em qualquer nível do ensino médio e até as universidades. O que trazem em suas bagagens são sonhos, esperanças, decepções, amores, antidiásciplinas. Por esses encontros e desencontros entre os docentes e praticantes,

Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico social de estar sendo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se. Não há mudança sem sonho com não há sonho sem esperança... O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, é sempre devir passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômico e política, social, ideológica etc., que nos estão condenando a desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e refaz (FREIRE, 2014a, p.11).

Na contramão do neoliberalismo que exalta o poder do capital (mercado) em detrimento da humanidade, o individualismo em detrimento do pensamento coletivo. Nesse ambiente complexo e alçoz, trago para o espaço acadêmico um dos retalhos da sociedade “os (as) adolescentes infratores”, como possibilidade de sonhar juntos através de uma “pedagogia dos sonhos possíveis” (FREIRE, 2014a, p.29):

Do alvoroço da alma faz parte também a dor da ruptura do sonho da utopia, como ele sempre em algum tempo de sua vida sentiu, e hoje sentimos profundamente quase todos nós brasileiros e brasileiras. Mas que, contraditoriamente, “dos sonhos rasgados, mas não desfeitos” podemos fazer renascer em nós a esperança de uma nova sociedade. Assim, nós que temos compromisso com o mundo melhor, que sentimos hoje mais do que nunca a esperança que nossos sonhos estão sendo rasgados que mais uma vez, procuremos em e com Paulo refazer socialmente os sonhos possíveis de transformação pois sabemos que só aparentemente eles foram desfeitos, pois sonhar é destino dado. Isto é estamos irremediável e felizmente condenados todos e todas que se existenciam que se fizeram por milênios de séculos seres humanos, homens e mulheres a sonhar. A sonhar sonhos humanizadores. A sonhar os sonhos ético-políticos. O sonho possível pedagogizado precisa ser socializado: Pedagogia dos sonhos possíveis. (FREIRE, 2014a, p.29)

Por esses retalhos e que vou encontrando caminhos para tecer junto com uma rede de conhecimento que, através das táticas e antidiásciplinas ou sob a vigilância panóptica, encontra “maneiras de fazer” que vão desfazendo os “nós” e alargando os caminhos para os encontros dos praticantes pensantes do cotidiano, refazendo os nós para assegurar as potências articuladas, sem deixar institucionalizar. O presente urge em

relação aos meninos e meninas que adentram as salas de aulas pelos pontos cardeais do Brasil, sobretudo os que cometeram o ato infracional.

Nesse sentido, pensar em direitos humanos requer o tempo curto conforme Santos e Chauí (2013, p. 123):

O que é verdadeiramente novo nesta luta é que a mudança civilizatória que normalmente invoca temporalidades de longa duração, tem de ser assumida com um sentido de urgência que aponta para tempos curtos, para tempos de, por exemplo, impedir uma população de cometer suicídio coletivo, de proteger um líder ambiental indígena ou quilombola das ameaças contra a sua vida, de prevenir eficazmente e punir exemplarmente a violência ilegal contra as populações indefesas, ou de pôr fim ao envenenamento por agrotóxicos tanto de produtores como consumidores. O futuro nunca esteve tão colado ao presente. Nada pode ser reclamado em nome do futuro que não tenha um nome e um sentido para os que vivem hoje e podem não estar vivos amanhã. A desumanidade e a indignidade humana não perdem tempo a escolher entre as lutas para destruir a aspiração humana de humanidade e de dignidade. O mesmo deve acontecer com todos os que lutam para que tal não aconteça.

A possibilidade dos que estão no engajamento dessas lutas, encontro a perspectiva ecologista, que não se aprisiona, “canta a liberdade”, diante das mazelas das questões sociais, ambientais e econômicas, através das possibilidades de enfrentamento da barbárie humana, pelas ações micropolíticas de resistência.

Em pedagogia da indignação, Freire (2014c) faz um convite à prática docente construída pelas redes dos saberes nos espaçotempos:

Uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora (...) é trabalhar contra a força da ideologia fatalista dominante, e que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores. É defender uma prática docente em que o ensino rigoroso dos conteúdos jamais se faça de forma fria mecânica e mentirosamente neutra. Adverte-nos de como urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como o respeito à vida dos seres humanos, a vida dos outros animais, a vida dos pássaros, a vida dos rios e das florestas (FREIRE, 2014c, p.24 -25).

3.5 Carta 2

Sorocaba, 15 de setembro de 2016

Prezada Maria Aparecida,

É com grande satisfação que escrevo esta carta para narrar minhas experiências no I. Simpósio de Narrativas, Gênero e Política, em Belo Horizonte. Foi um momento ímpar para minha vida pessoal e profissional. Estar distante de casa, em espaço acadêmico, regado por flores e cravos que exalavam perfume de solidariedade, resistência política e pedagógica. Pude acalantar minhas angústias através dos coloridos exibidos em traços, roupas de um Brasil diverso.

Configurou-se para mim, um movimento intelectualizado profissional e pessoal. Vi lágrimas, vivi as lágrimas, sorrisos, silêncios, alguns questionamentos e burburinhos. Viajei e

encontrei as mulheres que lutam cotidianamente na academia e nos movimentos sociais. (mulheres agricultoras do nordeste, mulheres negras, mulheres do sul), cada narrativa eu experimentava no meu íntimo o deslocamento territorial, fui à África, ao sertão Brasileiro, estava no movimento da saúde das mulheres soropositivas, fui ao lixão de Nicarágua, conversei com aquelas mulheres, estive no movimento político dos professores do Paraná, voltei para São Paulo, para estar junto da população que ocupa os espaços geográficos de segregação social, econômica e ambiental, questionando junto com outras vozes, sobre o mananciais, por uma educação ecologista.

Lembrei-me da luta das mulheres indígenas, que conheci na cidade de Tabatinga-AM. Você sabia que conheci uma mulher cacique, da etnia Korubo? Entrei nas celas dos presídios brasileiros, pensando nas mulheres encarceradas, que amamentam seus filhos, e as que estão distantes de seus familiares. Sentei-me no Tribunal Superior de Justiça, lutando pela liberdade do corpo feminino. Tornei-me aluna.

Não cansava dessa viagem de deslocamento, através das narrativas. Até pensei em começar a filmografar por baixo orçamento, como uma proposta política e pedagógica, sobre os adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas. Criatividade epistemológica não faltou. Senti uma dor no corpo e na alma, quando uma pesquisadora narrou sobre o abuso sexual, para o pretexto de se tornar mulher. Também ouvi Manoel de Barros, que veio poetizar com a leveza dos seus poemas. Encontrei bell hooks, nas narrativas orais das pesquisadoras, lembrei-me tanto de você. Parecia que sua tese estava falando comigo em Belo Horizonte, através de movimento pedagógico e político de desconstrução do conceito de raça, as flores estavam lá.

Tenho a convicção de que este movimento político e ético, extravasou muros, quebrou algemas e correntes, estávamos numa rede ampla de conhecimentos: assistente social, pedagogo, historiadores, movimentos sociais, linguísticas, psicologia social, ecologistas, geógrafos, estudantes. Ouvindo, sendo ouvido, analisando e, sobretudo, com doçura, distribuindo toneladas de solidariedade coletiva. Uma dimensão política de ruptura com o silenciamento.

Levei comigo alguns retalhos das histórias coletivas dos meninos e meninas que cumprem medidas socioeducativas. Os meus retalhos foram sendo costurados. Vi uma força motriz de indignação e resistência de quem luta cotidianamente para sobreviver, principalmente os jovens negros. Eles estavam comigo, alunos universitários que sonham através do conhecimento outras possibilidades de entender o mundo desigual em todos os aspectos.

Você e eu fazemos parte desta Colcha, que acalentamos através da resistência cotidiana política e pedagógica e ética. Com mulheres negras, brancas, indígenas, agricultoras, encarceradas, catadoras de matérias recicláveis, lésbicas, jovens mulheres e homens que ocupam bolsões de pobreza, em cumprimento de medidas socioeducativas, que têm ousado

resistir e vêm incorporando os espaços acadêmicos, como alunos bolsistas ou não.

Foi maravilhoso, aprendi muito, minha bagagem voltou mais cheia de esperança em acreditar nos sonhos possíveis.

Para finalizar, quero lhe agradecer pela sua tese, que me inspirou a continuar a minha luta em relação aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, contra a violência sofrida pela população jovem negra e em geral.

Um abraço negro fraterno e de resistência.

Cristiane dos Santos de Souza Vitória

3.6 Retalho vermelho

Um encontro de amigas de infância, numa tarde quente do interior de São Paulo na cidade de Lins. Cris e Mari

Boa tarde, Mari! Que bom encontrar você. Há quanto tempo não nos vemos.

- Cris, como vai? Por onde você anda?

- Estou bem. Nossa o tempo passou mesmo, faz dez anos que não volto para minha cidade natal, tão calma, tão interior.

Mari gentilmente me convida para um café e prontamente aceito e daí começamos a colocar as conversas em dia, a recordar das amigas. Mari, havia feito um bolo de chocolate,

- Você lembra daquela receita “nega maluca”, que aprendemos no curso de Culinária? Ainda não esqueci. Nossa Cris, como você está bem, ficou rica,

Caí na gargalhada (hahahah)

- Eu continuo aqui – conta Mari - não estudei. Faço algumas faxinas quando aparece, e agora estou fazendo cursinho de manicure e pedicure. Cobro um pouco mais barato, porque assim vou conseguindo freguesas.

- Que bom, Mari, eu também fui manicure lembra? E as meninas a Lê, a Neia e a Rô?

- Algumas estão bem. Então, a Neia foi trabalhar fora, acabou sendo agenciada por ser uma mulata do samba, e foi para outros países se apresentar em shows, mas parece que não deu certo e voltou. E a Rô. Ela estava muito bem, mas o marido se envolveu com drogas, e abandonou tudo, o serviço e a família, agora dizem que ele fica pelas ruas. Triste né. E a Lê. Essa sofre muito, bem que poderíamos fazer uma visita para ela.

- Eu topo, vamos marcar enquanto estou aqui.

- Então, Cris, os filhos da Lê estão envolvidos com a justiça, um já saiu, estava preso na Fundação Casa, e agora o caçula dela também está em cumprimento de Liberdade Assistida. Nossa cidade não está mais tranquila, a violência tem tomado conta da cidade, os meninos estão roubando adoidado. Nossa escola agora é a escola dos meninos e meninas que têm ligação com a polícia. A escola ficou perigosa.

Elogio o bolo, e falo sobre o quanto estou feliz pelo reencontro com minha amiga e por ter podido reviver momentos da infância, que não voltarão jamais.

- Amiga querida, estou feliz por reencontrar você. E termos tomado um cafezinho juntas. Vou retornar no final do mês para minha casa. Então, vamos na casa da Lê, amanhã à tarde, de surpresa, ela vai ficar muito feliz.

No dia seguinte, conforme combinamos chegamos a casa da Lê, ela toda simples, com lenço no cabelo e um sorriso estampado de alegria em nos receber. Ela morava ainda no mesmo lugar, sua casa de madeira pintada de cor verde, com quatro cômodos.

É você mesmo? Menina há quanto tempo que não te vejo, por onde você anda?

Abraços apertados e carinhosos foram suprimindo a nossa saudade e logo iniciamos as conversas

- E suas filhas?

- Estão bem. Passamos por momentos muito tristes, mas agora é alegria.

- Ah, Cris, como posso falar com você de tristeza, amiga, você não sabe a dor que sinto no coração. Meus meninos estão me dando um trabalhão. Os dois estiveram na Fundação Casa, por causa de roubos e drogas. Um já saiu, agora tô com o caçula em liberdade assistida.

Seus olhos lacrimejam e os meus também. Não quis interrompê-la, deixei que falasse

- Cris, nem sei o que você está fazendo aqui. Todos os amigos se afastaram da minha casa, aqui se tornou uma biqueira, você não sabe minha luta! Estou recolhendo material reciclável para o sustento da minha casa, e lógico que não posso dar para eles o que eles querem. As pessoas já vão me culpando com os gestos e olhares, eu já nem saio de casa. Às vezes tenho que ir à escola, porque sou chamada pela diretora, no horário melhor da coleta do material reciclável e passa outro folgado e recolhe o material, e eu continuo lá sentadinha à espera e pensando no meu reciclável, porque o que ela vai falar é sempre a mesma ladainha. (hahahaha).

Caímos na risada novamente

- Lê, você falando que sua casa se tornou uma biqueira, será que vamos ser presas? Ahahaha. Menina, eu estava lendo outro dia um livro de um autor chamado Rudá de Andrade, em que ele conta sua experiência no cárcere. Ele relatou que os presos de diferentes nações mantinham a solidariedade entre eles, e principalmente os amigos que apoiaram na sua emblemática prisão – ele havia sido preso por um equívoco. Nossa imagina se nós fôssemos presas agora, por um equívoco policial! hahahah! A realidade é triste, por isso estou aqui. Venho com o afeto singelo e um afago de amiga.

- Cris, vou passar um café para nós.

Enquanto a água ferve a conversa continua.

- Então menina, a nossa escola agora é referência dos meninos e meninas em cumprimento de medida socioeducativa, você sabia?

- Eu soube, pela Mari

- Cris, não é fácil não ser mãe de meninos assim. Eu não sei onde errei, sempre fui

honesto, nunca roubei nada de ninguém, eu não sei porque essas pragas são assim, mas são meus filhos e meu tesouros!

- Eu sei amiga. Entendo.

- Na escola não é fácil, J. me diz que não entende nada o que a professora fala, e quer que eu ajude, você sabe que parei de estudar na sétima série, Ele me diz que quer ser engenheiro, coitado, tem tanta dificuldade em matemática, igual eu, você lembra (hahaha). Às vezes queria muito que ele estudasse mesmo, mas acho que a nossa vida está tão difícil que é melhor ele trabalhar para ajudar no sustento de casa.

Eu a interrompo.

- Ah, Lê, eu sei disso, mas não jogue um balde de água fria no sonho dele. Ele precisa se esforçar porque é possível, hoje está diferente, há tantas bolsas de estudos acessíveis

Lê fica pensativa e confirma que estou certa.

- É Cris, você tem razão. Veja você, quantas desistências e continua buscando seus sonhos.

Com o horário já avançado, preciso ir embora

- O café está ótimo, nossa conversa também, outro dia eu volto aqui. Sem medo de ser presa, heim! Lê, diga para ele ficar firme, mesmo com toda a dificuldade, vou trazer alguns livros para ele. Amiga querida, foi muito bom reencontrá-la. Acho interessante você falar com a Diretora sobre sua situação, quem sabe ela possa ajudar você.

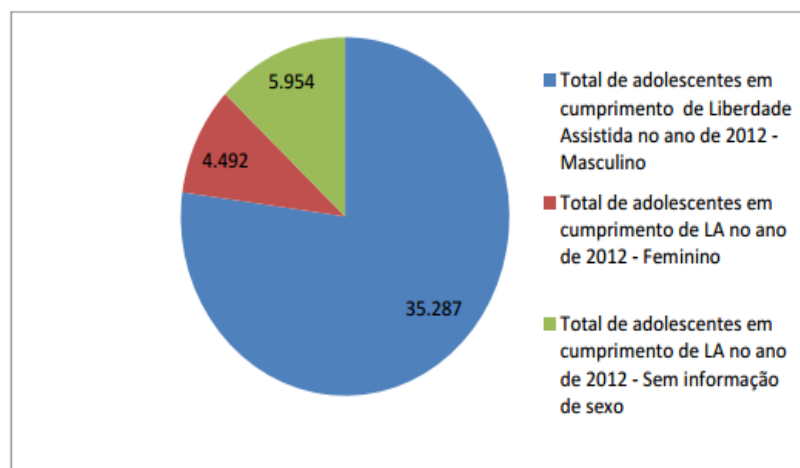
- Ah, Cris, ela tem um nariz muito empinado, é muito autoritária, eu já vi ela tratando outros pais diferente. Sabe né, acho que o dinheiro fala mais alto! Se não tivesse uma ordem estabelecida e eu pudesse escolher a escola para o meu filho, certamente o levaria para outra escola onde tem um diretor e uma professora que expressam a arte a amorosidade com os alunos e alunas e até utilizam o grafite como a arte. Mas não posso escolher, porque é o único local onde encontrei a vaga e tenho agora que incentivá-lo, porque talvez seja a saída né, Cris.

Como provocação e indignação, nestes retalhos apresento dados estatísticos da implantação de um Sistema de Proteção aos Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. SINASE é uma plataforma para dar um suporte técnico à intervenção de medidas protetivas, a partir da reconfiguração da política de Assistência Social através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e as intersectorialidades, em destaque a Educação. Os dados referem-se apenas à medida de Liberdade Assistida – LA.

A arte de punir, no regime do poder disciplinar não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é o mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar com base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em

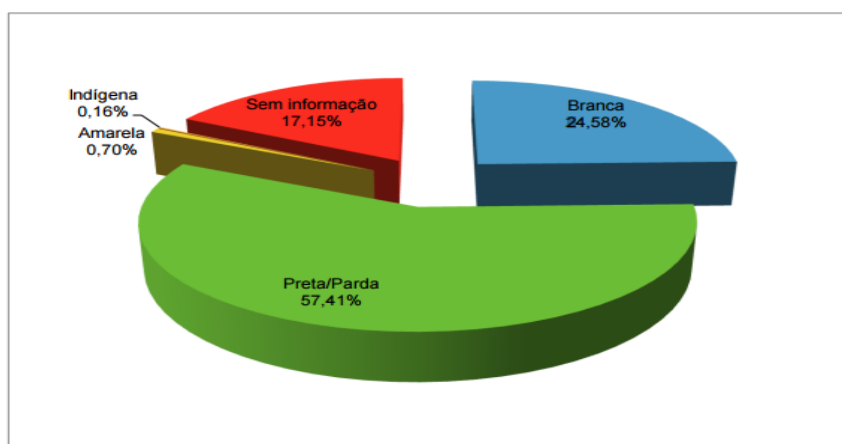
termos de valor as capacidades o nível a natureza dos indivíduos. Fazer funcionar, através dessa medida valorizadora, a coação de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a classe vergonhosa da Escola Militar). A penalidade perpetua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza. (FOUCAULT, 2014, p.179-180).

Gráfico 2: Quantidade de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) no ano de 2012, por sexo



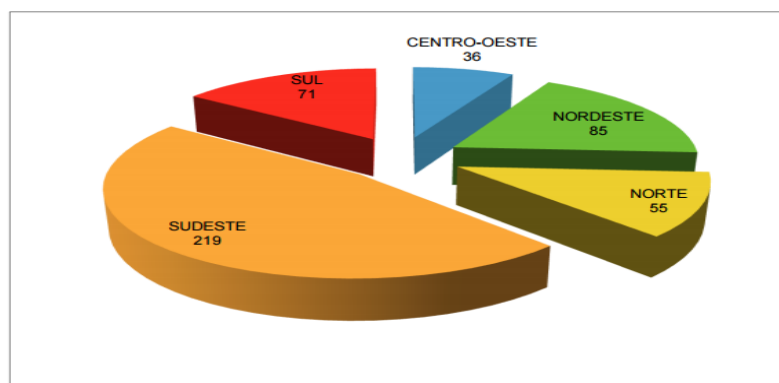
Fonte: Secretaria do desenvolvimento humano. 2014 Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase>. Acesso em: 22 maio 2016

Gráfico 3 – Porcentagem de Adolescentes e Jovens por Raça/cor em Restrição e Privação de Liberdade – Total Brasil (2013)



Fonte: Secretaria do desenvolvimento humano. 2014. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase> Acesso em: 22 maio 2016

Gráfico 4 - Quantidade de Unidades de Restrição e Privação de Liberdade por Região (2013)



Fonte: Secretaria do desenvolvimento humano. 2014. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase>. Acesso em: 22 maio 2016

A região Sudeste representa um elevado índice de unidades de privação de liberdade. Historicamente a ciência e a tecnologia têm contribuído de certa forma, para cercar a liberdade dos adolescentes. O discurso do cotidiano sobre a redução da maioria penal para os dezesseis anos extrapola os espaços políticos, englobando toda a sociedade no cotidiano, por isso vão surgindo algumas discussões sobre a escola.

Numa entrevista concedida a Marisa Vorraber Costa (2007, p. 90), Nilda Alves salienta a importância da escola:

Que a escola sempre foi um lugar de muita dedicação das professoras, todas as minhas pesquisas têm mostrado isso. Nesse sentido, acho que ela continua a mesma e, ao contrário do que dizem, que as pessoas não querem mais nada, constatamos notável dedicação à escola. A segunda questão que talvez pudesse ser pensada, que de fato, a escola nunca teve grades nem muros, pois quem está lá dentro são os sujeitos sociais. E eles carregam com eles tudo aquilo que têm e são. (...) a professora aparece nessas propostas, simplesmente, como devendo fazer isso e aquilo, jamais com sua própria realidade existindo, também, concretamente dentro da escola. É como se fosse um sujeito inexistente nessas propostas. A praticante que tem em sua mão a responsabilidade de levar em frente os processos pedagógicos e curriculares não existe como necessidade e possibilidade nas propostas oficiais (ALVES apud COSTA, 2007, p.90).

Alves e Andrade (2014), em *Sonhos de escolas: encontro com Kurosawa*, em relação às grandes crises econômicas mundiais, dizem que é no cotidiano que surge a possibilidade de docentes e discentes, numa cooperação mútua, contribuir para a beleza dos sonhos possíveis.

Compreender a necessidade de reter, inventariar, e compreender essas açõessonhos cotidianas de busca das possibilidades dentro da crise lembra bastante o movimento que fez no mundo todo, e que se conhece, hoje como “arte urbana” ou “arte das ruas”: é com o quebrado, o roto, o abandonado, que seus artistas fizeram/fazem a beleza neste movimento artístico, baseando

nisto as éticas e as estéticas necessárias para dar beleza ao mundo. É sobre a pobreza, as dificuldades, e mesmo sobre a humilhação constante que docentes e discentes vem buscando fazer as escolas nossas de cada dia, na beleza possível e mostrando algumas saídas para o futuro para quem quiserpuder ver, compreender, analisar e articular (ALVES; ARANTES; CAPUTO, 2014, p.107).

Na perspectiva política, assumo uma postura crítica, por uma educação ambiental conforme afirma Reigota (2011), em *A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna numa perspectiva de construção do conhecimento*.

A educação ambiental permite que o processo pedagógico se desenvolva sob diferentes aspectos que se complementam uns aos outros. Assim, há espaço para momentos em que ocorrem: transmissão de conhecimentos (pode ser do aluno ao professor); construção do conhecimento (inclusive entre professores de diferentes disciplinas) e desconstrução das representações sociais, principalmente a dos próprios professores fundamentados na interação entre ciência e cotidiano; conhecimento científico, popular e representações sociais; participação política e intervenção cidadã. Descarando completamente a relação predominante de que o professor ensina e o aluno aprende e estabelecendo o processo dialógico entre gerações diferentes (professores e alunos), com a discussão de possibilidades de ações conjuntas que garantam vida saudável para todos, sem se esquecer da herança ecológica que deixaremos às gerações futuras (2011, p.85).

Ainda nessa perspectiva da educação ambiental, salienta:

Com a educação ambiental, a escola, os conteúdos e o papel do professor e dos alunos são colocados em uma nova situação, não apenas relacionado com o conhecimento, mas sim com o uso que fazemos dele e a sua importância para nossa participação política cotidiana (p. 85).

Sendo assim, a educação ambiental ecoa na minha prática de docência através de uma escuta sensível que possibilita construir/desconstruir e recriar pela arte, pela música, pela religião, possibilidades de encontros de histórias que vão resignificar o cotidiano através das experiências vivenciadas por nós.

Sempre que posso procuro enfatizar que na educação contemporânea em geral, e na educação em geral, e na educação ambiental em particular é fundamental considerar que não se aprende de alguém, mas sim com alguém. É nesse processo pedagógico, a qualidade das relações sociais entre todas as pessoas envolvidas (professores e alunos, funcionários da escola, a família dos alunos) é critério básico para a realização de uma educação de qualidade (REIGOTA, 2011, p.85).

A educação ambiental está sendo construída em vários espaços geográficos, numa ação coletiva de pessoas de diferentes nacionalidades, culturas que ecoam através de alternativas e desafios pedagógicos radicais e ecológicos no cotidiano escolarizado e não escolarizado, dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Ainda em Reigota (2011, p.91):

Creio também que o melhor processo para chegar a elas por mais perenes que nossas respostas possam ser e por mais constantes que esses desafios se

tornem, é fazer com que no processo pedagógico a História e a estória de cada um (a nossa, a deles, a sua, a minha), passada, presente e a porvir, tenha sentido. A educação ambiental, na escola ou fora dela, continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas (REIGOTA, 2011, p.91).

Ainda nesta perspectiva teórico - metodológica, encontram “maneiras de fazer”, acessar a redes ou teias de conhecimentos que compartilham do diálogo de uma prática pedagógica de resistência como uma força motriz para articular e analisar as possibilidades de resistência através da educação ecologista.

Que esses temas precisam ser discutidos com profundidade, não apenas por algumas pessoas dispersas e sem contatos entre si, mas por grupos e instituições voltadas para o estudo das questões contemporâneas que possam desfazer o emaranhado tornando-os um pouco mais claro, tendo em vista repito uma atuação política planetária, com base em pelo menos representações sociais mais elaboradas (p.85-86).

Paulo Freire (2014), em *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos* também nos convida a pensar uma educação ecológica, para os desafios postos na contemporaneidade. Por sua indignação com o assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos, na terceira carta pedagógica afirma:

[...] o fato em si de mais esta trágica transgressão ética nos adverte de como urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, a vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornamos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste século. Ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador. Não é possível refazer este país, democratizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda (FREIRE, 2014c, p.77).

3.7 Carta 3

Sorocaba, 12 setembro de 2016

Prezada Marta,

É com grata satisfação que estou escrevendo esta carta, para relatar a experiência da viagem que fiz a Belo Horizonte. Como você sabe, fui selecionada para apresentar o Pôster no Simpósio de Narrativas, Gênero e Política na PUC de Belo Horizonte.

A viagem foi tranquila pela madrugada afora, já na saída de Sorocaba fomos engolidos por uma neblina assustadora que nos acompanhou pelas curvas da estrada. Vimos alguns caminhões tombados, durante a ida. Logo no meu íntimo, conversava com Deus, Oxalá, para que os (as) motoristas, pudessem retornar para seus lares, cheios de vida. Fui imaginando a vida de um trabalhador caminhoneiro, que muitas vezes não volta para casa, talvez pelo

cansaço, a obrigatoriedade das entregas, tornam-se vítimas e algoz. Seguiu ouvindo um repertório musical, escolhido pelo Eder e outras viam o celular do André. E nossas conversas fluíam pela madrugada.

Chegamos ao local do simpósio em Belo Horizonte, o evento já havia começado. Ao ouvir a voz do Reigota, a emoção tomou conta de mim. A cada inscrição realizada por um de nós já tomávamos posse da cadeira do auditório. Sabia que tinha o compromisso para ligar para o Reigota, assim que chegássemos. Então, sua preocupação foi enunciada em sua apresentação. Estava tenso pela nossa chegada ao evento. Foi um alívio para ele, e para nós muita alegria. Parecia que a conexão estava feita. De um orientador para com seus orientandos. Sabe aquele pai/mãe que aguarda os (as) filhos (as) chegarem para iniciar o ritual? Pois bem, essa sensação que tive. As falas foram fundamentais na mesa em que ele estava, mas confesso que o cansaço da viagem tomava conta do meu corpo.

Sentei-me ao lado do Eder e naquele silêncio tinha uma conversa paralela do Eder com uma pesquisadora, que estava falando do Reigota. Da sua apresentação e narrativa, e logo o Eder vai dizendo: somos orientandos dele. A emoção tomava conta de nós e delas também. Logo a mesa é desfeita, e aí pudemos nos encontrar de braços e abraços fraternos. Naquela tarde, eu iria expor o meu Pôster. Sem saber de muita coisa, foi recebendo orientações dos (as) camaradas da viagem e do Reigota, após o almoço maravilhoso, tipo mineirinho. Não tem como deixar de saborear aqueles temperos com sabores que ainda dão água na boca. Fui com o Eder buscar no carro o Pôster, e ele conseguiu estacionar mais próximo do evento. Cheguei um pouco atrasada, mas ainda não tinha sido avaliada a apresentação. Durante algumas visitas, pude constatar que da curiosidade da proposta pedagógica Ecologista, havia surtido um grande efeito. Os alunos e alunas estavam me questionando sobre o significado das narrativas ficcionais. Ao término da minha avaliação e exposição, fui assistir a algumas apresentações sobre a questão dos estereótipos e estigmas em relação à mídia e à mulher.

Eu acho que não mergulhei como Nilda Alves nos convida, acho que flutuei, fiquei fora de mim. Por alguns instantes. O lugar era acolhedor o debate era intelectualizado, os autores/autoras citadas, fazem parte da minha dissertação, estávamos falando a mesma linguagem ética e política de fazer ciência. E eu participando de um Simpósio enquanto mestranda e pela primeira vez, em Belo Horizonte. Dá para você imaginar?

A emoção tomava conta do meu corpo. Ao entardecer, fomos recepcionados pela equipe de acomodações. Ali nos dividíamos. Fiquei um pouco preocupada em causar desconforto para elas. Fui para o apartamento da Maristela, juntamente com a Carmem e Cintia. A hospitalidade e generosidade era latente regada com taças de vinho e conversas solidárias e de resistência da força feminina. Logo pela manhã o café foi servido, e aí se destacaram as roupas das meninas, principalmente a blusa Cintia, com bordados artesanais do México. Estávamos lindas e eu restituída para uma nova jornada. Então seguimos para o Simpósio, aí pude ouvir a experiência de uma pesquisadora que fez intercâmbio na África, as

narrativas continuavam no segundo dia do evento. Ouvi sobre bell hooks e Manoel de Barros, a questão dos marcadores sociais (classe, raça e gênero). Narrativas dramáticas de resistência através de pesquisas.

Bem, peço um pouco mais paciência, já estou finalizando. Em Belo Horizonte, durante o Simpósio, eu entrei num estado de contemplação, ouvir aquelas narrativas, foi alimento para a alma. Débora Diniz, Mary Jane Spink, Murilo, Reigota, Luciana, Rosineide e tantos (as) outros (as). Momentos fascinantes vividos através de discussões teóricas conectadas com a nossa perspectiva de educação. Lembrei muito da tese da Maria Aparecida Crisostomo. Experimentei sensações de arrepios, lágrimas, resistência política e pedagógica. Ouvi mulheres falando sobre: mulheres rurais, mulheres soropositivas, mulheres negras e mulheres lésbicas; participei do evento de lançamento de um livro, por uma escritora negra.

Nos sotaques observa-se a diversidade brasileira, todos se encontravam formando uma rede de intelectuais que tecem cotidianamente um embate político por acreditar em outras possibilidades para fazer ciência. Ouvi bem baixinho assim: O capitalismo agora quer sua alma! Ali não estávamos à venda. E sim em movimento de desconstrução de paradigmas que adentram o nosso cotidiano e as outras possibilidades de fazer ciência. Tenho certeza de que nossa alma não foi capitaneada. Ouvi muitas vozes inquietantes, nas quais me sentia abraçada. Até as possibilidades de filmografia de baixo orçamento-BO que traduz uma realidade de sobrevivência e resistência política.

No encerramento do encontro transbordei de emoção, quando o Professor Murilo, contextualizou, através de uma narrativa filmográfica, suas experiências de docente. Foi fantástico o desempenho dele. Através de momentos históricos – Corta – Fatos experimentados – Corta – e a renovação de suas esperanças através das práticas pedagógicas experimentadas pelos alunos. Ficamos estáticos e silenciados. Era o momento de despedida, com lágrimas, sorrisos, despedidas e sobretudo a gratidão,

Abriram-se outras portas, janelas, brechas de um fazer pedagógico e ético. Ainda teve um depoimento para finalizar o nosso encontro. Saímos juntos para um jantar de despedida. Escolhemos o mesmo restaurante em que almoçamos, nos divertimos muito, estávamos em família.

Dali o nosso destino era o *hostel*, chegamos por volta das dez horas, e eu fui dormir. Na manhã do sábado deslocamos para Inhotim. Eu nem sabia que existia, o lugar é fascinante e mágico, a arte e a natureza se completam, o silêncio era encantador, ouvia muitos pássaros, certamente todos nós, Carmem, Eder, André e eu pensamos em você. Tirei algumas fotos, no recanto dos pássaros. Algumas obras de arte não conseguimos visitar, outras eram de encantamentos e nos envolviam serenamente, me fazia refletir sobre a ecologia. Vi a interação da Carmem, Eder, Cintia e do André numa obra de ferro, eles começaram a emitir sons. Sem autorização, estavam fazendo artes.

Nas esculturas, eles estavam interagindo novamente com performance, caras e bocas.

Questionei-me sobre quantas possibilidades de reflexão aquele espaço proporcionou para mim. Voltei pensando se toda aquela população trabalhadora ao redor do parque tinha acesso livre. Na volta, havíamos combinado de assistir à apresentação de Milton Nascimento, que por informações desencontradas, pensávamos ser apenas uma homenagem a ele. Chegamos à lagoa da Pampulha, e logo na igreja avistei o casamento, nos aproximamos. Você nem imagina, a noiva entrou de braços dados com a mãe. Que cena linda e emocionante. Mulheres guerreiras mais uma vez!

Querida, agora já estou finalizando de verdade. Foi excepcional estar ao lado de pessoas de um nível de sensibilidade que contagia, agradeço imensamente as companhias que tive. Na viagem de volta, paramos em Tiradentes, almoçamos numa casa azul, com fotos de Frida por todo lado.

Antes disso, ouvi o André ler a narrativa que expôs no Simpósio, que mergulho e vitórias de um jovem garoto, corajoso e guerreiro, minha admiração. A viagem será inesquecível.

Abrços fraternos.

Cristiane

3.8 Retalhos amarelo, azul, branco e lilás

3.8.1 Retalho amarelo

E aí truta, com todo o respeito, como está seu irmão?

- Cara ele “tá no mofo”, além de ser o dono da “biqueira” ainda foi “fazer um adianto” ele só arruma BO. Ainda quis “pegar o beco do inferno”, aí truta, ele é muito gardenal, agora fica no “inferno” “Vida loka”

- Truta!!! tu fez a tarefa de matemática?

- Se tá loco oh!! Eu ia pedir para passar o pano.

- Ahhh!! Truta tu tem que rachar!!! (risos)

- Rachar o quê? Eu tenho umas piras às vezes, fico mocado na escola que parece mais um “X” parece tudo igual...(risos), as ordens e as disciplinas, tá ligado?

- Tem uns di menor, que fica no azul, a caminhada reta!!!!

- Tens “enxergados” que gosta de “xeretar a cueca embaixo do braço”. Uns “noias” lá, de “milhares,” acho que eles racha comigo a tarefa.

- E aí “pilantra”, temos que desarceto, ta ligado!!! Tu és um X9, se liga, eu vou mandar para o zinco, tu para de querer fazer um adianto aqui na “jega”.Seu “rato” se liga aí, tu vai para o inferno e mandar todos “Di menor” para o Inferno .

- Tu tem que assumir a bronca, ou vai “dar a letra” porque o negocio aqui e a Vida Loka.

- Rato!! Tu não traz mais a “quadrada” para escola, vai dar “B.O” Aqui o amor só de

mãe.

- Fica ligado! E faz a tarefa para nós!
- E deixa de ser enxergado! Aí vc é nosso “truta”
- Cuidado com o “Madereiro” de matemática, ele é um X9. Fica azul com ele!
- Tá ligado!!!
- Bora para aula!

3.8.2 Retalho Azul

Z. um menino negro, residente no interior de São Paulo, vive no sítio com toda sua família. Seu pai era trabalhador rural e sua mãe dona de casa. Z. ficava muito feliz em ajudar sua mãe com a retirada da água do poço para tomar o banho para seguir para a escola. A caminhada era longa, e mesmo assim não o desanimava. Debaixo do sol escaldante, ia colhendo as frutas pelo caminho, manga, goiaba e às vezes o tomate. Ao chegar à escola, sua aparência demonstrava o suor do corpo e a poeira da estrada. A escola era sua satisfação. Seu irmão mais velho resolveu ir embora para a cidade de Guarulhos para trabalhar em uma indústria, era também o sonho de Z.

Voltava para casa cheio de tarefas escolares em um pequeno bornal com seus cadernos e lápis. Na volta ia recolhendo os gravetos para acender o fogão à lenha de sua casa, era a tarefa dele. Então, aquele menino franzino tinha alguma lenha já em sua cabeça, e seguia para sua casa.

Ao chegar à casa, logo ia tomando a benção da mãe, e corria para moringa de água, para saciar sua sede. Sua mãe já nem pedia mais para ele carregar a água do poço, porque era sua tarefa corriqueira, a água e lenha. Ao término do banho, pegava o seu caderno e pedia ajuda da mãe, que mesmo com pouco estudo ficava ao seu lado com o lampião para fazer a tarefa. A energia elétrica era raridade. E assim continuava a rotina de Z.

Sua mãe engravida. Aquele rapazinho na quarta série é o homem da casa, pois seu pai chegava exausto da roça. A mãe teve todos os filhos com a parteira, mas agora ela iria ter esse no hospital. Bem, estava se aproximando o Dia das Mães, e o Z. tinha feito a lembrança escolar para entregar para ela.

Porém, infelizmente, ela morreu no parto. Como a família morava distante da cidade, não foi possível avisar. Seu pai saiu de casa, para buscá-la e foi surpreendido pela notícia do óbito.

Z. se recorda de que tinha naquele dia uma pombinha branca que ficou horas se no fogão à lenha. E ele nem teve interesse de espantá-la. Foi uma notícia que abalou a

cidade, a volta para casa era de um bebê e uma mãe morta.

Z. acabou indo morar junto com as tias, seu pai continuou trabalhando e logo em seguida adoeceu e ficou numa cadeira de rodas. E o Z. continuava a estudar, agora suas tias eram suas incentivadoras.

Mas Z., vindo da área rural vivia sendo insultado durante as aulas, e a professora não tomava nenhuma atitude. Até que um dia, se levanta da carteira cansado das ofensas, agride o aluno com um soco na boca. Pronto, Z. foi suspenso da escola e, ao chegar em casa, ainda apanhou da tia.

Daquele dia em diante, Z. decidiu que não aceitaria mais ofensas. Devido à sua suspensão perdeu provas. Mas o problema era mais grave, porque o menino que ele agrediu era filho de um vereador da cidade, que se referia à família do Z. como “a família daqueles pretos”, que só tem gente que não presta, começando pelas crianças. O comentário na cidade era que o vereador ia bater nele. Então, as tias assustadas acharam melhor sair da escola naquele ano.

Z. foi trabalhar na roça de algodão, acompanhando as tias. Era um excelente coletor, conseguia encher muitas sacas e assim garantia um bom rendimento para o sustento da família. Ao retornar à escola no ano seguinte, sua acolhida foi diferente, todos tinham medo dele, e ninguém mais zombou.

Na quinta série, foi para o período noturno e começou a jornada de trabalhador rural, o que desencadeou sua repetência na escola. Estudar estava ficando difícil, mas não desistiu. Ao completar dezoito anos, alistou-se para servir a Força Área Brasileira. Agora era um soldado e devia deixar sua família, para tentar a carreira militar.

Acostumado com a vida na roça, surpreendeu-se com a ordem e hierarquia. Seu sonho estava realizado, o concurso para carreira militar teve resultado positivo e ingressou nas forças armadas.

Quando retornava para casa agora, era o orgulho de sua família e de amigos da cidade, agora era a hora de arrumar uma namorada. Seu pai sentindo o sofrimento do filho sempre o aconselhava a se casar com uma mulher branca, pois precisava clarear a família - porque o negro sofre, e assim ia melhorando a raça e acabando com o sofrimento da família.

Hoje Z., tem filhas e uma neta e cursa biologia.

3.8.3 Retalho branco

Dois irmãos J e C. Seus pais, usuários de drogas e morando pelas ruas de São

Paulo, resolvem voltar para a cidade natal, para recomeçar a vida, com uma bagagem de esperanças. O retorno para a cidade natal se deu através de uma assistente social que promoveu o reencontro familiar.

Mas na casa dos familiares não foi nada fácil. Sem emprego, os pais começam a assaltar as casas dos vizinhos e vender as mercadorias para saciar novamente o vício. Talvez tivessem a esperança de deixar os filhos com os avós paternos e caírem pelo mundo novamente. No entanto, os avós já são idosos e os tios trabalhando não podiam ficar com duas crianças. Assim, as crianças vão para uma Casa Acolhimento na cidade. Entre todas as dificuldades, a mãe estava grávida. Então, os pais resolveram desaparecer novamente pelo mundo, deixando o bebê na casa dos avós. Acolhidos pela instituição, vinham passear nos finais de semana na casa dos avós. Eles eram muito sensíveis; por qualquer coisa choravam, mas J. era um grande protetor da sua irmã. Brincavam na rua, sem brigas ou violência, embora as crianças da rua tivessem receio deles, por viverem na Instituição.

As assistentes sociais os acompanhavam na jornada da escola, havia muita reclamação por parte dos professores, por falta de material, pela falta de aprendizado. Mas os dois irmãos sempre juntos e a reciprocidade dos afetos.

J, com todas as dificuldades na escola, tornou-se um menino rebelde, acabou se unindo a um grupo de meninos usuários de drogas. Então, pela primeira vez cometeu o ato infracional e foi pego.

Em cumprimento da Liberdade Assistida, adentra a sala de aula, todo robusto e com algumas defesas internalizadas. Caso fosse humilhado, suas armas estavam acionadas pela violência. Mas em sua rotina escolar, acaba sendo acolhido por um professor que tinha uma formação em educação ambiental, e, diferentemente do discurso preconcebido, foi ao longo das aulas desvelando algumas possibilidades da construção da cidadania.

Ali começou a ecoar outras perspectivas em J., ao aprender a ler o mundo. Embora, naquele ambiente nem todos os educadores tivessem essa perspicácia.

J. quer ser dentista!

3.8.4 Retalho lilás

J. uma adolescente que mora num bairro periférico da cidade, abandonou os estudos. O sonho dela era ter um celular da última geração e partir daí começa a saga.

- Boa noite galera!! Vai dizendo J. ao encontrar a turma na esquina.

- Beleza gata!! Respondem alguns garotos sentados na sarjeta.

- Putz!! Vocês têm um baseado por aí, hoje estou mal, cara!

Os meninos vão logo acendendo o “cigarro da paz” para ela.

- Cara, é o seguinte, tô afim de um celular, mas o nome da minha mãe está no SERASA, coitada, comprou tantos móveis para casa e perdeu o emprego, o dinheiro da faxina só dá comer mesmo. Eu fui procurar emprego, mas as empresas estão mandando tanta gente embora, que dificilmente vou ser chamada.

Um dos jovens então oferece a oportunidade para ela transportar os papelotes pela cidade, só transportar de uma biqueira para outra.

J. fica pensativa, e com muito medo.

- Mas e se os homens me pegar? É muito arriscado!

Acaba se convencendo que aquele era o caminho de ganhar o dinheiro para comprar o celular. J. transportou uma, duas, três e perdeu as contas. Ganhou muito dinheiro e acabou limpando o nome da mãe do SPC, agora ela tinha muita coisa.

Mas ainda não estava contente.

- Vou levar mais uma vez!

E aí a casa caiu para ela. Sofreu todas as sanções possíveis aplicadas pelo Estatuto da Criança e Adolescente e foi mandada para a Fundação Casa, em outra cidade. Dentre suas obrigações, está a escola.

J. logo pensa!

- Odeio estudar!! Que saco!

Assisti à primeira aula, quando a professora introduz a cultura da periferia, traz o rap e algumas vozes de mulheres negras, rimando.

J. se apaixona pela vida cotidiana e suas vivências. Ao término da aula já está pensando em fazer rimas.

- Professora, acho que o consumismo me trouxe aqui, que merda que eu fiz, agora nem celular e nem liberdade, veja se pode isso!!!

A professora, sentia um frio na barriga ao adentrar as salas de aulas, o silêncio era provocativo, e os cliques dos cadeados era uma dor na alma. Às vezes pensava em desistir daquela jornada, mas sabia que estava provocando algumas reflexões naquelas meninas já tão sofridas e violentadas. Sua prática docente a mantinha fora da zona do conforto, mas tinha dinamismo e coragem para inovar no ensino a partir do mergulho no/do cotidiano.

J. chama a professora Nilda, para conversar:

- Professora Nilda, eu tenho um sonho, quero ser professora, porque entendi o que tem por trás da realidade que oprime, em breve vou estar na rua, aguardo a liberdade cantar.

3.9 Por que seguir a trilha das narrativas ficcionais?

Cântico Negro¹⁴

José Régio, 2006

"Vem por aqui" - dizem-me alguns com os olhos doces
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: "vem por aqui!"
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali...

A minha glória é esta:
Criar desumanidade!
Não acompanhar ninguém.
- Que eu vivo com o mesmo sem-vontade
Com que rasguei o ventre à minha mãe

Não, não vou por aí! Só vou por onde
Me levam meus próprios passos...
Se ao que busco saber nenhum de vós responde
Por que me repetis: "vem por aqui!"?

Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
Redemoinhar aos ventos,
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
A ir por aí...

Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens,
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
O mais que faço não vale nada.

Como, pois sereis vós
Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem
Para eu derrubar os meus obstáculos?...
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
E vós amais o que é fácil!
Eu amo o Longe e a Miragem,
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...

Ide! Tendes estradas,
Tendes jardins, tendes canteiros,
Tendes pátria, tendes tectos,
E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios...
Eu tenho a minha Loucura !
Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,
E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...

Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém.
Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;
Mas eu, que nunca princípio nem acabo,
Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções!
Ninguém me peça definições!
Ninguém me diga: "vem por aqui!"

¹⁴ Disponível em: <http://www.releituras.com/jregio_cantico.asp>. Acesso em 12 ago. 2016.

A minha vida é um vendaval que se soltou.
 É uma onda que se alevantou.
 É um átomo a mais que se animou...
 Não sei por onde vou,
 Não sei para onde vou
 - Sei que não vou por aí!

Durante uma aula na graduação, fiz uma encenação com esse poema, durante a semana da Consciência Negra, o poema de José Régio, português. O Cântico Negro representa a ruptura de paradigmas ou talvez rebeldia.

O percurso teórico-metodológico pautado em “narrativas ficcionais” busca deslindar por caminhos de construção e desconstrução científica, através do mergulho dos sujeitos “eus” que se conectam/encontram/desencontram nos discursos do cotidiano.

Todos têm algo a dizer e precisam dizê-lo se considerarmos, fundamental a construção da identidade do sujeito histórico no processo de formação em educação ambiental que se inicia no reconhecimento de si em interação social com o outro, com tempos e olhares diferentes, em espaços que cabe ao processo pedagógico fornecer (REIGOTA; PRADO, 2008, p.13).

As “narrativas ficcionais” adentram o campo científico, através das subjetivações re-significando o cotidiano, através das experiências recriadas, desconstruídas e tecidas, por uma educação ambiental pedagógica e política.

Se as narrativas dos anônimos são exercícios de ficção, discursos, descrição imaginária ou realista de si e da sociedade, qualquer que seja a definição, ela não diminui os méritos e possibilidades pedagógicas, política e de produção de conhecimentos e sentidos sobre a sociedade em que os sujeitos vivem e atuam como profissionais e cidadãos (REIGOTA; PRADO, 2008, p.124).

A educação ambiental é construída sob a luz teórica freireana, através da dialogicidade sobre a “leitura do mundo” que vai revelando potências singularizadas através das experiências compartilhadas, sobrepostas e difusas que vão se reconstruindo, propostas educacionais através das singularidades e subjetividades.

A ideia central e básica é uma adequação à educação ambiental da proposta freireana de “leitura de mundo” [...] cada pessoa tem a sua leitura do mundo dando assim validade às leituras populares, simples, sem por isso desconsiderar as leituras mais elaboradas e sofisticadas. Nesse contexto “leituras do mundo”, todas válidas e também questionáveis o processo dialógico é aquele que poderá contribuir para que elas se ampliem (REIGOTA, 2002, p.122).

O caminho metodológico encontra-se desvelado por uma dimensão política. As narrativas ficcionais trazem para o espaço acadêmico a realidade experimentada através dos sentidos e, é nesta interação que vão se criando “táticas e estratégias” para dar visibilidade aos discursos de enfrentamento da barbárie humana globalizada.

Quando percebi que possuía a fundamental e cara liberdade para escrever, fui me despidendo dos (maus) hábitos científicos, mas não de suas contribuições. A possibilidade de escrever um texto dentro da perspectiva inicial (“um estudo etnográfico”) foi sendo substituída pela possibilidade, menos científica e mais criativa, mas não menos etnográfica que denominei “narrativas ficcionais”. (REIGOTA, 1999, p.73).

Vale salientar que a “narrativa ficcional” além da contribuição científica, política e social, registra-se ainda daqueles que vivenciam cotidianamente essas questões, e trazê-las para os espaços de discussão e análise pública enfatiza as relações comunitárias, interpessoais, o convívio familiar, os momentos de lazer e as inter-subjetividades.

Em outras palavras, o narrado o escrito ou visualizado é resultado de uma relação dialógica verbal anterior, na qual a confiança e cumplicidade entre os interlocutores/as são estabelecidas na convivência. Não se chega ao/a narrador/a e às narrativas significativas e com significados sem esse pré-requisito. [...]

Os/as narradores enfatizam o convívio social, familiar, os momentos de lazer, ou seja, apresentam-se como profissionais e como pessoas que são. Isso os aproxima de seus interlocutores e demais leitores/as que se identificam com histórias e (re)constroem narrativas com o imaginário das experiências vivenciadas por outros. (REIGOTA; PRADO, 2008, p.19; 20).

Para trazer à tona essas “narrativas ficcionais”, foi necessário o mergulho junto dos mentores intelectuais que disponibilizaram um “arsenal” teórico de resistência na construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

“A formação em educador ambiental se inicia por um reconhecimento de si em interação social com o outro, com tempos e olhares diferentes, em espaços que cabe o processo pedagógico fornecer” (REIGOTA; PRADO, 2008, p.13).

Pensar em resistência é dialogar através da “leitura do mundo”, dos encontros/ desencontros, subalternidade/exclusão, opressão/transgressão, emancipação: humana-política, traz no seu bojo questão ética e os desafios presentes na sociedade. (REIGOTA, 1999).

Sob a ótica das “narrativas ficcionais”, vai reinventando no espaço público, nos tornamos interlocutores. “Porém é necessário enfatizar que a história e a vivência são de quem as conta nas práticas educacionais e comunitárias. No qual aprendemos com o outro na diversidade” (REIGOTA; PRADO, 2008, p.13).

Ainda nesse movimento político e pedagógico, por outras regiões além da Uniso, desloco para Belo Horizonte num encontro sobre Narrativas, gênero e política, onde vamos compartilhando os mesmos ideais através da narrativa.

Vivemos e narramos o que vivemos! Narramos para não esquecer, para entender, para convencer e para mudar. Nas histórias que contamos ensaiamos possibilidades de compreender o que é isso que somos e fazemos e fazemos no mundo. Narramos para fazer e desfazer esse nó a que chamamos vida porque vivemos nas histórias que contamos. Vivemos e ouvimos

narrativas! Ouvimos para lembrar, para saber, para partilhar e para pertencer. Nas histórias que ouvimos encontramos outras brechas para sonhos de mundos possíveis. Ouvimos para multiplicar nossas possibilidades de existência porque também vivemos nas histórias que ouvimos (MOSCHETA, 2016).

3.10 Carta 4

“Dor não tem nada a ver com amargura. Acho que tudo que acontece é feito pra gente aprender cada vez mais, é pra ensinar a gente a viver. Desdobrável. Cada dia mais rica de humanidade” Adélia Prado

Prezado Marcos Reigota,

É com grande satisfação que lhe escrevo esta carta de agradecimento.

Sua trajetória acadêmica tem uma repercussão mundial sobre discussões que envolvem a questão da educação ambiental através de uma perspectiva ecologista.

Não é mole não, sair do Velho Oeste e enfrentar os desafios da vida de pesquisador, mas o que eu quero registrar é que nosso encontro foi fraternal demais e sua rigorosidade em transmitir conhecimentos permite que seus orientandos se comuniquem em uma rede criativa de solidariedade e astúcias.

Sinceramente, nem sei como fui acolhida para ser sua orientanda - o que muito me orgulha. Nosso encontro, enquanto encontro de ideias e ideais, que se deu entre espaços limítrofes, entre os rigores da academia e a realidade daqueles que vêm das margens, oportuniza uma contribuição política e pedagógica realizável no cotidiano escolar – sinto que esse tipo de encontro, esse movimento, é capaz de formar redes ou bulbos que vão se conectando mundialmente.

Para mim, as janelas foram abertas de modo que posso repensar o significado da prática docente, expandir horizontes, pensar na humanidade como um tecido único. Ao iniciar essa jornada nos altos patamares da academia, trazia comigo muitos receios, até às vezes me perguntava por que fui me inventar isso. Teria sido mais fácil ficar em casa. No entanto, a vida é feita de desafios cotidianos, e nestes desafios algumas janelas se abrem para o novo, para as oportunidades e o saber; em outros momentos, abrem-se apenas algumas frestas, de onde se observam as rejeições, os preconceitos e a intolerância com o diferente. Com você, senti abrirem-se portas e janelas, encontrei poesia e os cantos dos pássaros, músicas e danças, encontrei a resistência como força política, pedagógica e ética - um espaço místico, de recriar refazer a ciência. Em outras fontes inspiradoras, outros interlocutores que conheci por sua guia e direção, encontrei inspiração, viajei sem sair do lugar – ousei sonhar.

Os encontros físicos foram mais que inspiração, descobri que é possível alimentar-me de luz, para engajamento político e epistemológico. Estar em suas aulas contribuiu demasiadamente para eu recomençar a vida cotidiana sensibilizada pelas dores do mundo e

tecendo possibilidades para o fazer diferente. Saiba que suas aulas nos “embalam nos ritmos do sábado à noite”, como um ensaio de uma escola de samba, nos revigora de modo que não queremos que acabem. Em outros momentos, sentimos como se estivéssemos frente ao silêncio da mata amazônica, onde o som é apenas a floresta. E nesse processo pedagógico e político, vai florescendo o nosso caminho, um caminho de camaradagem e de estratégias para a formação de uma sociedade mais justa e democrática.

Obrigada pelo acolhimento e, sobretudo, pela competência com que permite que seus orientandos voem e busquem suas experiências de vida, que, deglutidos pelo cotidiano, possam desenvolver a consciência da alteridade.

Caro Mestre, gostaria de tê-lo surpreendido muito mais, de ter podido elaborar uma melhor dissertação. Mas, há momentos em que as fatalidades nos surpreendem dando um novo rumo à vida. Sabemos, você e eu que não foi fácil dar continuidade e que o tempo pareceu curto.

Talvez, para alguns leitores, esta dissertação careça de créditos, mas ela pulsa em mim, pulsa como um movimento de resistência, o papel primordial dos educadores que têm contribuído constantemente para uma educação libertadora e que têm ousado criar e recriar nos espaços escolares e nas universidades. Buscamos um mundo sem ideias e valores preconcebidos, sem ódio, um mundo com escuta sensível, um mundo aberto à realidade social e, especialmente, atento à avalanche dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que adentram as salas de aulas.

No ensejo, só tenho a agradecer pelo acolhimento e toda a indicação do referencial teórico, porque, como dizia Paulo Freire ao referir a Amílcar Cabral, “a revolução se faz pela teoria”. Ainda que nós caminhemos também pela música e a poesia.

Muito obrigada, Mestre!

4 CONSIDERAÇÕES PARA O INÍCIO

Nesta perspectiva pedagógica e política ecologista, alinhavo um retalho complexo da sociedade brasileira, com foco nos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que adentram o nosso cotidiano, em destaque os adolescentes negros.

A instigação desta pesquisa está relacionada aos que quiserem e puderem fazer do ambiente escolar um espaço de construção da cidadania descolonizada, através das desconstruções de valores internalizados, do conformismo com a naturalização das desigualdades sociais e a banalização da violência

Os alunos que vivem e experimentam no cotidiano todas as transgressões sociais de um Estado, da sociedade, ao longo do tempo vão criando algumas estratégias de sobrevivência que vão abalando o padrão da normalidade.

Eles fogem (ou tentam fugir) da rotina de vigiados, e é neste sentido que vou propondo possibilidades de estarmos atentos às armadilhas de vigilantes sobre os que “vêm das margens”, que, através de um pacote educacional, nos instiga a continuar punindo docentes e discentes através de discurso homogêneo.

Faço um convite à reflexão sobre propostas políticas e pedagógicas que possam modificar o presente cotidiano através de rupturas pragmáticas de fatalidade.

Acredito que diante das mazelas, dos preconceitos e estereótipos, da violência, que vêm nos enclausurando por uma suposta “proteção”, os medos têm potencializado as fabricas de lucros.

Temos muito que aprender com eles e elas, “adolescentes infratores”. Através das subjetividades e singularidades que atravessam nosso cotidiano. Muitos alunos e alunas têm transgredido ao adentrar em espaços com todas as deficiências de aprendizado.

Na condição de educador ou educadora pode ser muito mais fácil apontar as deficiências e debilidades através de um discurso autoritário e fantasmagórico, do que realmente abrir as janelas do horizonte das singularidades potenciais do sujeito, sobretudo em se tratando de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Convido-os a uma prática pedagógica e política na construção da cidadania, menos sufocante e alienante. Mas peço muito cuidado com este convite para que não se transforme em política pública educacional, sob o manto da proteção que busquei rasgar e costurar por retalhos, por farrapos.

Os alunos e alunas, os educadores e as educadoras transgressores têm muito a nos ensinar, por isso o convite está disponível para as transgressões, só não posso ensinar o caminho, porque ainda me encontro na condição de vigiada cotidianamente. Você poderá me encontrar nos movimentos sociais, em publicações de artigos demonstrando que a educação é imprescindível e dialógica através leituras de mundo. Resistir e Recriar sempre.

“Minha alma é uma orquestra oculta; não sei que instrumentos tange e range, cordas e harpas timbales e tambores dentro de mim. Só me conheço como sinfonia.”
Fernando Pessoa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N. Decifrando o pergaminho. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**: sobre redes de saberes. Petrópolis: DP et Alii, 2008, p.15-38.
- _____. Sobre o movimento das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. **Revistas Teias**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 7-8, p. 1-7, 2003.
- _____; ANDRADE, N. (orgs). **Sonhos de escolas**: conversas com Kurosawa. 1. Ed. Petrópolis RJ, De Petrus, Rio de Janeiro FAPERJ, 2014. (Serie: Imagens e Pesquisa em Educação).
- _____; ARANTES, E. B.; CAPUTO, S. G. **As escolas como espaçostempos dos sonhos**. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/MarcosAugusto31/as-escolas-como-espaostempos-dos-sonhos-nilda>>. Acesso em: 22 ago. 2016.
- _____; OLIVEIRA, I. B. de (orgs.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas**: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ANDRADE, R. de. **Cela 3**: a grade agride. 2.ed. São Paulo: Globo, 2007.
- APPIAH, A. K. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARANTES, E. M. de M. Rostos de criança no Brasil. In PILOTTI, F.; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.
- ATHAYDE, C. Meninos da Paraíba. In ATHAYDE, C., MV Bill & L. E. Soares. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2005, p. 30-31.
- BARCHI, R. **Poder e resistência nos diálogos das ecologias licantrópicas, infernais e ruidosas com as educações menores e inversas (e vice-versa)**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, 2016.
- BARROS, M. de. **Meu quintal é maior do que o mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- _____. **O Livro das Ignorâncias**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1994,
- BRASIL DEBATE**. Online. A violência contra os negros no Brasil. 2015. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/a-violencia-contra-negros-no-brasil/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- BRASIL. **Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. CODIGO DOS MENORES. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- _____. Diário da Câmara dos Deputados. 26 de janeiro de 1996. p. 02523. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD26JAN1996.pdf#page=8>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- _____. **Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Revogada pela Lei nº 8.069, de 1990. Institui o Código de Menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 27 ago. 2016.

_____. Poder judiciário da União. **Medidas socioeducativas.** Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/medidas-socioeducativas-1>>. Acesso em 15 jul. 2016.

_____. Secretaria do desenvolvimento humano (SEDH). **Portal da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.portal.mj.gov.br/sedh/conanda/oqueeCONANDA.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer.** 19. ed. Petrópolis: Vozes. 2012.

COLOMBO, I. **Adolescência infratora paranaense: história, perfil e prática discursiva.** Brasília 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2782>>. Acesso em: 12 Abr 16.

COSTA, M. V. **A escola tem futuro?** 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

CRISOSTOMO, M. A. dos S. **Mulheres negras no cotidiano universitário: flores, cores e sentidos plurais.** 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2014.

_____; REIGOTA, M. A. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. **Avaliação**, v. 15, n. 2, p. 93- 106, 2010.

DAVIS, A.; DAVIS, F. **Lutar contra prisões em massa e pena de morte é lutar contra escravidão dos tempos modernos.** 2016. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/lutar-contraprisoes-em-massa-e-pena-de-morte-e-lutar-contras-escravidaod-dos-tempos-modernos-diz-angela-davis/#ixzz4IR6TDaD>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, P. **Conscientização.** São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **Cartas a Guiné Bissau: registros de uma experiência em processo.** 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____, FREIRE, A. M. A. (org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: Paz e Terra, 2014^a.

_____; FREIRE, A. M. A. (org.). **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

_____; FREIRE, A. M. A. (org.). **Pedagogia da tolerância.** São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

_____.; GUIMARAES, S. **Aprendendo com a própria história**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HANDEYE. World craft culture. Disponível em:
<<http://handeyemagazine.com/content/stitching-history>>. Acesso em: 15 set. 2016.

HATOUM, M. **Obedecer e mais fácil do que entender**. Estadão, São Paulo, 12 ago. 2016. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,obedecer-e-mais-facil-do-que-entender,10000068779>>. Acesso em 05 set. 2016

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como pratica da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MARCILIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, et al. **História social da infância no Brasil**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.53-79.

MUNANGA, K. África ao Brasil. Entrevista com o Prof. Kabengele Munanga. **Revista de Antropologia**. São Paulo. USP. 2013, V. 56 N° 1. 507-551. Entrevista concedida a Pedro Jaime e Ari Lima. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/64518>. Acesso em: 12 de Fev. 2013.

_____. **Negritude: usos dos sentidos**. 3.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2015. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

_____. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005

OLIVEIRA, I.B. Certeau e as artes de fazer: as noções de uso, tática e trajetória na pesquisa em educação. In: OLIVEIRA, I.B.; ALVES, N. (Org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ONU. Regras mínimas para a administração da justiça, da infância e da juventude. **Regras de Beijing** – UNICEF - 1985. Disponível em:
https://www.mprs.mp.br/infancia/documentos_internacionais/id102.htm. Acesso em: 25 jul. 2016.

RÉGIO, J. Cântico negro. Projeto releituras. Disponível em:
<http://www.releituras.com/jregio_cantico.asp>. Acesso em: 12 ago. 2016.

REIGOTA, M. A contribuição política e pedagógica dos que vem das margens. In: **Anais da Reunião anual da Anped**. 32 – Caxambu, 07 out. 2009

_____. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós moderna**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ecologistas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 1999.

_____.; PRADO, B. H. S. do (orgs.). **Educação ambiental: utopia e práxis**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção cultura, memória e currículo; v.8).

RIBEIRO, D. A utopia de Angela Davis. Geledés. Instituto da mulher negra. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/utopia-de-angela-davis/#gs.null>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – Do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. p.99-168.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a era Vargas. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, Irene. **A arte de governar**

crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. p.244 -296.

SANTOS, B. de S.; CHAUI, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, É. R. **A invenção das medidas socioeducativas**. Porto Alegre 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós – Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2/browse?value=Silva%2C+%C3%89dio+Raniere+da&type=author> Acesso em: 20 maio 2016.

SILVA, F. **Bandido bom é bandido morto:** a banalização da violência contra jovens negros 2016. Disponível em: <<http://almapreta.com/o-quilombo/bandido-bom-e-bandido-morto>>. Acesso em 05 set 2016.

SIMÕES, C. **Curso de direito do serviço social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica do Serviço Social).

SMALL, D. CESeC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (online). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mab1IR_g7Hk/>. Acesso em: 30 set. 2016.

SPINK, M. J. (ORG.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/5809992/praticas-discursivas---spink/>>. Acesso em 13 set. 2016.

_____. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. SPINK, P. K. **Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade:** uma semana de notícias nos jornais. São Paulo: Cortez, 2006.

SPINK, P. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, [s.1], v. 20, n. esp., p. 70-77, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspea10.pdf>> Acesso em: 15 mar 2016.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VANNUCHI, A (Org.). **Paulo Freire ao vivo**. São Paulo: Loyola, 1983 (Coleção Educação).

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos:** a privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei. São Paulo: Cortez, 2001.

ZIZEK, S. **A tinta vermelha:** discurso de Žižek no Occupy Wall Street. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavo-j-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>> Acesso em: 20 ago. 2016.

Discografia e filmografia

BROW, Mano; ROCK, Edy. **Negro Drama**. Intérprete: Racionais Mcs. Disponível em: < <https://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/negro-drama.html>> Acesso em 20 de mar 2016.

BUARQUE, Chico. **Brejo da Cruz**. Intérprete: Chico Buarque. Disponível em: < <https://www.vagalume.com.br/chico-buarque/brejo-da-cruz.html>>. Acesso em 09 set 2016.

CAPELLETE, W; YUCA, M. JORGE, S. **A Carne**. Intérprete: Elza Soares. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/elza-soares/a-carne.html>> Acesso em: 15 ago 2016.

CASCATINHA E INHANA. **Colcha de retalhos**. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/cascatinha-inhana/colcha-de-retalhos.html>>. Acesso em 20 nov. 2016.

CRUZ, Victoria Santa. **Negra**. Victoria Santa Cruz, la voz de la mujer negra peruana. 2015. Disponível em: <<http://www.laizquierdadiario.com.uy/Victoria-Santa-Cruz-la-voz-de-la-mujer-negra-peruana>>. Acesso em 12 abr 2016.

FACCÃO CENTRAL. **Mulheres Negras**. Intérprete: Yzalu. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/yzalu/mulheres-negras.html>>. Acesso em 05 set 2016.

FUNDO DE QUINTAL. **Sorriso negro**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/fundo-de-quintal/1718878/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

JESUS, Maria Carolina. **Os feijões**. 2015. Disponível em: <<http://omenelick2ato.com/literatura/OS-FEIJOES-CAROLINA/>>. Acesso em: 14 maio 2016.

Libertem Ângela Davis. Documentário. Direção Schola Lynch. USA, 2012.

NINA SIMONE. Don't let me be misunderstood. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lGItjVcvMbM>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

Numa escola de Havana. Drama. Direção Ernesto Daranas. CUBA, 2014.

RACIONAIS MCS. Álbum: **Nada como um dia após o outro**. 2002. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/63398/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

REGIO, José. **Cântico Negro**. Intérprete: Maria Bethania. Disponível em <<https://www.vagalume.com.br/maria-bethania/cantico-negro.html>> Acesso em: 08 ago 2016

TORRES, Raul. **A colcha de retalhos**. Intérprete: Cascatinha e Inhana. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/cascatinha-e-inhana/44912/>>. Acesso em 9 maio 2016.